

**MARCIO POCHMANN
REGINALDO MORAES**

**OS RICOS E
PODEROSOS**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

OS RICOS E PODEROSOS

INTRODUÇÃO

Um modelo de interpretação

PARTE 1

OS RICOS E PODEROSOS NA NOVA FASE DO CAPITALISMO MUNDIAL

Na pátria da riqueza

Metamorfoses da riqueza e dos ricos

Ricaços, um povo sem pátria

Paraísos fiscais, onde a riqueza mora

PARTE 2

DO LADO DE BAIXO DO EQUADOR: RICOS E PODEROSOS NO BRASIL

A trajetória da riqueza

Mudança de sociedade e
conservadorismo de ricos e poderosos

Mutação na natureza da riqueza e a
recomposição dos ricos no Brasil

OS RICOS E PODEROSOS

Marcio Pochmann
Reginaldo Moraes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: **Marcio Pochmann**

Diretoras: **Isabel dos Anjos e Rosana Ramos**

Diretores: **Artur Henrique e Joaquim Soriano**

Editora da Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial: **Rogério Chaves**

Assistente editorial: **Raquel Maria da Costa**

Revisão: **Angélica Ramacciotti e Claudia Andreotti**

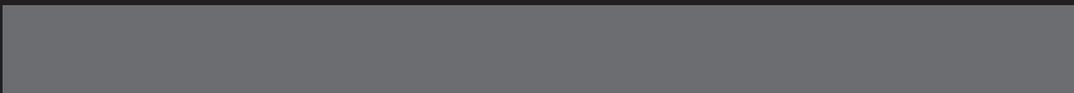
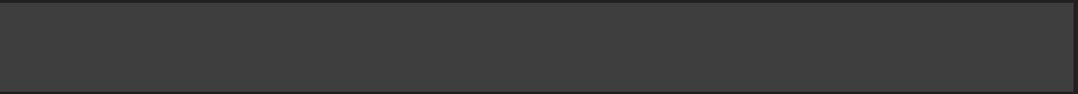
Projeto gráfico e design: **Cesar Habert Paciornik**

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

www.fpabramo.org.br



SUMÁRIO

08 APRESENTAÇÃO

10 INTRODUÇÃO Os ricos e poderosos – um modelo de interpretação

14 PARTE 1 OS RICOS E PODEROSOS NA NOVA FASE DO CAPITALISMO MUNDIAL

14 Na pátria da riqueza

26 Metamorfozes da riqueza e dos ricos

31 Rícaços, um povo sem pátria

36 Paraísos fiscais, onde a riqueza mora

56 PARTE 2 DO LADO DE BAIXO DO EQUADOR: RICOS E PODEROSOS NO BRASIL

56 A trajetória da riqueza

62 Mudança de sociedade e conservadorismo de ricos e poderosos

74 Mutação na natureza da riqueza e a recomposição dos ricos no Brasil

110 CONCLUSÃO

112 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

118 SOBRE OS AUTORES

APRESENTAÇÃO

No ano de 2017, publicamos um livro mostrando as transformações que víamos na classe trabalhadora – qual era seu novo perfil, suas inclinações culturais e políticas, suas formas de organização e mobilização. Naquele momento percebemos que era conveniente pensar numa trilogia – adicionar um livro sobre os ricos e poderosos e outro sobre as chamadas classes médias.

Seguindo esse caminho, apresentamos agora esta biografia atualizada da turma da grana. O livro partiu de algumas perguntas simples, divididas em três blocos:

1. Quem são os ricos e poderosos? De onde vinham e de onde vêm suas rendas e seus poderes? Onde investem e como protegem sua riqueza? Como o dinheiro muda de mãos, mas segue cada vez mais concentrado?
2. Como vivem? Como constituem um modo de morar, de consumir, de falar? Como é que o mundo de hoje, em todos os quadrantes, vai ganhando a forma de guetos separados, um conto de duas cidades, Alphavilles ao lado de Alfavelas?
3. Como nos governam – como a riqueza compra o poder e como o poder permite a consolidação e a concentração da riqueza? Como eles comandam os mecanismos de controle social e formação das percepções, das ideias, sentimentos e valores?

Calma, leitor, não nos entenda mal nem espere que resolvamos todas essas intrincadas questões. Esse é um trabalho que exige muito tempo e muita gente. O que pretendemos entregar, neste livrinho, é uma visão sintética desse problema – expondo uma série de “flashes” sobre os ricos e poderosos em dois países escolhidos – o nosso, claro, e aquele que podemos chamar de pátria da riqueza, os Estados Unidos. É um exercício para que você pense, conteste, duvide, reconsidere.

Talvez pudéssemos chamar essa série de “cenas de um casamento burguês”, a parceria entre a riqueza e o poder. O caso norte-americano é exemplar – e, por isso, a ele dedicamos algum espaço. Não apenas porque ali está a pátria da

riqueza capitalista no século XX. Também porque os processos de mudança da riqueza e do poder que ocorrem nos estados Unidos se espelham, com variações e adaptações, em muitas outras sociedades, sobretudo naquelas, como o Brasil, que praticamente replicam, em escala menor e deformada, as rotas da desigualdade norte-americana.

Assim, a estrutura do livro é muito simples. O livro foi elaborado em dupla, mas, evidentemente, cada um dos autores trouxe para o trabalho o seu estilo e sua forma de abordagem, que vai do jornalismo político predominante na parte I à história econômica, mais presente na parte II. A primeira parte, elaborada principalmente por Moraes, procura desvendar o cenário internacional, com destaque para o caso norte-americano. A segunda parte, onde se nota o estilo de Pochmann, desvenda os caminhos da riqueza no Brasil. Não há propriamente uma “conclusão” desse estudo. O que o leitor encontra, ao final, é um conjunto de observações compartilhadas pelos autores, sobre a moral dessa história: o que a trajetória da riqueza e do poder nos ensina sobre a luta da classe trabalhadora. O fio de inspiração do livro, afinal, é uma célebre frase de um barbudo alemão do século XIX: “Os filósofos interpretaram o mundo de diversas maneiras. Trata-se, contudo, de transformá-lo”.

Marcio Pochmann • Reginaldo Moraes

São Paulo, agosto de 2019

INTRODUÇÃO: OS RICOS E PODEROSOS

Um modelo de interpretação

Muito se fala deles. Mas compreendemos pouco o que são e o que fazem. São os donos da riqueza e aqueles que controlam os fios do poder. Aqueles que mandam. São donos da riqueza: eles têm nas mãos os meios de produção, os recursos dos quais depende a nossa vida. E são donos do poder: têm nas mãos os instrumentos de controle social, do comportamento, dos valores e sentimentos, das ideias.

Começemos por entender a fonte de sua energia vital. O que são a riqueza e o poder que eles monopolizam?

Riqueza: várias faces, vários estágios

Nas sociedades baseadas na agricultura e na pecuária, os ricos são aqueles que controlam grandes extensões de terra, com grandes colheitas e muitas cabeças de gado. E o poder se exerce, em geral, pela combinação da força (a espada) e da administração das almas (os sacerdotes).

Nas sociedades mais complexas, o controle dos aparatos comerciais – navios, armazéns, ferrovias – e dos créditos (bancos) é a fonte da nova riqueza. Um pouco mais e temos outras figuras que se juntam ao reino dos ricos: os industriais, aqueles que fabricam sapatos e automóveis, mas também os que erguem edifícios de grande porte, que extraem riquezas do subsolo. Aqueles que “fazem coisas” com o trabalho dos outros. Com o tempo, essa mesma sociedade gerará um outro novo rico, aquele que extrai ouro dos papéis e da especulação – que não fazem um prego, mas ganham mais do que todos. Assim, a sociedade capitalista moderna foi construindo essas diferentes figuras de ricos – e cada uma delas tem sua época de ouro, de predomínio.

Pode-se dizer que elas correspondem aos três estados da riqueza: o sólido, o líquido e o gasoso.

A riqueza em estado sólido é quase puro valor de uso: cabeças de gado, sacos de trigo, barris de vinho. Servem primeiramente para a sobrevivência. Depois, para a eventual troca. Os manufaturados significam um passo a mais na escala, mas ainda estão nessa forma. Riqueza em seu estado sólido. Congelada.

A riqueza em estado líquido é o dinheiro, não serve para comer ou vestir, mas é um equivalente universal da riqueza. Tão universal que circula, como um líquido, entre todos os valores de uso e entre todos os possuidores. Mas não se prende a nenhum deles.

A riqueza em estado gasoso é quase volátil. É o crédito, o direito a uma riqueza que ainda não foi criada. Crédito, como sabemos, tem origem na palavra crer – acreditar. Nada mais volátil do que isso, não é? E, no entanto, o crédito move montanhas – não é isso o que se diz da fé? Uma crença em algo volátil como a salvação eterna mobilizou e mobiliza milhões e milhões de pessoas, sem sequer a comprovação de entrega da mercadoria. Se assim é com uma crença, em sentido estrito, também é com o crédito. Move nações.

E o poder?

O poder se exerce pela força – pela capacidade de fazer as leis e de impor seu cumprimento, através dos aparatos judiciais e repressivos. Mas se exerce também pela persuasão – pela capacidade de modelar as ideias, os valores e os sentimentos dos dominados.

Sabemos que riqueza e poder andam juntos, são inseparáveis. Dinheiro compra o poder. E o poder é utilizado para concentrar ainda mais o dinheiro. Mas o que entendemos por essa palavra, poder? Há pelo menos quatro ângulos pelos quais olhamos o poder:

1. O poder é a capacidade de influenciar e de mudar o comportamento dos outros. Ou seja, é a capacidade de fazer com que as pessoas façam aquilo que não queriam fazer ou não estavam originalmente inclinadas a fazer
2. Mas o poder é, também, a capacidade de fazer com que as pessoas passem a querer aquilo que não queriam ou não tinham cogitado querer. Repare que isso é algo ainda mais profundo do que a primeira definição sugere. Porque, neste caso, ter poder é fazer com que as pessoas queiram aquilo que querem os donos desse poder.

Faz algum tempo, Charles Wright Mills, em *A Elite do Poder*, e seu discípulo G. William Domhoff, em *Who Rules America*, forneceram algumas pistas para organizar a compreensão dos círculos do poder, englobando instituições fortes e conhecidas. Teríamos, assim, o poder econômico, o militar e o político. Mas também teríamos aquele poder que modela o nosso universo mental e sentimental, um complexo do qual depende nosso comportamento, nossos hábitos, nossa obediência cotidiana. Essas esferas do “poder de formar” são: a família, a religião, os grandes meios de comunicação.

Wright Mills, escrevendo no meio dos anos 1950, ainda não incluía nos principais círculos de poder a mídia. Nas últimas décadas, os grandes meios de comunicação de massa adquiriram tanta importância na vida cotidiana – talvez superando a família e a escola – que seria impossível ignorar seu peso na formação de nossos hábitos de pensamento, nas nossas preferências e nas nossas reações.

A mídia é parte de algo que talvez se possa chamar de “sistema-sombra”. A classe dominante constitui uma série de aparatos paralelos aos aparatos do estado, para distribuir seu controle sobre a sociedade.

O “sistema político-sombra” é composto de organizações, grupos e movimentos que operam em todos os níveis de governo. Um conjunto de “equipes” encarrega-se de filtrar e financiar candidatos. Um outro, constituído por grupos de estudo, centros de pesquisa e fundações, elabora políticas e planos. Os grupos de pressão difundem tais planos entre os legisladores, executivos e juizes, sensibilizando-os (com vários meios) para que os adotem. Grupos de intervenção operam “na base”, no nível da população “normal”, preparando a aceitação desses planos e, principalmente, dos valores e sentimentos dos quais eles dependem.

O aparato de “informação” ou infoentretenimento opera também nessa última dimensão: prepara a percepção das pessoas – suas ideias e sentimentos, moldando-as para acolher as ideias e sentimentos da classe dominante.

G. William Domhoff enumera processos pelos quais a comunidade corporativa – o conglomerado de ricos e poderosos – controla a agenda pública. Controlar a agenda pública significa vencer as disputas que nela aparecem, mas significa, mais profundamente, determinar quais as questões que serão colocadas em jogo e quais as que ficarão ocultas, que serão excluídas das disputas abertas, públicas. Devemos, portanto, prestar atenção a esses quatro processos para entender os poderosos:

1. O jogo dos grupos de pressão, lobistas, advogados, associações etc. Atua sobre executivo, comissões do congresso, agências reguladoras etc.
2. O processo de planejamento e implementação da política econômica.
3. O processo de seleção dos candidatos a cargos de decisão e mando.
4. O processo que modela a opinião pública, seus sentimentos e ideias.

Os capítulos a seguir procuram explorar esses caminhos. Estão longe de esgotá-los, mas indicam roteiros para o viajante entender a paisagem.

PARTE 1

OS RICOS E PODEROSOS NA NOVA FASE DO CAPITALISMO MUNDIAL

NA PÁTRIA DA RIQUEZA

1. Quem são os ricos e poderosos? De qual bicho estamos falando?

Em 2011, explodiu o movimento Occupy Wall Street, em Nova Iorque, um grande protesto, com ocupações de praças, disseminando a revolta contra “o mundo dos 1%”. O rótulo teve enorme sucesso como tema de agitação política. Mas, para entender o mundo em que vivemos, é preciso dizer que o destacamento dos ricos e poderosos inclui algo mais e algo menos do que os 1% superiores. Se for para destacar aqueles que controlam os fios das grandes corporações, o percentual mais realista seria 0,01%. Mas a casta dominante tem várias camadas, como uma cebola – é o sistema de círculos concêntricos, que poderia ser chamado de reino dos 10% ou dos 20%, depende um pouco de cada país. Nesse reino da casta, temos os macrocapitalistas, os capitalistas secundários e seu pequeno exército de capatazes de alto coturno.

Vejamos o caso americano, a pátria do Capital mundial. O escritor Michael Zweig nos dá algumas pistas. Em 2006, existiam 26 milhões de empresas naquele país. A maioria delas de pequeno porte, algumas até minúsculas. Quase 21 milhões (81%) envolviam apenas o proprietário, não tinham empregados; umas 5 milhões tinham empregados; mais da metade dessas 5 milhões empregava apenas entre 1 e 4 pessoas (Zweig, 2013). Em 2005, havia cerca de 640 mil empresas com mais de 20 empregados. Talvez possamos dizer que os comitês de direção, sócios e altos executivos dessas companhias formam a classe capitalista. Mas

não são mais do que 2% da população ativa. Reparem bem: estamos incluindo também as pequenas e médias empresas.

Em contraste, apenas 21 mil empresas empregavam 500 empregados ou mais. Essas empresas, 0,4% do total dos negócios, empregavam 44% do pessoal.

Há cerca de 315 mil “cargos” nas diretorias dessas 21 mil corporações nacionais de grande porte. E alguns nomes se repetem, participam de mais de uma diretoria. Por isso, há mais ou menos 245 mil indivíduos que compõem esses conselhos. Isto quer dizer algo como 0,2% da população ativa do setor privado. Esse é o núcleo de poder decisório da classe capitalista. Dentro dele, evidentemente, está um núcleo ainda menor, de uns 20 mil chefões.

E quem está entre os 1%? Quem completa os outros degraus de comando? E como isso se cristalizou?

Em 2011, o website de esquerda *Mother Jones* publicou alguns gráficos interessantes para responder a essa pergunta: quem é essa casta? Reparem no gráfico 1, a seguir. A primeira observação é uma ressalva, um toque de precaução: a escala foi construída com base nas declarações de renda. Então, algumas atividades podem estar exageradas; outras, subestimadas. A renda declarada ou exibida é apenas parte da riqueza, como sabemos. Uma certa parte da riqueza dos muito ricos, proporção difícil de avaliar, é cuidadosamente invisível à taxaço, como indicamos em outro capítulo deste livro, examinando os paraísos fiscais. Feita a ressalva, reparemos que essa nata da nata inclui algumas profissões talvez surpreendentes – até alguns professores figuram na lista dos ricos. Algumas reportagens mostram que dezenas de reitores (e treinadores de equipes esportivas nas escolas) estavam entre as altas rodas. Os dirigentes de universidades estão ali não apenas pelo salário que recebem da instituição, mas, também, porque com alguma frequência participam de conselhos de gestão de corporações, recebem *jetons*. Eles não estão na casta superior porque são professores, mas, sim, porque participam dos comitês de comando da burguesia, dos seus aparatos de controle social.

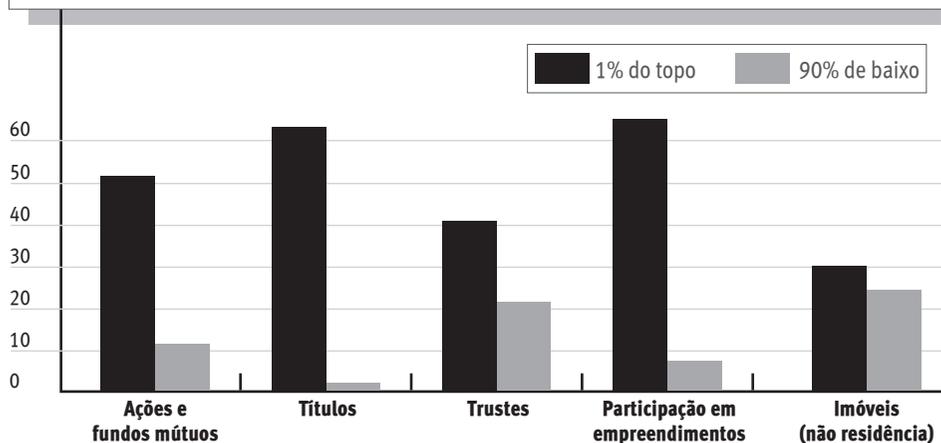
Gráfico 1 Quem está no topo do topo (Ocupação do 1% superior nas declarações de renda)



Fonte: Disponível em: <https://www.motherjones.com/politics/2011/10/one-percent-income-inequality-ows/?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A%20Motherjones%2Fmojoblog%20%28MotherJones.com%20%7C%20MojoBlog%29>.

O gráfico 2, a seguir, revela um outro detalhe: os membros do 1% do topo possuem a maioria da riqueza *financeira* do país, como as ações, a participação em fundos mútuos, títulos, CDBs etc. Vale notar que a diferença das barras não é tão grande na propriedade de imóveis (não residenciais). Aparentemente, o pessoal do 1% aposta na riqueza bem móvel, bem líquida, aquela que voa fácil. Talvez seja possível dizer, em contrapartida, que a classe média alta (os outros 19%) concentra sua riqueza em imóveis. No que diz respeito à riqueza móvel, a classe média costuma depositá-las em *trusts*. Busca proteção e... um modo mais liso de transferir para os herdeiros. Quanto aos pobres e à classe média baixa, sua principal “riqueza” é o débito. É a parte que lhe cabe deste latifúndio...

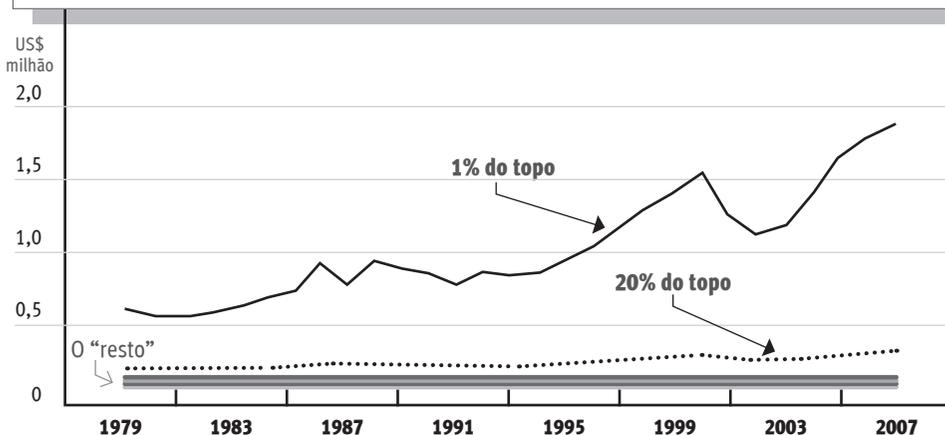
Gráfico 2 **As formas da riqueza** (percentual no total de bens possuídos em 2007)



Fonte: Maddison, 2008; projeção* (elaboração própria)

Essa diferença de estratos ou camadas da sociedade é a cristalização de um movimento das rendas, algo que se torna muito mais visível depois de 1980 (*gráfico 3*). Pode-se dizer que é uma tendência que se formou a partir das reformas macroeconômicas de Reagan e das reformas microeconômicas, como a reengenharia das empresas, o *downsizing*, a terciarização, financeirização e deslocalização das plantas. Assim, a partir desse momento, a linha do andar de cima foi cada vez mais para cima, acelerada; a linha média alta (os mordomos da oligarquia) subiu razoavelmente, eles têm razão para serem agradecidos aos patrões; e a renda dos 80% de baixo estagnou ou desabou.

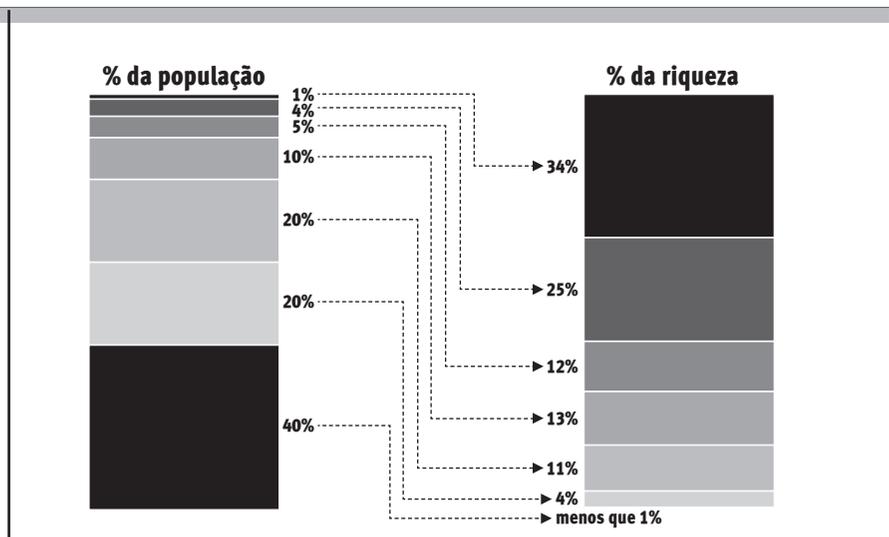
Gráfico 3 **Renda média familiar** (Antes do pagamento de Impostos)



Fonte: Maddison, 2008; projeção* (elaboração própria)

Ao longo do tempo, o resultado é uma estratificação das propriedades. O contraste pode ser visualizado no gráfico abaixo, e na próxima página, adaptados do livro de Jim Taylor e seus colegas da Amacon.

Gráfico 4 **Distribuição de riqueza dos Estados Unidos em 2004** (em %)



Fonte: Adaptado de TAYLOR, HARRISON & KRAUS

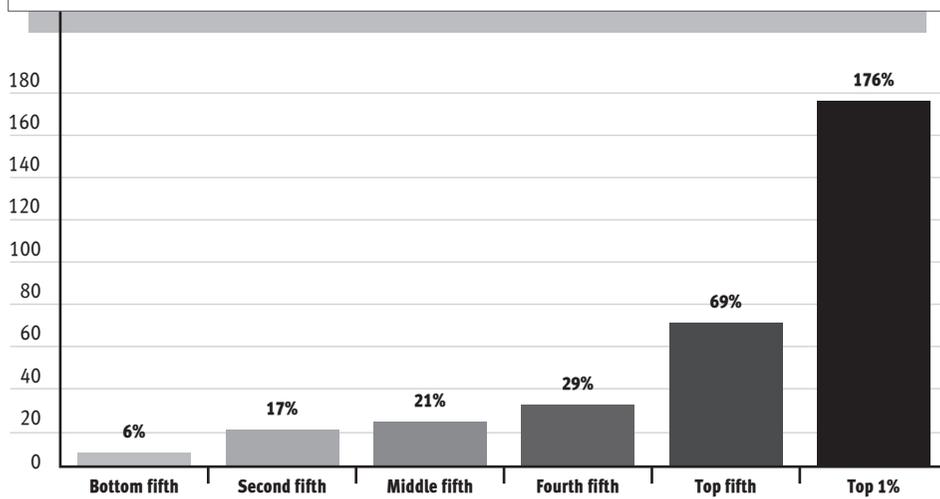
Como se vê, mais de 70% dos ativos estão nas mãos dos 10% mais ricos. Os outros 90% ficam com os restantes 30%. O que esse pedaço inferior possui, geralmente significa a posse da própria casa ou de um automóvel. Essa é a sua “riqueza”. Os 40% do andar inferior não têm “espessura” sequer para aparecer no gráfico – são menos do que uma linha.

Mas... por que esse movimento tão assimétrico? Por que avançou tanto a desigualdade? Como esse andar superior se descolou e se distanciou tanto da grande base estagnada e empobrecida, achatada? Esse quadro atual é quase incompreensível se não conhecemos a sua história, o modo como foi composto.

Esse quadro – o estoque consolidado da riqueza – é o resultado de um movimento de rendas que se acentuou fortemente depois de 1980, graças a muitas mudanças no mercado de trabalho mas, também, pelas “conquistas” do andar de cima do ponto de vista da regulamentação e da política tributária. Assim, nos Estados Unidos, ao invés de se ter uma “redistribuição” pós-impuestos, isto é, uma redução das desigualdades graças a políticas públicas, o que ocorre é precisamente o inverso. O que foi tremendamente ajudado pelas decisões de cortes de impostos para as rendas mais altas, de Reagan a Trump.

Veja, por exemplo, o quanto cresceram as *rendas* dos diferentes segmentos da população. O gráfico exibe essa variação para cada fatia de 20% (do quintil mais pobre para o mais rico). E, depois, seleciona, dentro dos 20% superiores, a famosa faixa do 1%.

Gráfico 5 **Crescimento da renda pós-imposto**
1979-2004 (Dólares em valores de 2004)



Fonte: Maddison, 2008; * projeção (elaboração própria)

Voltamos a lembrar: pode ser pior do que está nesses dados. A análise da desigualdade costuma ser feita a partir de dados de censo e da receita federal. Como se sabe, uma parte da riqueza do andar de cima é relativamente invisível ao fisco. Quanto? É difícil saber. Há literatura especializada estimando que 15% da riqueza mundial está protegida em paraísos fiscais. Evidentemente, não é a riqueza dos quintis de baixo. As casas dos operários não ficam em Cayman, seus automóveis e bicicletas não circulam no principado de Mônaco. Renda e riqueza são ainda mais concentradas do que mostram esses gráficos e tabelas. O poder, também.

Mas ainda falta destacar um detalhe, que explica em parte a persistência da riqueza, a reprodução das distâncias de renda e propriedade. A herança, a transmissão da riqueza entre gerações.

Nos EUA, os grandes ricos têm o melhor de dois mundos. De um lado, o sentimento popular contra a herança das grandes fortunas é suavizado pela existência formal de leis que as taxam. E, de outro lado, a herança real continua sem pagar nada. Basta ter uns “estudiosos” para produzir a argumentação justificadora e advogados tributaristas que desenham as trilhas da escapatória.

O bilionário H. L. Hunt mostrou o caminho, logo que começavam a ser implementadas as leis taxando heranças. Botou seus recursos em um *trust*, uma entidade, pessoa jurídica, que formalmente vira dona de seus bens, inclusive de ações e imóveis, deixando para seus filhos, pessoas físicas, o direito dos rendimentos gerados por esses bens. Assim, a fortuna escapa da primeira taxa. Daí, como seus filhos não são donos de nada, os bens passam diretamente para os netos, sem pagar também nenhuma taxa. Essa é uma e apenas uma das estratégias usadas para furar a lei do imposto sobre heranças. *Trusts*, fundações “filantrópicas”, holdings familiares. O ricoço vai doando o que tem, até ficar no zero. Pode-se dizer que o objetivo dele é alcançado plenamente quando morre “pobre”. Realiza o sonho de voltar à primeiríssima infância: ao morrer, está pelado como no instante em que nasceu!

Assim, a riqueza se amontoa ao longo do tempo, acumula-se. Uma parte da fortuna dos ricos é herdada. E do restante, uma parte também depende dessa herança, do uso que dela se faz para ganhar dinheiro. Afinal, para ganhar dinheiro é conveniente ter dinheiro. “Custa caro ser rico”, dizia um escritor americano.

E deus criou o Riquistão, a terra dos super-ricos: quem são, de onde vieram e para onde vão?

Você deve ficar espantado quando lê nos jornais e revistas os valores dos contratos milionários dos jogadores de futebol ou artistas de cinema. É para ficar mesmo. Ainda mais porque, na maioria desses casos, enquanto você rala para pagar um ingresso, eles arrumam um jeito de não pagar impostos e de receber a grana em paraísos fiscais.

Mesmo assim, guarde seu espanto para coisa melhor. Veja a tabela 1 a seguir, que traduzimos e adaptamos do livro de Les Leopold, *How to Make a Million Dollars an Hour*.

Atenção à lista. Os números são de 2010, um ano depois da grande quebra do mercado financeiro. O mercado pode ter quebrado, mas os banqueiros, não. Pelo contrário. Obama lhes deu dois trilhões “para salvar o país de uma crise sistêmica”. Eles aumentaram seus bônus e prêmios, seus iates etc. Os endividados das hipotecas – que eram usados como explicação para o baque – ficaram a ver navios, de longe.

Repare na comparação com a última linha da tabela, aquela que informa quanto tem de renda anual a família *média* americana.

Ainda outra coisa a observar: na maior parte desses casos, você tem uma ideia do que os caras fazem, que tipo de “produto” eles entregam, digamos assim. Mesmo para os presidentes de corporações como a General Electric, a Ford, a GM

– que administram a produção de máquinas e automóveis. Ou os artistas, que “entregam” shows, gravações, filmes. E assim por diante. O mistério é que tipo de “mercadoria” entregam os gestores de Fundos de Hedge, as organizações que vivem de pura especulação com papéis. O produto é mais sutil e menos palpável.

Já faz uns 30 anos que Robert Reich tinha dito que o capitalismo americano deixara de ser um capitalismo “de coisas” para virar um “capitalismo de papel”. Está na moda falar na internet das coisas, algo que está revolucionando a vida diária. Mas a internet dos “fluxos” já revirou o mundo muito antes, na moita.

E são esses caras que, afinal, financiam as campanhas e mandam no presidente, no congresso, nos juízes. Mandam até nos emissários de Deus – por isso, nem adianta você reclamar com o bispo.

Robert Frank sugeriu em seu livro *Richistan: a journey through the American wealth boom and the lives of the new rich* (originalmente publicado em New York, em 2007, pela Crown Publishers) traduzido no Brasil como *Riquistão: como vivem os novos ricos e como construíram sua megafortuna*) que estava emergindo um novo país, que não precisa constar na lista da ONU para ser real.

Tabela 1 **Renda média dos DEZ MAIS, 2010** (em dólares)

Os dez mais:	Renda anual	Renda/hora
<i>Gestores de Fundo de Hedge</i>	1,753 bilhões	842.788
<i>Diretores e Produtores de Filmes</i>	126,0 milhões	60.577
<i>Celebridades</i>	119,8 milhões	57.596
<i>Músicos Pop</i>	87,2 milhões	41.923
<i>Presidentes de SAs (CEOs)</i>	47,1 milhões	22.644
<i>Atletas</i>	44,6 milhões	21.442
<i>Estrelas de Cinema</i>	44,3 milhões	21.298
<i>Escritores</i>	26,9 milhões	12.933
<i>Advogados</i>	20,0 milhões	9.615
<i>Dirigentes de Bancos e Cias. de Seguro (CEOs)</i>	6,6 milhões	7.981
<i>Família média americana</i>	46 mil	Uns 20 dólares...

Fonte: LEOPOLD (adaptado)

Um dos traços interessantes que ele mostra é o perfil da “nova geração da riqueza”. Antes de 1980, diz ele, a maior parte dos cidadãos riquistanenses vinha de áreas como o petróleo, a indústria química, o aço, o setor imobiliário e a produção e venda de commodities. No final daquela década, porém, emergia o novo grupo dos Wall Streeters, aqueles habitantes de um determinado condado do Riquistão, no sul de Mannhatan. Com essa nova raça, houve um salto. O número de milionários (em dólares) triplicou naquela década. E o número de bilionários pulou de 13 para 67.

Censo do Riquistão: seus estratos e tipos

Examinando essas camadas do novo país, Frank distingue três estratos: “Baixo Riquistão” – com sete milhões de famílias, reúne os “bem-educados”, executivos das corporações e bancos, altos profissionais da medicina ou do direito, *designers*, analistas etc. Habitam o país dos ricos, mas seu sucesso recém-construído os deixa com uma incômoda e persistente sensação de insegurança. Alguns riquistanenses dizem que o baixo Riquistão nem pertence de fato ao país. Talvez faça parte da mobília.

“Médio Riquistão” – aqueles riquistanenses com ativos entre 10 milhões e 100 milhões de dólares. São mais ou menos 1,4 milhões de nababos, empreendedores, proprietários de empresas. Esta camada costuma ser mais “liberal” do que os do baixo Riquistão. Isto é, mais inclinados para o Partido Democrata.

“Alto Riquistão” – a camada de ativos superiores a 100 milhões de dólares. São alguns milhares. Para gerir sua riqueza, e mesmo sua vida pessoal, palácios, iates e ilhas, constituem “escritórios da família” – empresas de razoável tamanho apenas para cuidar do seu cotidiano. Dentro desse condado há uma aldeia ainda mais seletiva: Billionaireville, que em 1985 tinha menos de 20 habitantes, tem hoje 1.000 bilionários (só nos EUA), pelo menos aqueles que são localizáveis pelo nosso radar.

Quanto ao perfil e trajetória, Frank distingue cinco categorias de riquistanenses:

1. **Fundadores:** de Bill Gates (Microsoft) e Sheldon Adelson (rei dos cassinos) a Larry Ellison (Oracle Corporation) e Michael Dell (Dell Computers).
2. **Stakeholders:** são os executivos (não fundadores) que possuem participação societária forte (sobretudo *stock options* – remuneração ou gratificação para funcionários baseada em ações) em uma companhia privada (não SA) e, assim, podem transformar isso em *cash* (dinheiro vivo) quando ela é publicamente negociada, em bolsa.
3. Os “comprados”: empreendedores ou altos executivos que venderam suas firmas para outra companhia ou comprador e assim se abarrotaram de *cash*,

títulos e aplicações. Com isso, vivem a vida, promovendo filantropia ou orgias, a depender do momento.

4. Os “movimentadores de dinheiro”: dirigem e investem estes enormes caudais de grana e recolhem uma parte para eles próprios. Os bancos de Wall Street pagaram mais de 36 bilhões de dólares em bônus em 2006. Goldman Sachs, sozinha, despejou 16 bilhões de dólares para seus empregados *top*. Os administradores de Fundos de Hedge agora fazem com que os dirigentes de bancos de investimentos pareçam gente de classe média (algo lá do Médio Riquistão). Os três principais *managers* de fundos desse tipo abocanharam mais de 1 bilhão de dólares em 2004, mostra Frank. Cada um dos 25 do topo fez mais de 130 milhões de dólares em 2004.
5. Os assalariados ricos: o pagamento dos CEOs americanos saltou para mais de 170 vezes o pagamento médio dos trabalhadores do país. A proporção, nos anos 1970, era de 40 por um. Há uma camada (até o terceiro escalão das corporações) que entra, ou tende a entrar, nesse campo. Há perto de 5 mil *managers* que receberam mais de 2 milhões de dólares no ano de 2006, em *cash*, bônus e/ou *stock options*, títulos e ações.

Eles manuseiam as regras, mas não se misturam

Na certidão de nascimento e no passaporte consta alguma nacionalidade – e os riquistanenses sabem modelar as leis e normas dos países –, mas eles têm uma “pátria” própria.

A emergência do Riquistão é um fenômeno geológico relevante e uma transformação qualitativa. Mudou fundamentalmente o modo como as pessoas ficam ricas – não mais de modo “incremental”, mas repentinamente. É o mundo dos “*Instapreneurs*”, o empreendedor a jato. Sua meta principal não é “construir um negócio para gerações”, é elaborar uma “estratégia de saída”, a mais rápida e ampla loteria ou coleta. Fazer “seu negócio”, pegar a grana rapidamente e sair logo, deixando aos que ficam o trabalho de limpar a sujeira que eventualmente restar.

Isso tudo não se produz puramente pelas “forças do mercado”. Essas forças do “livre mercado” precisam ser engendradas, alimentadas e dirigidas pela atuação política, pelo Estado. Programas de privatização e desregulamentação, por exemplo, inflaram numerosas fortunas pessoais, e as políticas tributárias e contábeis cuidaram de mantê-las a salvo do fisco. Riquistanenses empregam parte de sua renda para comprar as normas. Como diz a anedota, eles não reclamam dos senadores, compram os seus.

Os riquistantenses vivem entre si, e seus rebentos idem, vivem cercados de outros riquistanis, neles se espelham, com eles competem. Insulados o mais que

podem, numa bolha de opulência, em palácios, iates ou escolas fechadas. Uma anedota (real) conta a história de uma filha de magnata que crescera, literalmente, dentro do jatinho privado da família. Quando fez 11 anos, como presente de aniversário ela pediu uma viagem em voo comercial. Queria experimentar essa coisa de que tinha ouvido falar.

Assim como o tempo passa, os ricos tendem a criar uma cultura própria. Não é mais a “cultura americana”, por exemplo. Sim, os americanos espalharam o *american way of life*, mas não é isso que ocorre com os riquistanenses. Americanos ou não, eles frequentam os mesmos hotéis (como o Four Seasons, os Ritz Carltons), dirigem os mesmos carros (Bentleys, Rolls), comem as mesmas comidas (*sushi fusion*), usam os mesmos apetrechos e roupas (Gucci, Vuitton, Franck Muller) e vão para os mesmos recantos de férias (St. Bart's, Monaco, Maldives), embora vivam, é verdade, em férias permanentes nos mesmos tipos de palácios, jatinhos e iates. E utilizam os mesmos paraísos fiscais. Ah, sim, isto inclui os ricos do chamado Terceiro Mundo – América do Sul, África, Ásia – bem como os novos ricos (e muito ricos) da China. Ou os burocratas enriquecidos do Leste Europeu “reformado”.

Os ricos se desligam das comunidades locais, mesmo aquelas sofisticadas quadras da Park Avenue, em Manhattan – são cidadãos “globais”. Os americanos “comuns”, franceses (ou brasileiros) não são seus compatriotas, são “outras pessoas”, se é que são pessoas.

Uma das mãos lava a outra e ambas seguem sujas ou a valsa do dinheiro com o poder

A polarização brutal das rendas, a separação radical dos modos de vida, o distanciamento entre a nata e a plebe, tudo isso é muito visível nos Estados Unidos; ou, pelo menos, tem sido mais visibilizada por muitos analistas.

Nem sempre foi assim tão desigual. Nos anos 1960, Michael Harrington alertou para o fato de que havia “uma outra América”, um livro também aqui publicado pela saudosa editora Zahar. As políticas da “Grande Sociedade”, de Lyndon Johnson, conseguiram moderar o estrago por algum tempo. Contudo, a polarização acelerou muito nos últimos 40 anos.

Para tal crescimento das desigualdades, contribuiu sobremaneira a fantástica política de cortes de impostos para as rendas altas, desde Reagan e passando pelos dois Bushs. Além dos cortes, puros e simples, multiplicam-se as normas, leis e resoluções que permitem que os ricos paguem o imposto que julguem mais cômodo. Perfeitamente legal, como diz o título de um jornalista investigativo americano que descreve essas manobras. O Congresso aprovou todas. E ninguém

deveria se surpreender com isso, é para isso que servem os amigos. Ah, sim: os congressistas, eles próprios, também pertencem ao andar de cima. O *Washington Post* publicou um dossiê sobre a forma criativa que os congressistas utilizam para dirigir obras para perto de suas casas e fazendas, para suas empresas. Bem, isto não é novo nem original, sabemos. Em alguns lugares chamam de emendas parlamentares.

De qualquer modo, estudos e mais estudos nos espantam com a informação de que uma renda monumental está concentrada no tal 1%. Mais ainda, no 0,01%, um contingente de menos de 15 mil pessoas. Esses ricos encarnam o que se chama de consumo excêntrico? Acendem charutos com notas de cem dólares, como nos filmes? Investem em papéis que se multiplicam? Mais do que isso. Investem em algo muito especial. Frequentam um outro “mercado”, compram legisladores e juizes, as pessoas certas para aperfeiçoar a máquina de transferência de renda e transformar a coisa em um moto-contínuo que nenhum Leonardo da Vinci conseguiria imaginar. É desse núcleo de tubarões e tubarõezinhos que flui o dinheiro para alimentar e manter “saudável” o sistema político.

Por outro lado, esse sistema político e eleitoral americano tem extraordinária capacidade de filtrar pressões vindas de baixo e descarregá-las no esgoto. Usa instrumentos diferentes dos nossos, mas consegue resultados parecidos. O sistema parece invulnerável. Ou, então, espera alguma tragédia, já que um corpo que fica mais rígido também fica mais suscetível à fratura. Os primeiros sinais, ainda passíveis de absorção e controle, são o crime, o alcoolismo e similares.

Um escritor-jornalista, faz alguns anos, sintetizou com muita verve a situação. É David Cay Johnston, em *Perfectly Legal – the convert campaign to rig our taxes to benefit the super rich – and cheat everybody else*.

O esforço da América corporativa para moldar ambos os partidos políticos para obedecer a seu comando foi cada vez mais bem-sucedido, na medida em que os políticos precisavam cada vez mais de contribuições para comprar os anúncios de televisão que os reelegeriam. Os políticos insistiam que ninguém comprou seu voto com sua doação e isso era verdade. Mas o que as doações de fato compravam, todo político reconhece, foi o acesso. Esse acesso significava que cada senador e representante estava ouvindo principalmente as preocupações e ideias dos super ricos, da classe política do doador. Ao mesmo tempo, as forças do outro lado – sindicatos, defensores dos consumidores e instituições de caridade de serviço social – tinham pouco para dar e, exceto para os sindicatos, eram impedidos por lei de fazer doações de campanha. Estas forças foram tão debilitadas que o Congresso frequentemente se comportou como uma subsidiária da América corporativa, permitindo que os super-ricos usassem seu acesso aos legisladores para afirmar que o que era bom para eles era bom para o resto da América. (JOHNSTON, 2003, p. 44)

Nas eleições de 2000 para o Congresso, o apatidário Center for Responsive Politics descobriu que mais de 80% das contribuições políticas identificáveis vieram de um em cada 625 americanos. Nas eleições de 2002, a proporção caiu para um em 833, aproximadamente, igualando os 1% do topo. (Johnston, 2003, p. 48)

Se quisermos piorar a cena – e ela pode ser bem piorada – basta olhar para o dinheiro que não se contabiliza. Os registros de campanha só cobrem o dinheiro que se vê a olho nu. Fica fora o chamado Dark Money, aquele que vai para centros e organizações que, pela lei, sequer precisam dizer quem são os doadores. A conta também não registra dinheiro político que finge não ser político, que não aparece como doação a partidos ou campanhas. Por exemplo, dinheiro despejado em associações e *thinktanks*, essas ONGs de campanhas políticas que se especializam em desmoralizar movimentos sociais ou líderes “subversivos”, em atacar políticas sociais, em assassinar reputações. Ou em promover as virtudes da livre concorrência, da liberdade econômica e do “Estado mínimo”. Ou em promover e difundir lendas urbanas convenientes aos homens de negócios. Isso não é classificado como campanha política – mas sabemos que é.

Resumindo a ópera: como dissemos, podemos ficar imaginando o que faz com esse dinheiro o tal 0,01%, representado por aproximadamente 15 mil pessoas com salários em torno de 24 milhões de dólares por ano. Podem ter consumo excêntrico, jatinhos para visitar seus castelos mundo afora, mas eles também compram política – campanhas, leis, compram interpretações da lei (juízes e suas sentenças), compram políticos, claro, de presidentes a xerifes. O apetite é grande e o estômago é de avestruz. E como compram a política, a política funciona para lhes trazer mais riqueza. As saídas controladas e funcionais (até lucrativas) ainda funcionam: o crime, a violência aparentemente “gratuita”. Compra-se então mais segurança: leis, policiais e outros recursos.

Metamorfoses da riqueza e dos ricos

Retomemos a história que começamos na introdução deste livro. A forma da riqueza muda. Numa sociedade agrária, rico e poderoso é aquele que tem terras e cabeças de gado. Na sociedade industrial, aquele que tem as fábricas e as máquinas. Ao lado deles, num caso e no outro, aparece o banqueiro, o que administra o crédito.

São as três formas da riqueza – sólida, líquida, gasosa. Na base de tudo, a riqueza “sólida”, o bem de uso, a terra, as colheitas, o gado – quando José se tornou conselheiro do Faraó, ele estocava as colheitas na época das vacas gordas para usá-las como poder na época das vacas magras.

A riqueza “líquida”, o dinheiro, circula entre todas as formas de riqueza material – trigo, carne, couro, ferramentas – e pode ser partida até as mínimas unidades. O dinheiro é uma convenção entre os homens, um representante da riqueza em estado sólido.

A riqueza “gasosa” ou volátil é o crédito – o direito a uma riqueza que ainda não foi criada. O volátil, como se sabe, é o mais fácil de explodir...

Tudo isso já vimos na introdução do livro, mas agora é preciso dar um passo a mais nesse entendimento. Temos que perceber que a forma de controle e apropriação da riqueza também muda ao longo do tempo.

Em 1932, dois estudiosos americanos publicaram um livro que registrou a mutação da riqueza na sociedade mais rica do mundo, a americana: *A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada*, de Adolf Berle e Gardiner Means.

Aí eles registravam uma diferença entre dois tipos de propriedade:

1. a propriedade tangível – que engloba, por exemplo, a terra e os direitos dela derivados ou a riqueza móvel, passível de ser usada, tomada, deslocada, transferida pelos donos;
2. a propriedade intangível – que consiste, na verdade, em um *direito* sobre outros indivíduos ou entidades. Como é um direito, é algo que está diretamente subordinado à ação da lei.

O surgimento das sociedades anônimas revoluciona a combinação dessas formas de riqueza. Nos Estados Unidos, dois terços da riqueza industrial é concentrado nesse tipo de empresa. Na sociedade anônima a propriedade sofre uma divisão: existe a propriedade ativa e a passiva – e não estão necessariamente nas mesmas mãos, nas mesmas pessoas. O acionista tem a propriedade passiva, bastante líquida – ele não é exatamente dono dos bens tangíveis, das máquinas, das fábricas, por exemplo; ele é dono de uma expectativa de valorização e de rendimentos. A responsabilidade da gestão e do mando encontra-se em outras mãos.

Como o poder de manejar a riqueza passa para as mãos dos executivos, isso parece alterar o próprio sistema. Essa mudança foi tão significativa que houve até quem afirmasse que tinha havido uma silenciosa “revolução dos gerentes”, que os *managers* tinham de fato tomado a direção da sociedade. Na verdade, as velhas famílias ricas continuavam com a propriedade. Os *managers* se juntavam a elas e alguns deles eram integrados à velha aristocracia, tornando-se os novos ricos e, em certa medida, os primeiros “ricos operativos” do atual mundo financeiro, os homens que manejam as finanças e pagam rendimentos cada vez maiores a si mesmos, transformando-se de gerentes bem pagos em bilionários-proprietários.

Existe, então, o “rico que trabalha”?

A expressão *working rich* foi difundida pelo artigo de Kerry Dolan na revista Forbes, em 1998. Era um nome novo para os jovens milionários que “fazem dinheiro” a partir de atividades financeiras arriscadas.

De certo modo, essa expressão reflete o crescimento das desigualdades na própria folha de pagamentos, por assim dizer, entre gerentes e trabalhadores. A distância – o leque das remunerações – sempre existiu, mas ela explodiu nos últimos 40 anos, e em nenhum lugar é mais visível do que nas empresas financeiras.

A possibilidade de enriquecer (e, portanto, mudar de degrau e de status) através do controle não é nova, nem exclusiva das finanças. Já era conhecida no campo das grandes corporações produtivas. Como haviam mostrado Berle e Means, os gerentes podem administrar com relativa margem de manobra a empresa, seus contratos, sua expansão, sua distribuição de dividendos, até mesmo sua estrutura acionária, se forem suficientemente espertos. Um escritor dos anos 1930 chegou a falar em revolução dos gerentes, sugerindo que surgia um novo mundo, uma nova classe dominante e dirigente.

No mundo financeiro isso é ainda mais marcante, pela capacidade de administrar seus salários, bônus, prêmios e participação na propriedade das empresas (os pagamentos em *stock options*).

A sementeira dos *working rich* está sobretudo em segmentos de classe média alta: é aí que muitos são recrutados. Como na Bíblia, “muitos são chamados, poucos são escolhidos”. Alguns deles sobem tanto e se alinham tanto com as “duzentas famílias” de cima que são integrados à corte, mas, em geral, se tornam aquele segmento que ajuda a organizar a exploração e a dominação, o entorno dos ultrarricos. O destaque que adquirem, em grande parte, se deve às migrações da riqueza, os lugares em que ela se afirma.

Como essa situação se coloca na sociedade americana de nossos dias?

Desde 1982, Malcom Forbes publica em sua revista a lista dos riçacos. Além disso, desenvolveu um indicador especial e extravagante: o índice de custo de vida dos extremamente ricos, que media coisas como a alteração de preços dos iates, do caviar, dos vinhos e perfumes.

A lista foi mudando – no tamanho, nas condições de ingresso, na composição – e essa mudança retrata as transformações da sociedade americana, a metamorfose da riqueza (e do poder, claro).

A primeira coisa que notamos é a concentração. Em 1982, a riqueza dos 400 representava 2,8% do PIB. Em 2006, tinha pulado para 9,5% (e havia chegado em mais de 12% durante o famoso ciclo das novas tecnologias, no final dos anos 1990).

A outra constatação é a mudança das figuras representativas. Em 1982, os herdeiros da Du Pont estavam na lista; no final do século, nenhum deles estava mais. O novo dinheiro ganhava terreno, substituindo o velho.

Na mesma lista, a fonte principal da riqueza estava nas petroleiras (23%) e na indústria manufatureira (15%). Finanças e empresas de tecnologia somavam apenas 12%. No começo do milênio, as petroleiras desabavam, assim como a manufatura (as duas na faixa dos 8%), enquanto as empresas de tecnologia tinham 12% dos ricos e o setor de finanças subia aos céus (quase 25% dos reis da grana).

Os chamados “bilionários de macacão” acumulavam em setores menos charmosos – faziam calçados, roupas, sabonetes, pregos ou automóveis –, coisas que levavam anos para dar frutos. As indústrias *new-tech* geram fortunas de um mês para outro; no setor de finanças, alterações podem sacudir o mundo em horas, minutos.

Ainda, na lista de 1982 podia-se notar a presença de uma dúzia de famílias do “dinheiro antigo” – nomes como Ford, Frick, Rockefeller, Harriman, Whitney, Du Pont –, que então representavam mais de 20% da lista, haviam caído para uns 2% no começo do milênio.

O engraçado é que havia uma porção de ricos, no setor avançado da economia, que sequer eram graduados em universidades, como Bill Gates, seu sócio Paul Allen, ou o chefe da Oracle, Larry Ellison. Ainda assim, Gates virou símbolo de sucesso. Sua riqueza equivale à de uma dúzia de países da África. E conquistou tudo isso comprando e vendendo: comprou o MS-DOS de uma empresa pequena de Seattle, reformou e vendeu para a IBM, transformando-o no *software* mais vendido (porque praticamente indispensável) da indústria de computadores. A partir daí, contratou os melhores do ramo e construiu seu império, a jato.

O dinheiro também havia mudado de casa. Da costa leste para a costa oeste, sobretudo para a Califórnia, em uma nova corrida do ouro.

Desde os anos 1980, muito dinheiro se faz desmantelando empresas, não criando. O governo Reagan desregulou uma porção de atividades, cortou impostos dos ricos e da especulação, baixou juros para investidores. Daí, virou moda bem lucrativa “alavancar” empréstimos, comprar grandes corporações, desmembrá-las e revender os pedaços, ganhando um belo saldo. A América deixou de investir no longo prazo e passou a sonhar com lucro bem rápido, destrutivo. Um dos ricos desse setor, Michael Milken, ficou conhecido como rei dos “títulos podres”, herói do business – até o momento em que virou vilão e foi encarcerado como trapaceiro (mas rico...).

Dentro do próprio setor financeiro, as pedras mudavam de mãos. Os chefões dos bancos e corretores continuavam muito ricos, mas os tubarões da hora eram os gestores de “*fundos de hedge*” e de “*private equity*”, os especuladores mais agressivos. Eles juntavam dinheiro de muita gente – famílias ricas e meio-ricas,

fundos de pensão, administrações locais – e aplicavam. Fixavam seu próprio percentual, bem gordo, e viravam o que se chamava de “*Golden boys*” ou, no popular, os garotos espertos.

Outra coisa que se nota, olhando a evolução da lista, é que a riqueza herdada continua sempre relevante, mas com frequência se deteriora. O pai fundador é milionário, o filho é gastador, o neto fica com as sobras? Isso acontece, mas o que acontece com mais frequência é outra coisa: dinheiro gera dinheiro, riqueza herdada se acumula e multiplica. Donald Trump, por exemplo, é frequentemente apontado como um *self-made man* (alguém que fez fortuna por meios próprios) agressivo, mas é herdeiro de uma grande fortuna imobiliária.

Ao redor dos muito ricos se constrói uma casta cada vez mais aquinhoadada de novos moradores da corte. E seus modos de vida vão ficando similares aos dos antigos. O bilionário graúdo viaja em seu próprio avião e tem uma ilha. O seu advogado-chefe viaja em primeira classe, hospeda-se em hotel de alto luxo e... vai jogar golfe com o patrão-companheiro. Os bilionários de New York sempre tiveram mansões – hoje se pode visitar a casa do velho Frick, mas ela é um museu, a Frick Collection, com sua enorme coleção de pintura flamenga –, mas o charme da riqueza, hoje, é morar em apartamentos de mil metros, naqueles edifícios quase-exclusivos da Park Avenue, com janelas tão poderosas que quase se pode ver a costa portuguesa...

Os mortais comuns costumam dizer que mais importante do que o QI tradicional é o “quem indica”. Assim é para os ricos, quando olhamos para seu currículo escolar. Claro, em geral eles frequentam a fina flor das universidades, as mais caras, mas não necessariamente para aprender – estão lá para “socializar”, cultivar os laços que já têm e criar novos. A multiplicação da riqueza – sobretudo para os que estão em movimento de subida – depende dessa agressiva soma de redes. A grande escola é uma espécie de agência de matrimônios monetários. E para os que estão ainda no começo da subida, o “onde estudou” é mais importante até do que aquilo que efetivamente aprendeu.

A riqueza muda de mãos, muda de forma e, principalmente, muda seu modo de agir no conjunto da sociedade. Ela já não flui de quem constrói, mas de quem mexe os coelhos dentro das cartolas. Pouco importa quem faz as fitas e faixas, ou cria os coelhos, ou, até mesmo, se os faz mais eficientemente. O relevante é se a mão é rápida o suficiente para fazer aparecer ou desaparecer o bicho, se é possível fazê-lo passar para seu bolso sem que ninguém se dê conta da operação. Muitos economistas já fizeram essa conta. A riqueza dos fundos financeiros está longe de “municipiar” a economia real, a produção dos bens e serviços. De fato, ela é uma riqueza estéril, nada cria, mas se expande – mais exatamente, ela é masturbação, não sexo.

Ricaços, um povo sem pátria

Esse é um caminho para a emergência dos novos ricos, é verdade. Mas também para um salto de valor entre os já ricos. Nada disso se produz puramente pelas “forças do mercado”, Essas forças do “livre mercado” precisam ser engendradas, alimentadas e dirigidas pela atuação política, pelo Estado. Programas de privatização e desregulamentação, por exemplo, inflaram numerosas fortunas pessoais. E as políticas tributárias e contábeis cuidaram de mantê-las a salvo do fisco. Imposto, dizia uma bilionária famosa, é coisa para os pobres. Riquistanenses empregam parte de sua renda para comprar as normas. Como diz a anedota, eles não reclamam dos senadores, compram os seus.

Dizia um escritor espanhol que os ricos que têm cachorro de raça com o tempo ficam com o cérebro do cachorro. O cãozinho fino está acostumado com o cheiro, a roupa, os modos de andar e de falar dos nobres. Quando passa perto um pobre... eles, os ricos, rosnam e mordem. Os filhos dos ricos seguem esse mesmo caminho. Educados em ambientes protegidos, olham para pretos (geralmente pobres) e pobres (geralmente pretos), com aquele espanto: vagabundo esmoleiro ou fornecedor do pó básico? Parece forte a imagem? No Brasil dos últimos anos esse comportamento saltou à frente da cena – o classismo e o racismo perderam a vergonha.

Os ricos possuem instituições sociais exclusivas – bairros fechados e murados, torres de apartamento ultraprotégidas, escolas privadas, clubes e resorts de verão exclusivos, estações próprias de esportes de inverno. Essas instituições criam um sentimento de coesão, de pertencimento a um grupo especial, a percepção de um “nós” diferente “deles”.

Eles também sabem como agregar, mantendo as hierarquias. A comunidade dos altos negócios e a “classe superior” são intimamente ligadas, quase os dois lados da mesma moeda, por diferentes fatores: (1) os membros da “classe alta” possuem uma parte significativa das ações privadas (não anônimas) das sociedades; (2) muitos super-ricos continuam envolvidos na direção das megaempresas; (3) os administradores profissionais de alto nível, mesmo quando originários da classe média, são assimilados nessa classe alta e compartilham seus valores e modos.

Assim como o tempo passa, os ricaços tendem a criar uma cultura própria. Não é mais a “cultura americana”, por exemplo. O escritor Douglas Rushkoff conta uma história assombrosa¹: fora convidado a fazer uma palestra bem paga – a mais bem paga de toda a sua vida. Levado ao local do evento, descobriu que era,

1 Disponível em: < <https://outraspalavras.net/sem-categoria/os-ultra-ricos-preparam-um-mundo-pos-humano/>>. Acesso em: mar. 2019.

de fato, uma reunião fechada com meia dúzia de ricos. Sua missão: dissertar sobre o “futuro da tecnologia”. Na verdade, os ricos, quando perguntam pelo futuro do mundo pouco se importam com o mundo – queriam, diz Ruskoff, que ele desse alguma luz sobre outra questão: como eles, ricos, poderiam se desligar do futuro do mundo e viver em uma redoma à prova de desastres. Os bilionários vivem dentro de estados nacionais e de seus recursos se beneficiam – segurança, proteção, entre outros. Mas seus principais órgãos de poder são globais: Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, FMI, G20, G7, Fórum Econômico Mundial, Comissão Trilateral, Grupo Bilderberg e assim por diante.

A internacionalização dos ricos é de tal ordem que muitos analistas falam em uma elite global ou uma classe transnacional. O Relatório da Oxfam², em 2017, mostrava alguns dados chocantes sobre essa turma: desde 2015, o 1% mais rico detinha mais riqueza que o resto do planeta.

Atualmente, oito homens detêm a mesma riqueza que a metade mais pobre do mundo.

Ao longo dos próximos 20 anos, 500 pessoas passarão mais de 2,1 trilhões de dólares para seus herdeiros – uma soma mais alta que o PIB da Índia, um país que tem 1,2 bilhão de habitantes.

O estudo da Oxfam inclui indivíduos com um patrimônio líquido de pelo menos 1 bilhão de dólares. O ponto de partida é a famosa lista da revista *Forbes*, publicada desde os anos 1980. Ali, no levantamento mais recente, os 1.810 bilionários (em dólares) possuem um patrimônio de 6,5 trilhões de dólares – a mesma riqueza detida pelos 70% mais pobres da humanidade.

Desse modo, assim como nos Estados Unidos, a pirâmide da humanidade vai se afunilando e tomando um formato cada vez mais segregado: o andar do 1%, o andar dos 20%, e o piso ampliado dos 80%, ainda que essa última faixa inclua os “remediados” e os extremamente miseráveis.

Preste atenção nesse andar intermediário. Quando você olhar para a “elite” do mundo, preste atenção nos dois lados. Na elite da elite, a nata do dinheiro e do comando político – aquele tal “1%” ou, ainda mais, no “0,01%” mais de cima, mas também preste atenção no seu “setor operativo”, os 15 ou 20% mais abaixo, que organizam a dominação diária, o controle social, a difusão da ideologia reinante.

Existe alguma divergência na contagem da camada mais fina e superior da elite do mundo. Aparentemente, na média das avaliações, ela consiste em menos de 10 mil pessoas. Pode ser um pouco mais – contudo, esteja certo, não é preciso de um estádio de futebol para reuni-los. Essa é a nata da nata. Em torno deles vem a nata propriamente dita: são chefes de estado, presidentes das maiores corporações, barões da mídia, investidores de alto porte, chefes de empresas de tecno-

2 Disponível em: <<https://www.oxfam.org/en/research/economy-99>>. Acesso em: mar. 2019.

logia ou petróleo, gestores de fundos de hedge, investidores de “*private equity*”, alguns poucos líderes religiosos, um punhado de artistas, cientistas, artistas, celebridades que hipnotizam o mundo. Aí figuram, claro, altos comandantes militares – ao lado de dirigentes de grandes corporações de violência privada, talvez possamos incluir mesmo os principais chefes do crime mundial.

A elite do mundo hoje é diferente daquela que havia uns 50 anos atrás, quando a economia era internacionalizada mas apenas engatinhava para a globalização atual. Naquele passado recente, havia elites nacionais que tinham conexões entre si – eram “relações externas”. Hoje é diferente. Não muito tempo atrás, lá na metade dos anos 1960, as 100 maiores empresas do mundo tinham, somadas, umas 1300 subsidiárias internacionais. No final do século, esse contingente já passava das 10 mil, só das 100 maiores corporações. O mesmo ocorre com os bancos. E todas essas corporações têm subsidiárias muito especiais, apenas para “registrar” suas atividades, esconder seu dinheiro e fugir dos impostos – nos paraísos fiscais, que comentaremos em outro capítulo.

A nova superclasse rica internacional é feita de gente que se conhece de perto, que se sente em casa quando está fora de casa, porque o mundo é sua casa. Os ricos norte-americanos têm muito mais em comum com os ricos europeus ou asiáticos do que com as massas de americanos.

Mark Malloch Brown, um antigo alto funcionário da ONU e ex-ministro inglês, comentou algo revelador, lembrando uma recepção organizada pelo Fórum Econômico Mundial em New York, em 2001: “Quando minha mulher e eu caminhávamos pela sala, cumprimentando amigos a todo instante, nós nos olhamos, balançamos a cabeça e dissemos: “o que aconteceu conosco, que caminhamos pela festa de Davos e conhecemos mais gente do que quando caminhamos nos parques da cidade em que moramos?”.

De vez em quando, pequenos problemas revelam o tamanho da encrenca. Quando a equipe de Obama organizava a festa de posse percebeu um problema: não havia lugar em Washington para estacionamento, não de automóveis ou ônibus, de aviões privados. Ser rico de verdade, hoje, não é ter um Mercedes com motorista. é ter jatinhos, iates; não é ter uma casa ajardinada em bairro elegante e murado, é ter meia dúzia de moradas rotativas. Uma, talvez, ao lado do Central Park, em New York; outra em um rancho no oeste; uma, ainda, em um condomínio fechado na praia da Califórnia. e, de quebra, alguma ilha no Caribe; uma fazenda no Kenya.

Milhares desses ricos extravagantes dirigem empresas maiores do que muitos países. Os dados de 2007, um ano antes da eleição, por exemplo, mostravam que o produto bruto mundial era estimado em algo perto de 47 trilhões de dólares. E, naquele ano, as 250 maiores companhias do mundo vendiam mais de 15 trilhões de dólares. Para ter uma ideia do tamanho, o PIB dos Estados Unidos e da União Europeia girava em torno dos 13 trilhões de dólares.

A ExxonMobil era maior do que a Arábia Saudita, o xodó dos Bush; Wal-Mart era do tamanho da Polônia ou da Indonésia; a GM era maior do que a Tailândia; e assim por diante. As grandes corporações decidem o destino de povos e países, equilibram ou desequilibram o mundo mais do que os tsunamis do sul da Ásia. E das 100 mega-empresas do planeta, umas 80 estão nos Estados Unidos e Europa – o resto está no Japão e na China.

Para ajudar a circulação das elites, essas empresas também são um reservatório de “ocupações” para ex-dirigentes políticos, ou para aqueles que esperam para sair de um cargo e entrar em outro. Os ricos não compram apenas iates, compram países, parlamentos, presidentes, eleitos ou não.

Essas corporações – seus chefes, melhor dizendo – definem que tipo de lobby vão fazer nos legislativos ou quais candidatos vão ganhar, selecionam mesmo quem pode se candidatar, já que são os maiores financiadores de eleições. Não por acaso, as “casas do povo” acabam refletindo, ainda que palidamente, essa força da riqueza: nos EUA, 40% dos membros do Senado e um terço da Câmara de representantes são simplesmente milionários.

Um estudo do Instituto for Policy Studies (Anderson et al., 2011) fez um levantamento sobre as 100 maiores corporações – aquelas que pagavam mais a seus executivos – e verificou que, dentre elas, as 25 primeiras pagavam mais para os presidentes da empresa do que o total que pagam em impostos! E umas 20 delas gastavam mais com lobby do que com impostos e taxas. Umhas 18 gastavam mais em doações de campanha do que em impostos.

A riqueza, tal como se consolidou no novo milênio, criou um verdadeiro mundo novo, um admirável mundo novo. Se o leitor quiser ver uma criativa paródia desse mundo, sugiro que veja um filme de 1988, dirigido por John Carpenter, *They Live*³. Ainda há quem acredite que era uma ficção. Era um retrato do que acontecia nos Estados Unidos sob Reagan, segundo o cientista político Mike Davis. Na verdade, o próprio John Carpenter disse, certa vez, que o filme não era ficção científica, era um documentário da época.

A história começa com um trabalhador da construção civil que muda para outra cidade em busca de emprego. Saía de Denver, Colorado, onde a economia ia mal, mas ele “acreditava na América” e “acreditava nas regras”. Daí, vai percebendo umas coisas estranhas. Depois de algumas confusões, descobre que há organizações clandestinas que querem derrubar o governo mas são periodicamente desmanteladas pelas forças da ordem. Num desses “aparelhos” subversivos, ele acha uns estranhos óculos, desenvolvidos pelos intelectuais e cientistas de um desses grupos. As lentes mostram a realidade “oculta”, e ele descobre que há um enorme número de alienígenas entre os humanos “normais”, e que os

3 Resumo e comentário disponíveis em: <<https://mundocogumelo.blog.br/.../eles-vivem-assista-online-.../>>.

anúncios publicitários e programas de TV emitem mensagens cifradas, com ordens de obediência e submissão.

Em suma, os Estados Unidos são governados por alienígenas disfarçados como membros da elite dos negócios e de profissões de alto nível. Os extraterrestres colonizam a América e desmantelam a nação em nome do “mercado livre”. Eles se falam sussurrando um ao outro através de pequenos rádios, instalados em relógios Rolex, que simbolizam o seu status elevado, proporcionando um canal seguro para a sua comunicação reservada. Seu objetivo é a exploração da multidão de terráqueos em benefício dos poucos alienígenas – o “1%” daquela época – contando com alguns humanos “colaboracionistas” pagos com os restos do banquete.

Eles são entusiastas do “mercado livre” – a terra é o seu “Terceiro Mundo”, diz um dos organizadores dos rebeldes.

Os alienígenas dizem aos humanos colaboracionistas: “a economia cresce, a resistência é inútil e não há alternativa, então você também pode jogar do nosso lado e tirar algum proveito. Fique conosco e aproveite as recompensas”. Os que se vendem ao sistema justificam assim: “é tudo um negócio, não há mais país, eles comandam tudo, podem tudo”.

Aqueles que não podem ser cooptados ou anestesiados pela mídia dominante e pela participação no consumo, evidentemente, são rotulados como “terroristas” e “comunistas que querem derrubar o governo”. Eles são sujeitos à repressão, operada por um estado policial de alta tecnologia, com câmeras de vigilância e aparelhos que prenunciam os atuais drones. Para piorar as coisas, os trabalhadores se dividem em termos de raça e etnia, conflitos explorados maquiavelicamente pelos alienígenas e seus colaboradores.

A resistência clandestina consegue desenvolver uns óculos e lentes de contato que têm o poder de “desvelar” a identidade dos alienígenas, permitindo ver quem é humano e quem não é, e conseguem ler as mensagens cifradas nas revistas, cartazes, painéis, TV.

O herói do filme, o João Nada, é o trabalhador de construção, branco, loiro, que toma consciência da coisa e convence seu colega de trabalho, Frank, um outro operário, negro, a entrar no combate. Os dois invadem a sede de transmissão dos alienígenas e destroem tudo, embora sejam mortos na ação. Os alienígenas têm seu sistema desmantelado e fogem, mas os dois combatentes morrem.

O filme tem cenas muito interessantes, imagens contrastando a riqueza e a pobreza das grandes cidades. Mas o forte é o simples enredo da elite dominante e de seus colaboradores próximos. Duas coisas me chamaram atenção, tendo em vista a realidade que temos hoje diante de nós.

No começo do filme, a organização de resistência é coletiva, organizada em uma igreja que funciona como catalisadora da pobreza descontente e, ao

mesmo tempo, como fachada. Ela é reprimida. Sobram apenas o herói e seu camarada, Frank.

1. A metáfora dos óculos especiais, criados pelos cientistas, revela a realidade, a existência daquela minoria não humana que explora e domina. E revela o sentido que está por trás das enganosas imagens de publicidade e do calor do entretenimento televisivo. É uma ferramenta de conhecimento libertadora.
2. Os óculos conseguem detectar quem representa “1%” não humano, cérebro da exploração e do controle social, mas não conseguem detectar quem são os colaboradores, os humanos que passam para o outro lado. Ou seja, é preciso uma ferramenta um pouco mais sutil para tratar desse elemento da realidade.
3. Não basta saber o que é a “realidade”. Você pode descobrir tudo isso e mesmo assim ficar parado. É preciso ter vontade e uma boa tática para destruir o sistema.
4. A solução dos heróis é simples e eficaz, ainda que suicida. A guerra armada, a invasão do quartel-general dos alienígenas, um comando guerrilheiro. É preciso ter mais imaginação...

Paraísos fiscais: onde a riqueza mora

Os motéis do capital

Os mordomos da riqueza escolhem nomes elegantes para os motéis do capital. Eles são chamados de “*Offshore Finance Services*”. Para orientar os interessados ou, talvez, desorientar os curiosos, há um verdadeiro rio de livros, artigos e brochuras do tipo autoajuda ou “faça você mesmo”. Muitos deles parecem “guias de viagem” para a riqueza em trânsito.

Tecele na Amazon.com e verá uma chuva de livros e livretos dirigidos ao consumidor dos sonhos de evasão e “liberdade fiscal”. O bom dessa livraiada é que ela indica como são construídas as moradas da riqueza e como se retratam os próprios ricos.

Um desses “manuais do usuário” simplesmente se apresenta como “*everyman’s guide to tax havens*”. Isto é, *everyman*, você, por exemplo, pode fazer o que esses ricos e corporações fazem. Mas o livro *Tax Havens for International Business*, de Adam Starchild, – vai diretamente ao programa que defende: o livro explica como se pode acumular mais taxas “após-impostos” através de uma operação em paraísos fiscais, mais do que seria possível utilizando os esquemas usuais de proteção contra impostos, aqueles esquemas que “nós” utilizamos dentro do país.

Deixe de gastar tempo e energia com “planejamento tributário” destinado a driblar o cobrador de impostos. Seus problemas acabaram! Afinal “a incorporação em quase todos os países-paraísos é rápida, simples e relativamente barata”. Um sonho, não é?

Para não dizer que a manobra é inteiramente governada por interesses mesquinhos e conspirativos, o autor tenta justificá-la em termos morais ou, pelo menos, em função de uma “ética empreendedora”: “Os homens de negócios e executivos das companhias se sentem não apenas com o dever, mas, também, com a obrigação moral de utilizar medidas legais de redução de taxas”. E é por isso que, lembra, os sistemas legais dos países-paraísos precisam ter algum tipo de “interação” com aqueles dos países dos “refugiados”. Interação significa prever brechas, ou torcicolos, aqueles que permitem que você olhe para um lado e chute para o outro, enquanto a plateia se distrai.

Se você ficou comovido com as angústias dos portadores da grana e com as responsabilidades dos executivos, ficará ainda mais tocado com o livro de Hoyt Barber – *Tax havens today: the benefits and pitfalls of banking and investing offshore*.

Barber promete nada menos do que uma “*Offshore Bible*” – Amen. E também começa por uma chicana moral: distingue entre evitar e sonegar e, em seguida, retrata o pobre (?) cidadão que, evitando praticar um crime, claro, busca a proteção da ferramenta paradisíaca. Esse torturado contribuinte que deseja reduzir a contribuição vive sob o “fantasma das taxas”, esse massacre que multiplica “desencantados americanos”, desesperados em busca de uma “vida inteiramente nova”. E vida inteiramente nova, claro, se encontra no paraíso. Felizmente, boas almas inventaram países que permitem isto ainda na vida terrena.

O livro traça um retrato dos torturados cidadãos que buscam essa fuga. É digno de lágrimas. Segundo Barber, os coitados fogem da opressão governamental, discriminação, processos em cascata, ameaças de chantagem e sequestro, terrorismo. Ah, a vida dos ricos é mesmo um inferno!

Inferno? O termo vem a calhar. Um colunista brasileiro, certa vez, veio com essa: “só existe paraíso fiscal porque existe inferno fiscal, porque os cidadãos são tiranizados pelo estado”. Assim, ficamos sabendo que os detentores de contas na Suíça ou nas Ilhas Cayman são seres perseguidos e humilhados. O curioso é que esses coitadinhos, se fizessem uma declaração de propriedade a rigor, diriam algo assim: tenho bilhões investidos nisto e outros bilhões naquilo, 12 fazendas com respectivos castelos, 4 aviões e 6 helicópteros, 3 iates, 24 deputados, 12 governadores, 10 senadores e uma parte-alíquota de 5% do presidente da república, além de duas dezenas de juizes. Ufa, que sofrimento! Tenho que me livrar desse estado opressor.

Barber faz a descrição desses aflitos senhores, que estariam entre os 2% superiores da sociedade, os “tesouros nacionais”, como ele os rotula:

[...] homens de negócios, empreendedores, industriais, capitalistas, inventores, escritores, atores, cantores, cientistas e outros tipos de gente rica e criativa. Eles constituem grande parte dos fundamentos econômicos sobre os quais se cria a riqueza atingida pelo cobrador de impostos. Na Inglaterra, estas flores mais brilhantes entre os cidadãos são, muitas vezes, as pessoas que fizeram as malas e se foram. (Barber, 2006)

Triste o cenário. Temos os 2% superiores expulsos de suas pátrias, como aqueles desgraçados migrantes da África e do Oriente Médio, atravessando as fronteiras da Alemanha em busca da liberdade. Talvez, se soubessem do Estado tirânico que ali existe, prefeririam a Suíça, Mônaco, as Ilhas Jersey. Não foram avisados que é ali que devem depositar suas trouxas.

O interesse popularizado nos paraísos foi largamente produzido pela menção a figuras que pareciam marginais ou excêntricas: *gangsters*, traficantes, políticos e celebridades artísticas e esportivas. Aquilo que talvez frequentasse noticiário policial ou de variedades. Porém, um livro ácido, dos irmãos jornalistas Obermaier, rasgava o verbo: tinham achado algo mais do que um aspecto menor do sistema, era o próprio sistema.

O extraordinário crescimento desses motéis do capital é claramente ligado ao que se chama de globalização econômica, a internacionalização complexa do comércio, da manufatura e, claro, dos bancos. Afinal, mais de 90% do que circula nos chamados mercados de capitais é dinheiro (ou crédito) que não financia coisa alguma de concreto – não contribuem para produzir um prego ou sapato.

E aí, quando a finança decola, o sistema dos paraísos ganha identidade madura. Trata-se de um “jogo de volta” do capital, uma revanche contra as conquistas que movimentos sindicais e populares tinham obtido no espaço dos estados nacionais, através de políticas públicas, taxaçoão progressiva, regulamentações trabalhistas, ambientais, fitossanitárias e assim por diante. Desse modo, o paraíso fiscal é, sim, “o sistema” – o modo como este garante sua reprodução em escala ampliada.

Bem mais do que uma Suíça

A imagem da ilha do tesouro e seus piratas é antiga, assim como suas afinidades com o poder político. No século XVI, alguns deles eram mais do que aristocratas, frequentavam com grande intimidade as damas da corte, inclusive a rainha. O império britânico desabou, como ocorre com todos os impérios, um dia. Mas a City londrina, seu coração financeiro, renasceu dessas cinzas para se tornar a capital

de outro império, aquele do crime credenciado, com pontos de ocultação e desova espalhados pelo planeta. Também nesse novo império, o sol nunca se põe.

O nascimento dos modernos paraísos fiscais é controverso, sua história é um emaranhado de circunstâncias e ações deliberadas. Quando terminou a segunda guerra, os países que sobraram de pé começaram a reorganizar o sistema de trocas – a começar pelo comércio internacional, as tarifas e regras de movimentação de mercadorias entre fronteiras. Mas não foi apenas esse tráfico que cresceu. Tudo começou a viajar mais. As grandes empresas manufactureiras, sobretudo americanas, perceberam a oportunidade e a conveniência de estabelecer filiais mundo afora, produzindo em outros países aquilo que antes vendiam de além-mar. Como era de se esperar, o crédito, os bancos, coordenaram-se com esses movimentos do comércio e da produção. Porém, no sistema internacional montado em Bretton Woods, fortemente influenciada pela visão keynesiana, o movimento de capitais era bastante regulado.

Não demorou e toda essa internacionalização, bem-sucedida, foi gerando massas de lucros e juros em cascata, em busca de proteção, sigilo e, claro, novas oportunidades para seguir seu próprio mandamento de “crescei e multiplicai-vos”.

Naquela ocasião, esse refúgio tinha um endereço quase exclusivo. Desde 1934, a Suíça protegia fortemente os depósitos bancários, com leis que criminalizam a difusão de informações sobre os clientes, inclusive para governos. Inventaram uma historinha melosa, dizendo que se tratava de iniciativa humanitária, para proteger judeus perseguidos pelo nazismo. A fragilidade dessa lenda conveniente fica muito clara, contudo, quando vemos as circunstâncias da invenção: a lei protetora vem logo depois de um escândalo envolvendo ricos franceses, de bispos a generais, passando por oligarcas de todo tipo.

Aos poucos, foi-se criando um outro centro de grana sem pátria, em Londres, o chamado mercado dos eurodólares. A origem é controvertida. Alguns a relacionam com os depósitos de divisas soviéticas, que desconfiavam dos bancos americanos. Queriam fazer depósito em dólar, mas não na terra do adversário. Além disso, as próprias filiais das empresas internacionalizadas precisavam operar grandes massas de lucros retidos. E, por fim, o dinheiro dos novos ricos do petróleo, aqueles xeiques da Arábia. Muita grana armazenada e pronta para financiar... ditaduras no terceiro mundo, aqueles brucutus latino-americanos e africanos que queriam construir pirâmides com os ossos de seus compatriotas. Os ditadores ganhariam suas comissões e, claro, precisavam de cofres protegidos e sigilosos.

Com o tempo, mesmo bem equipadas, Suíça e Londres foram ficando insuficientes para as numerosas manobras de esconde-esconde da grana. A riqueza do mundo queria mais. Em 1980 veio a solução, e não foi nada “espontânea” como um troca-troca de mercado. A força do estado foi decisiva. Grandes reformas nos sistemas bancários dos EUA e Inglaterra tornaram viáveis movimentos bem mais

ousados desses países. A Inglaterra tinha um ás na manga. Eram as suas antigas colônias, hoje quase países, com soberania, mas vinculados à Commonwealth e dela dependentes. Prontas para o serviço. Um punhado de ilhotas e cidades-estados dispostas a vender suas leis para o capital cigano.

Não demorou, o grande sistema se organizou. Com divisão de tarefas e hierarquias. A Suíça continuava no jogo, mais do que nunca. Muito do que se faz nessas ilhotas espalhadas se articula de fato em Zurique. Londres despontava como a outra praça central. E, claro, Wall Street, depois das desregulações promovidas por Reagan e seus sucessores, republicanos ou democratas, tanto faz. Estava pronta a infraestrutura legal para a expansão de um sistema de pirataria planetária e, agora, imaterial, puramente financeira. Com o tempo, puramente digital. Nas novas ilhas do tesouro não se deposita ouro ou prata. Depositam-se contratos, títulos e ações, copyrights, patentes, créditos e débitos. Intangíveis. Riqueza em seu terceiro estado, o gasoso.

Do crime “comum” ao crime com *pedigree* e CNPJ

Para quem se acostumou a pensar a lavagem dinheiro e o paraíso fiscal como atividade de traficantes e bandoleiros, pode parecer chocante a convivência feliz que encontramos nas ilhas modernas – homens “de bem e de bens”, grandes corporações e bancos, grandes e prestigiosos escritórios de advocacia compartilham segredos e procedimentos com traficantes. E com agentes da “inteligência americana”, talvez a maior organização criminosa do mundo. O clube é diversificado.

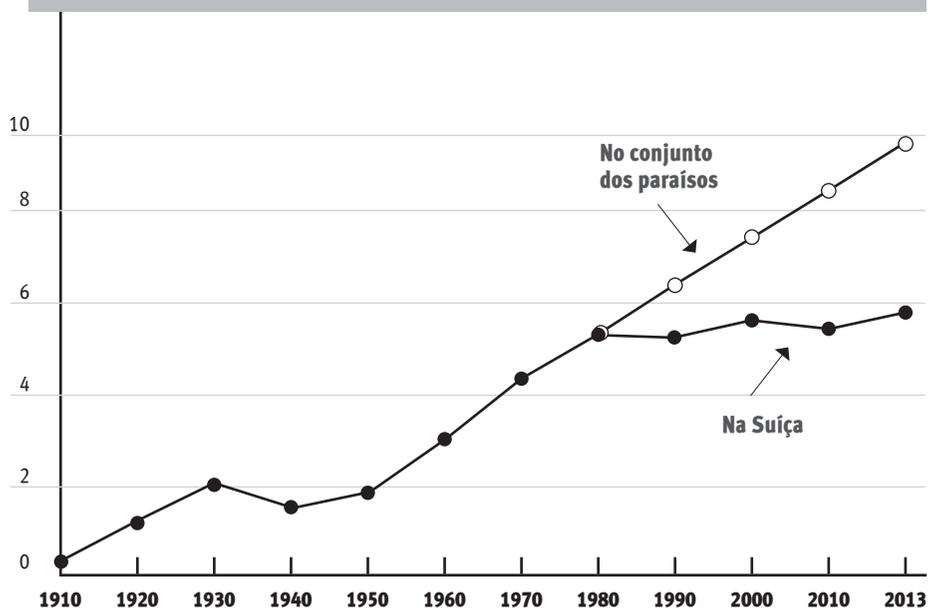
Vivem no mesmo espaço, utilizam os mesmos profissionais da lavagem, utilizam os mesmos canais de movimentação dos fundos. Uma convergência leva a outra, diz Shaxson em *Treasure Islands*, produzindo “duas transformações simultâneas: ajudando os empreendimentos criminosos a imitar os negócios legítimos, e encorajando os negócios legítimos a comportar-se como empreendimentos criminosos”

Os dados pacientemente acumulados por um pesquisador, Gabriel Zucman, nos dão um quadro espantoso desse reino. O que segue é, em grande medida, apenas a transcrição desses dados, traduzidos e adaptados para o leitor brasileiro. Estão no *website* do autor e no livro *The Hidden Wealth of Nations: The Scourge of Tax Havens*.

A primeira imagem do livro retrata a ocasião em que emergem os novos paraísos, juntando-se à mãe Suíça. Os números são eloquentes.

A *Figura 1*, por outro lado, contrasta uma impressão fortemente popularizada: mais da metade dessa riqueza pertence a europeus, não a oligarcas russos ou ditadores africanos.

Gráfico 6 A riqueza de europeus em paraísos fiscais
(% de suas disponibilidades financeiras)



Fonte: OCDE e FIBGE (Elaboração própria)

É claro que se pensamos na dimensão dos países africanos e latino-americanos (seus PIBs), os montantes são muito significativos. E nos levam a pensar nos custos dessa evasão para o desenvolvimento desses países.

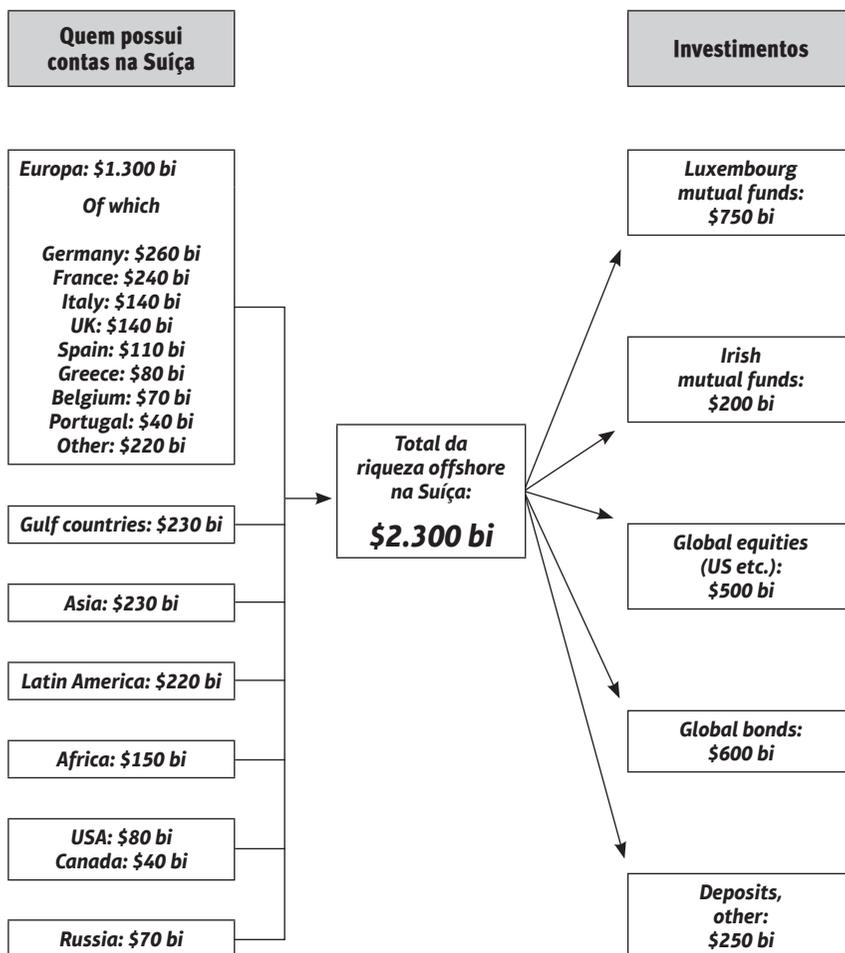
A *Figura 2, página 44*, destaca o papel ainda relevante (e articulador) da Suíça nessa constelação. Devemos lembrar que existem mais de 60 paraísos fiscais. Em termos globais, pelo menos 10% da riqueza financeira (não imóvel) dos bilionários do mundo está depositada nesses bancos. Um terço disso fica na Suíça, estritamente.

Zucman estima, tanto quanto pode, os custos dessa evasão para os Estados, com notórios impactos em suas políticas domésticas. As fraudes significariam algo como 200 bilhões de dólares de perdas para os governos, apenas em 2014.

O *gráfico 7, página 44*, retrata uma evolução no Sistema. Alguns países tinham normas complicadoras. Para facilitar o jogo, nos paraísos, os depósitos vão mudando de forma, para manter o anonimato e as isenções fiscais. De pessoas para *shell-corporations*, empresas-biombo ou laranjas. Os paraísos modelam suas leis de modo a permitir o registro de corporações sem a identificação de seus pro-

Figura 1 **Conta de bancos suíços** (2015)

Em 2015, bancos sediados na Suíça movimentaram 2,3 trilhões de dólares pertencentes a não residentes. Dentro deste total, 1,3 trilhões pertencem a europeus. Cerca de 40% da riqueza movimentada na Suíça é colocada em fundos mútuos, principalmente em Luxemburgo



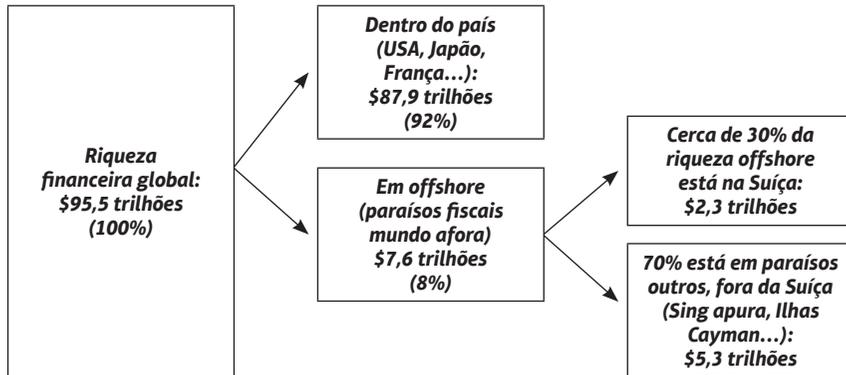
Fonte: OCDE e FIBGE (Elaboração própria)

prietários e dirigentes. Para os *Trusts*, em geral, basta a identificação do beneficiário, não do proprietário.

Até aqui, parece que falamos da riqueza de pessoas físicas. Mas este é apenas um pedaço do sistema e, cada vez mais, seu pedaço menor. O gráfico 8 mostra a relevância dos paraísos para as empresas transnacionais sediadas nos Estados Unidos.

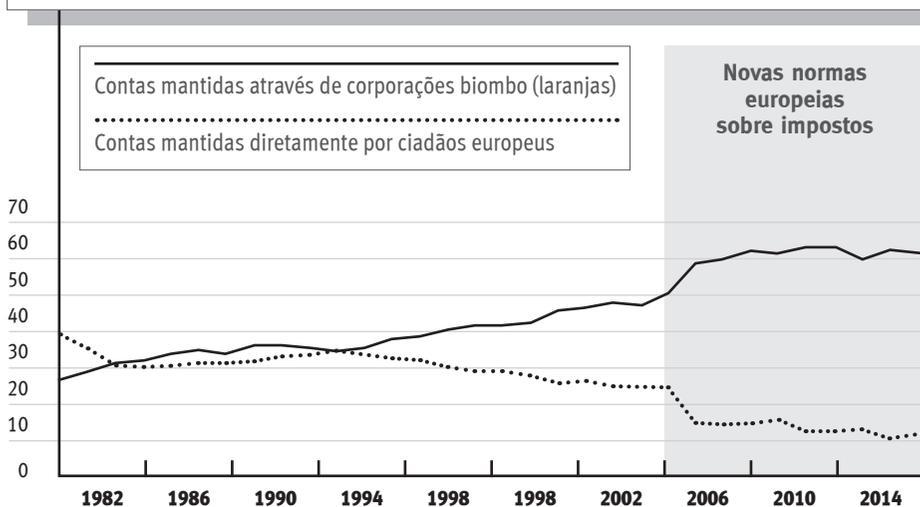
Figura 2 Riqueza financeira (móvel) em paraísos fiscais (2014)

Em 2014, em escala global, as famílias possuíam, em média, 8% de sua riqueza financeira em contas bancárias em paraísos. Um terço da riqueza mundial offshore wealth estava na Suíça



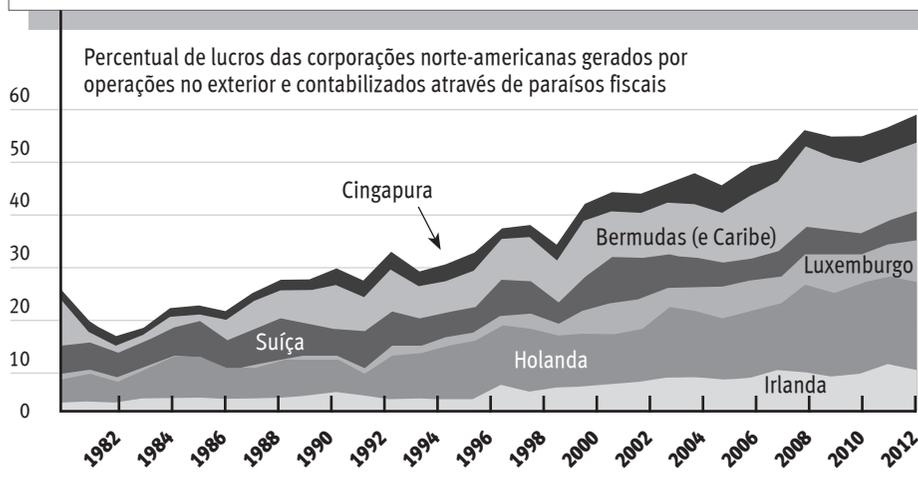
Fonte: OCDE e FIBGE (Elaboração própria)

Gráfico 7 Riqueza estrangeira mantida na Suíça (em %)



Fonte: traduzido de Davis, 2016, figura 5.1.

Gráfico 8 **Percentual de lucros das corporações norte-americanas** (em %)



Os ricos sem fronteiras

Há perto de dois anos, o mundo dos ricos ficou incomodado com a publicação dos *Panama Papers*, enorme banco de informações reunidas por um consórcio internacional de jornalistas.

Dois desses jornalistas – Bastian Obermayer e Frederik Obermaier – contam parte da aventura no livro *The Panama Papers* – breaking the story of how the rich & powerfull hide their money. O personagem principal é a firma panamenha Mossack Fonseca, que facilitou as operações de milhares de ricos e corporações, atividades mais ou menos legais, mais ou menos ilegais, mas todas muito desejosas de sigilo.

O caso se transformou em uma verdadeira novela com a revelação dos envolvidos – políticos, empresários, grandes corporações, celebridades de toda natureza. Os Obermayer, em certo momento do livro, sacam uma frase que me deu o mote da reflexão: dizem eles que tinham descoberto não “a parte menor de nosso sistema econômico. Antes, era o sistema”. Como de fato não explicam a natureza do sistema, no livro ficamos mais limitados à descrição, bastante rica, de seus elementos e de algumas das rotinas da máquina. É bem menos clara a outra face do fenômeno: qual a lógica desse sistema? Por que, enfim, podemos chamá-lo de “sistema”?

Dois livros pretendem dar um passo nessa direção – e não por acaso, já no título fazem referência ao capitalismo global. Um deles é de Mark Hampton e

Jason Abbott, *Offshore Finance Centres and Tax Havens - The Rise of Global Capital*, o outro é *Tax havens: how globalization really works*, de Ronen Palan, Richard Murphy e Christian Chavagneux.

Hampton e Abbott começam por enquadrar o paraíso dentro de um movimento mais geral – a deslocalização das atividades econômicas em sentido amplo. O fenômeno geral é este: os ricos do mundo adotam a criação de zonas (geográficas ou não) imunes à ação do Estado, suas regulações, taxações etc. Outros casos são as zonas especiais de processamento (Export Processing Zones – EPZ), os nichos de comércio on-line.

As EPZs são uma espécie de equivalente manufatureiro do paraíso fiscal ou *offshore* financeiro. No final do século XX, lembram Hampton & Abbott, calculava-se que um quarto das manufaturas do Terceiro Mundo estavam sendo produzidas nas EPZs.

De certo modo, são também zonas francas os nichos de comércio on-line desterritorializados e os países que cedem suas bandeiras para navios, as chamadas bandeiras de conveniência. É o caso do Panamá, Libéria e até países sem acesso ao mar, como Lichtenstein. São “espaços de exceção” ou “zonas francas”. A rigor, com esta caracterização, podemos incluir até os cassinos virtuais *offshore*, *sex calls centers*, tráfico de armas, drogas e órgãos, pornografia e todo tipo de atividade “comercial” vetada pelas vetustas leis dos estados nacionais, incapazes de dar resposta às “necessidades dos seres humanos”. Por que não?

As zonas francas estendem-se, portanto, a muitas atividades em potencial. E contribuem para radicalizar a libertação da “economia” na “política” e no governo, criticados como o espaço das burocracias burras, sujas e atrasadas.

Muitas vezes sequer se realociza a atividade. Ela é apenas contabilizada em outro lugar. O *booking*, o registro, é feito ali – a produção, pouco importa. Pode-se produzir um Ipad na Malásia, com baixos custos trabalhistas e tarifários, vendê-lo barato para Caymans, depois vender por 10 vezes esse preço para a Califórnia, EUA, pagando apenas os impostos (quase nulos) de Caymans. O lugar em que se imprime a fatura e se faz o *booking* tem pouco a ver com o lugar da produção. Também tem pouco a ver com o local onde se fixam o centro de decisão, a pesquisa e o projeto.

Essa desterritorialização facilita muita coisa para a corporação. Entre elas, contornar as conquistas legais dos cidadãos dos estados nacionais, que não têm como se desterritorializar.

Nada disso que estamos dizendo é construção imaginária ou arbitrária. É apenas a estilização de uma realidade cada vez mais disseminada. Todos sabemos que grandes corporações multinacionais têm espaços de produção em diferentes países, estabelecem seus centros decisórios e lugares de desenho e projeto em outros, seus departamentos de venda e logística em outros ainda. Hoje, pelo

menos um terço do que se chama de comércio internacional – isto é, de bens que circulam entre fronteiras políticas – é de fato “interno” a corporações, é comércio intrafirma. E, por outro lado, uma outra parte, também enorme, é comércio de partes (ou de direitos, publicidade etc.) com subcontratadas, com condições também muito especiais de faturamento e contabilização. Armadas de recursos como as zonas francas paraísos, as corporações reduzem seus custos e diminuem seus compromissos com a manutenção dos custos dos Estados dos quais cobram proteção e serviços. Não por acaso, presidentes tão distintos quanto Obama e Trump se queixaram da “falta de patriotismo” dessas empresas e de seu descompromisso com a sustentação das finanças de Tio Sam, que, afinal das contas, as protege no mundo inteiro, garante infraestrutura de educação e pesquisa, de ordem e justiça, de estradas e o que mais precisem.

É a luta de classes? Ainda?

Como dissemos, a tremenda expansão dos paraísos, sobretudo depois de 1970, é parte de um movimento histórico de largo espectro, um capítulo daquilo que um dia alguns outros autores chamaram de luta de classes. Hampton e Abbott preferem outro modo de enunciar o padrão, talvez um modo menos marcado ideologicamente:

O offshore é o produto de um processo histórico através do qual políticas diferentes e coordenadas de Estados combinam-se para criar novos e intangíveis lugares (shores), demarcando atividades ou territórios nos quais a regulação estatal e suas taxas são total ou parcialmente suspensas.

Como assim, políticas coordenadas e distintas dos Estados? Mas o paraíso não é aquela coisa que fica escondida em umas ilhazinhas com praias e coqueiros?

Sim, a maioria desses “centros da liberdade” estão localizados em pequenas ilhas, algumas quase invisíveis no mapa. Mas elas estão longe de confrontar ou de viver sem conexão, uma forte conexão, com as grandes praças financeiras do mundo. Algumas delas, aliás, não são exatamente países, são quase países.

Veja-se o caso da área de influência inglesa, por exemplo. É quase que o fantasma do antigo império britânico. Mas um fantasma que não serve apenas para assombrar. Uma dúzia de ilhas-Estados decidiram não declarar independência e, ao invés disso, permaneceram como territórios britânicos de ultramar, a rainha inglesa é a chefe de estado. É um estatuto singular, uma espécie de soberania de conveniê-

cia. Algumas dessas ilhas se tornaram paraísos fiscais, de fato apoiadas e geridas a partir da City londrina – Anguilla, Bermudas, Ilhas Virgens, Cayman, Gibraltar etc.

Em suma, centros como Londres, Nova Iorque (ou Tóquio, também) são as estrelas em torno das quais giram essas ilhas paradisíacas.

Hampton e Abbott afirmam que os setores econômicos “mais móveis” são agraciados com um “espaço regulatório especial”, em que o fluxo das riquezas encontra menos interferência governamental.

Outros especialistas evidenciam que os paraísos são lugares em que parecem ocorrer operações, que de fato ocorrem alhures. É algo diferente da manufatura em zonas francas. Nos paraísos as coisas são registradas, não processadas. Alguns contrastes indicam isso, por exemplo, o total de ativos e passivos contabilizados nas Cayman somam quase um terço daqueles do Reino Unido. Ora, a City londrina tem uns 340 mil empregados registrados, trabalhando ali naqueles poucos quarteirões, e em Cayman trabalham pouco mais de 5 mil. Ou Cayman é muito eficiente ou então aquilo é apenas um artifício operacional para a City, não um centro bancário de verdade.

Vistas em si mesmas, as ilhas são coisas esquisitas. Veja alguns exemplos:

As ilhas Caymans, de acordo com os relatórios oficiais, tinham em 2005 umas 70 mil companhias registradas, incluindo 430 bancos e *trusts*, 729 seguradoras e mais de 7 mil fundos. Considerando a população da ilha, cada empresa teria, na média, meio empregado. Menos do que um boteco ou banca de jornal.

A ilha de Jersey tem uns 120 quilômetros quadrados, e uma população de 90 mil, 12 mil deles empregados no setor *offshore*. Mas talvez mais curiosa seja Nauru, descrita como exemplo de excentricidade por Juan H. Viguera.

Nauru, no começo do século XX era nada mais do que uma pedra rica em fosfato, no meio do mar. Quando foi extraído todo o fosfato, o “país” virou algo inviável. Acabou. Árido, sem um porto natural, em grande parte inabitável, o que fazer? Daí, achou seu ramo de negócio: vender ou alugar soberania, isto é, legislação permissiva para certo tipo de piratas. Em 1998 esse perfil ganhou todo seu esplendor: ali desembarcaram dezenas e dezenas de bilhões de dólares procedentes da Rússia, aquela maravilha de “sociedade civil” criada pelo desmantelamento do estado soviético. Viguera relata a hilária visita de um repórter do *NY Times* ao “país”. Ele tentou localizar o seu “sistema bancário”: era um grande armazém, com muitos computadores e ar-condicionado movido a geradores. Uma zeladora mal-humorada lhe disse que ali não havia mais ninguém, ele que telefonasse... e que a deixasse em paz com suas vassouras.

Esses pequenos recantos são uma espécie de “soberania de conveniência”. Um exemplo de empreendedorismo peculiar. Em troca de um pagamento, liberam seu acervo (a soberania) para uso de uma clientela de pessoas físicas (bilionários) e jurídicas (corporações, escritórios de advocacia e firmas de auditoria, bancos e

financeiras, *trusts* e fundos de investimento). Esses clientes buscam basicamente isto: impostos baixos ou nulos, sigilo de informações, facilidade para constituir empresas rapidamente. Em geral, nem mesmo é necessário declinar o nome de seus proprietários – no caso dos *trusts*, no máximo o nome de seus beneficiários.

Uma das mãos lava a outra

Muitos especialistas batem nessa tecla: a existência dos paraísos enfraquece os processos regulatórios e tributários dos Estados principais. Contudo, como dissemos, a legislação dos estados centrais – aqueles com legislação supostamente menos permissiva – precisam ter brechas pelas quais as operações em paraísos sejam de algum modo internalizadas. Desse modo, os paraísos não existem em oposição ao Estado, mas em acordo com ele. São parte integral das práticas de negócios.

Parte essencial do “sistema”, ou, mais precisamente, dos dispositivos por meio dos quais as corporações e os bilionários convivem com as regulações que tiveram que engolir ao longo dos últimos cem anos. Com o uso dessas ilhas de exceção, os detentores do capital se livram do esforço coletivo que sustenta os bens coletivos. Em suma, jogam tal custo sobre outros ombros. Adivinhe quais.

A disseminação dos paraísos e sua quase impossível detecção e controle ficou marcada, com certa dose de humor, em um bate-boca entre Obama e um representante de Caymans. O presidente americano atacou as ilhas dizendo que o “maior dos prédios da ilha era também o maior dos trambiques”, uma vez que abrigava 12 mil corporações. O chefe da Autoridade Financeira da ilha, Antony Travers, ficou incomodado e disse que Obama deveria dar uma olhada no edifício da rua North Orange, número 1209, em Wilmington, Delaware – ali estavam sediadas nada menos do que 217 mil companhias... Delaware, a uns 30 minutos da residência do Obama. Um dos quatro ou cinco paraísos “ilhados” no território norte-americano.... O estado de Delaware tem uns 900 mil habitantes e igual número de corporações em atividade. Por alguma razão tais coisas milagrosas ocorrem.

O Delaware é o segundo menor estado americano. Estima-se que metade das empresas negociadas em bolsa são ali incorporadas. E uns dois terços daquelas que compõe a famosa lista da Fortune 500 – nomes como Coca-Cola, GM, ExxonMobil. As corporações não têm ali seus centros decisórios, ali está o seu “registro” apenas. De fato, é uma espécie de paraíso fiscal desde o começo do século XX, graças à influência da família Dupont, que “moldou” o governo estadual dessa forma. E agora, outros estados americanos se transformam em paraísos adaptados.

Mas o representante de Cayman teria muitas outras respostas para desafiar a bravata de Obama. Poderia perguntar, por exemplo, as razões que levam o Citygroup, do padrinho político de Obama, Robert Rubin, a estabelecer mais de 400 subsidiárias em paraísos, várias delas... em Cayman. O mesmo poderia ser dito do Morgan Stanley e suas 300 afiliadas ou das gigantes fraudulentas, como a Enron, que tinha mais de 800 dessas contas no momento em que faliu.

A Suíça reinava nesse campo até 1980. A partir daí, a constelação de ilhas do tesouro expandiu-se brutalmente. Não é coincidência que isso tenha ocorrido com a emergência de programas neoconservadores, ultraliberais, que desregularam quase tudo – comércio internacional, leis do trabalho, mercados financeiros – e promoveram políticas deliberadas de concentração de renda, como os cortes de impostos para o andar de cima e para os ganhos de capital. Esse dinheiro a mais na carteira dos capitalistas não voltou para a produção, voou para os paraísos e para as aplicações especulativas, aquelas que não produzem um prego ou sapato.

O grande capital primeiro tentou impedir as taxações nacionais; depois, tentou sabotar; depois, contornar. Com o tempo e com acumulação de força e experiência, ganhou confiança para transformar o mundo inteiro em seu paraíso. Mas... quando as corporações e os ricos forem livres para não pagar imposto algum, quem pagará pelos serviços públicos? Sim, é isso mesmo que você pensou. A ironia da história é que talvez muitos trabalhadores e grande parte da classe média participará de mobilizações para “diminuir o Estado” e afrouxar as leis tarifárias.

A riqueza tem como se refugiar em paraísos. Para os seres “normais”, sobra o inferno.

A revanche do grande capital

Dinheiro que se esconde em ilhas exóticas é uma coisa antiga. A imagem de uma ilha do tesouro excitou gerações e gerações. Mas há diferentes tipos e diferentes motivos para tais impulsos secretistas e diferentes tipos de piratas.

O nascimento do modelo moderno de paraíso fiscal parece ter um registro e um lugar, a Suíça dos anos 1930. Em 1966, uma publicação do banco que virou o atual Credit Suisse inventou aquela historinha melosa que se propagou pela conveniência. Conta a lenda que aquele país de bancos e contadores nobres e caridosos arrumaram um modo dos judeus perseguidos protegerem suas poupanças ali, no meio dos Alpes. Corações ao alto! Só que não. De fato, o que ocorreu, naquela época, foi um gigantesco escândalo dando conta de ricações franceses e alemães que fugiam das recém-criadas taxas sobre rendas, entre outros motivos menos nobres. A trama (de 1934) envolvia o Basler Handelsbank e figurões franceses – dois bispos, vários generais e proprietários de jornais (*Le Figaro* e *Le Matin*). A lei

Suíça respondeu a esse fato com uma reforma legal: criminalizar a revelação de valores por eles depositados nos bancos. Sigilo total para as famosas contas numeradas. Os horrores do holocausto, desse modo, serviram e ainda servem para edulcorar algo bem menos comovente.

Contam Hampton e Abbott:

O Estados europeus estavam iniciando um aumento sem precedentes de tributação e regulação, entrando em conflito com uma Suíça mais conservadora, que se recusou a seguir o mesmo caminho. Os estrangeiros foram seduzidos pelo o sistema bancário suíço por causa de duas 'inovações' do direito suíço. A primeira foi a lei do sigilo. Embora o sigilo bancário fosse um princípio muito antigo, em 1934 foi a primeira vez na história em que o princípio foi colocado sob a proteção oficial da lei penal. Tornou-se uma infração penal para os funcionários do banco divulgar qualquer informação relativa à identidade do cliente, incluindo informações para seu próprio governo. A segunda inovação foi estender a lei para proteger os estrangeiros também. **(Hampton; Abbott, 1999)**

O tempo passou, a Suíça continuou “lavando mais branco”, como dizia o livro de Jean Ziegler, há vinte anos, e suas leis de sigilo foram copiadas por outros paraísos. Mais ainda: foram expandidas e diversificadas. Hoje, pode-se dizer que há operações paradisíacas de varejo e de atacado.

O paraíso no varejo é exemplificado, em grande medida, pelas práticas de *private banking* dos grandes bancos. Se você tiver mais de 2 milhões de dólares investíveis e uma conta em um banco bem nutrido, é bem provável que um dia seja convidado para o clube.

O *private banking* – acolhimento em sigilo e com redução de impostos para grandes rendas individuais – é quase a essência do paraíso de varejo. Ainda que sem esse rótulo, isso é algo que se desenvolve desde o início do século XX, quando a aristocracia colocava sua fortuna sob a gestão de seu “banqueiro pessoal”. Com o tempo tornou-se um gigante, mobilizando um volume estimado em trilhões de dólares, navegando em *trusts* e fundos, rendendo ao ano bilhões para os ricos e, claro, para seus mordomos e capatazes. Por isso, não basta ficar atento (ou eventualmente confrontar) apenas os famosos “1% do topo”. Há um outro contingente, talvez se possa dizer os outros 15% adjacentes ao topo. Palan e seus colegas descrevem a máquina:

(...) grandes empresas de contabilidade, juntamente com advogados e banqueiros, peritos fiscais e operadores financeiros, além de trusts e empresas de serviços corporativos (...). Estes profissionais são decisivos (...) estavam presentes em cada inovação legislativa projetada para evitar impostos e regulamento. Eles aconselhavam e persuadiam os políticos a produzir a legislação que precisavam (...) e em certas ocasiões elaboravam essa legislação para os Estados nos quais se estabeleciam. (...). Eles também inventaram novas técnicas de evasão (...); fazem lobby contra mudanças nas leis que se voltem contra os paraísos fiscais e produzem a argumentação segundo a qual os paraísos fiscais são uma forma inteiramente legítima de negócio. **(Palan; Murphy; Chavagneux, 2010)**

Mas e os serviços de paraíso “por atacado”? São aqueles dirigidos a corporações, bancos, fundos etc. Para várias operações que permitam um “planejamento tributário global”, isto é, uma escala de lugares onde é mais conveniente registrar e contabilizar as operações (emitir as faturas, digamos), de modo a pagar menos taxas. Quando falamos em “fatura” isso se estende a um grande número de bens e serviços negociáveis: vale para compra e venda de propriedade intelectual (*copyright*, patente, licenças), concessão e cobrança de empréstimos (reais ou fictícios) e assim por diante.

Os levantamentos mais rigorosos listam perto de 60 paraísos em plena atividade, oferecendo esse tipo de refúgio a centenas de milhares de companhias e um número ainda mais impreciso de pessoas físicas de elevada riqueza. Estima-se que metade dos empréstimos bancários internacionais e um terço dos estoques de investimento direto estrangeiro movam-se por esse canal. Quanto aos ricos globais, estima-se, escondem ali um valor próximo do PIB anual dos Estados Unidos. Como se vê, não se trata de troco de feira.

Por tudo o que sabemos, portanto, os paraísos são bem mais do que ilhas do tesouro, aquelas de romances e filmes. Os novos piratas são bem mais organizados e o que eles fazem, nas ilhotas, está intrinsecamente ligado a suas operações nos países “centrais”. Na verdade, as ilhas são dispositivos que os ricos e poderosos acionam para contrabalançar as derrotas políticas que foram acumulando nesses países “de verdade”. Ao longo do século XX, os capitalistas foram cercados por maiorias eleitorais que insistiam em criar políticas públicas, Estados de bem-estar, regulamentos trabalhistas, ambientais, sanitários. Tudo isso sustentado por taxas, esse “confisco” imposto pelos pobres ociosos e palermas aos ricos in-

dustriosos e criativos. Para fugir desse inferno... criaram os paraísos inventados nos mares do Sul, do Caribe ou, mesmo, no mar do Norte. Se não tiver mar, serve Mônaco, Lichtenstein, Andorra. Delaware, Nevada e New Jersey também quebram o galho.

Vale a pena observar algumas das ações corporativas praticadas nesses paraísos, entre elas se destacando a famosa técnica de “transferência de preços”, que permitem contornar diversos tipos de legislação, como os impostos sobre rendimentos, dividendos e juros ou as normas que impõe limites à remessa de lucros.

Toda a evidência disponível sugere que essa banal prática de transferência é um excelente veículo de evasão ou elisão fiscal. Como dissemos, grande parte do comércio internacional é feito dentro da própria firma, não importa o quanto circulem (ou não) os bens mencionados nos papéis. O lugar onde o bem é faturado (e portanto taxado) faz muita diferença, assim como o valor declarado. Pode-se, por exemplo, subestimar o valor do bem exportado ao paraíso, a partir do país-origem. Depois, saindo do paraíso, ele é declarado ao valor pleno. Subfaturar ou sobrefaturar, conforme a conveniência. Pode-se também criar uma transação fictícia, pela qual se transfere um pagamento. Importar bens que nunca se materializam. Empréstimos que nunca chegam ao prestador, mas geram pagamentos e juros. O “planejamento tributário” tem muita imaginação e uma caixa de ferramentas cada vez mais variada.

Nicholas Shaxson exemplifica de modo irônico essas operações de contabilização flutuante, em seu *Treasure Islands: Dirty Money, Tax Havens and the Men Who Stole Your Cash*:

Quando uma banana é colhida em Honduras e enviada para a Grã-Bretanha e vendida, onde são gerados os lucros finais? Em Honduras? No supermercado britânico? No escritório da multinacional, nos Estados Unidos? (...) Quanto se conta como custos de administração, do nome, a marca, do seguro, da empresa de contabilidade? Que país deveria tributar cada componente do lucro final? Ninguém pode dizer com certeza e assim que os contabilistas podem, até certo ponto, decidir por eles mesmos. (Shaxson, 2012)

Isso vale para a empresa de bananas, para uma trade company que exporta carne, para uma manufatura que opera uma cadeia global. Para qualquer empresa desse tipo – ela é integrada em termos globais, transnacionais – e as taxas são nacionais.

Ou então...

A subsidiária financeira da empresa Big Banana, em Luxemburgo, pode emprestar dinheiro para a Big Banana Honduras. Daí, ela cobra da subsidiária latino-americana uns US\$ 10 milhões por ano de juros pelo empréstimo. A subsidiária hondurenha deduz esses milhões de seus lucros locais, alterando as taxas que paga ali. A subsidiária financeira de Luxemburgo, contudo, registra esses 10 milhões como renda faturada – mas como Luxemburgo é um paraíso fiscal, não paga taxa sobre isso. **(Shaxson, 2012)**

Gabriel Zucman sublinha ainda um detalhe importante: é possível fazer tais manobras com preços de bananas, sapatos ou toalhas, mas é um pouco grosseiro e arriscado.

Em contrapartida, não há nada menos arriscado do que manipular preços de patentes, logotipos, marcas ou algoritmos, porque o valor desses ativos é intrinsecamente difícil de estabelecer (...). É por isso que os gigantes da evasão de taxas são companhias da nova economia: Google, Apple e Microsoft. **(Zucman, 2015)**

Gabriel Zucman dá um outro exemplo que podemos chamar de fictício mas que é, apenas, uma versão estilizada de algo corriqueiro.

Michael é o diretor-presidente da empresa norte-americana Michael & Co., uma empresa com 800 funcionários, dos quais ele é o único acionista. Para enviar 10 milhões de dólares para a Suíça, Michael segue três passos. Primeiro, ele cria uma empresa de fachada anônima, incorporada, por exemplo, nas Ilhas Cayman, onde são muito limitadas as exigências de revelar os nomes dos proprietários da empresa. Em seguida, abre uma conta em Genebra utilizando o nome da empresa, o que leva apenas algumas poucas horas. Finalmente, a Michael & Co. compra serviços fictícios da companhia laranja Cayman (serviços de consultoria, por exemplo) e, para pagar por esses serviços, envia dinheiro para a

conta da empresa laranja na Suíça. Michael ganha duas vezes. Primeiro: pagando pela consultoria fictícia, ele reduz os lucros tributáveis de Michael & Co., e, portanto, o montante do imposto de renda que deveria pagar nos Estados Unidos. Depois, assim que o dinheiro chegar na Suíça, ele é investido em mercados financeiros globais e gera renda, dividendos, juros, ganhos de capital. (Zucman, 2015)

A moral da história

Os paraísos oferecem ao capital bem mais do que umas reduções de taxas e sigilos. Oferecem a visão de um mundo dos sonhos para os ultraliberais. Afinal, o resultado dessa capacidade de contornar leis e normas produz aquilo que é cantado em prosa e verso por esses ideólogos: o mercado impõe disciplina aos Estados, esvaziando suas tentativas de taxar ou dirigir o desenvolvimento do país. Realizam algo próximo do ideal de mercado sem regras, livre e solto. E disciplinam o gasto público, a regulação, as taxações, o “populismo”.

Assim, as decisões da “cidadania organizada”, no interior dos países “de verdade” é socavada e fragilizada pela existência dos paraísos. Mas isso só pode ocorrer porque as próprias leis dos países “de verdade” contêm brechas através das quais o vínculo com o paraíso se firma. E, para completar o círculo aparentemente inquebrável, o farto dinheiro (limpo ou sujo) acumulado nos paraísos permite que seja “comprada”, nos países centrais, a política conveniente para a manutenção desse sistema. O financiamento de campanhas e os gastos com lobbies são apenas a face mais visível desse movimento.

O que se produz, em escala global, é algo assim: uma lei para os mortais comuns, uma outra para os capitalistas. O esquema, no seu todo, é simplesmente um modo de os capitalistas driblarem o que não conseguiam impedir nos países centrais. Ali, a plebe tinha conquistado o voto, contra a dura resistência dos liberais. Essa foi a história de mais de um século de lutas republicanas. Através do voto, da política, as classes populares empurraram o Estado a criar políticas públicas (gasto público, taxação) e regular as atividades econômicas, por meio de leis trabalhistas, ambientais, fitossanitárias, políticas econômicas anticíclicas etc.. A cidadania brigava contra o moinho satânico do mercado.

Os capitalistas tentaram impedir esse avanço. Depois, tentaram sabotar, contornar. No final do século XX já se sentiam fortes para derrubar tudo e transformar o mundo inteiro em um grande paraíso fiscal (para o capital, por suposto). Um primeiro movimento nesse sentido foi realizado já nos anos 1980, com a sa-

fra de programas de liberalização, no centro, e de “ajuste estrutural” na periferia terceiro-mundista. Um segundo movimento foi deslançado nos anos 1990, com o desmanche das economias centralmente planificadas do leste Europeu. Conseguirão ir mais adiante e torrar completamente os avanços democrático-populares do século XX? Chegarão, como brincam alguns, à revogação da lei áurea?

Com a ajuda dos paraísos, talvez os ricos e poderosos esperem, enfim, que os governos e cidadãos tenham “juízo” e escutem as ponderações “do mercado”. Isto é, dobrem os joelhos em terra e honrem seu deus. Neste cenário, talvez só nos reste dizer: Que o diabo nos ajude!

PARTE 2

DO LADO DE BAIXO DO EQUADOR: Ricos e poderosos no Brasil

A trajetória da riqueza

O tempo passa e a riqueza se transforma, seguindo padrões distintos de acumulação de capital sob o domínio de determinadas classes e frações de classes sociais. Simultaneamente à sua enorme capacidade de produção de riqueza, o capitalismo detém brutal potencial de concentrá-la para poucos.

A meritocracia tem sido adotada, em geral, como justificativa da desigualdade na distribuição da riqueza, bem como da presença de contidos segmentos da população na condição de ricos. Dessa forma, a concentração da riqueza estaria sendo legitimada pelo mérito enquanto prêmio pelo esforço e habilidades individuais no interior de uma sociedade demarcada pela competição⁴.

Mas, para isso, a concepção central da meritocracia na premiação pelo esforço e habilidade individual precisaria atender, pelo menos, a dois pressupostos principais. O primeiro associado à existência de verdadeira competição entre todos os indivíduos, sem manifestação de barreiras à entrada e de vantagens prévias no interior da sociedade.

O segundo pressuposto da meritocracia seria a igualdade de oportunidade como ponto de partida do acesso à competição entre os indivíduos sem condições de desigualdade de acesso. Assim, a competição seria o único critério a assegurar aos vencedores da competição, a premiação por mérito daqueles que mais contribuíram para garantir o bem-estar de toda a sociedade, independente de nacionalidade, raça, gênero e família.

4 A legitimação de ricos poderosos estaria fundada na justificativa da meritocracia por ser o mérito a premiar o esforço e a habilidade no interior da concorrência plena e igualdade de oportunidade entre os indivíduos. Ver mais em: Young, 1958; Franzini et al., 2014.

O prêmio por mérito justificaria a desigualdade na distribuição da riqueza, bem como no exercício do poder. Todavia, sem o registro de condições isonômicas de competição entre os indivíduos, caracterizada pela presença de vantagens prévias e monopólios sociais a privilegiar determinados segmentos por nacionalidade, raça, gênero, família e outros, não há mérito que possa premiar esforço e habilidade individual em regime de concorrência imperfeita, no mínimo.

Nesse sentido, a meritocracia deixaria de justificar a desigualdade na repartição da riqueza gerada. O que tornaria toda a riqueza fundada na injustiça distributiva e na ausência de legitimidade que não fosse a presença autoritária e monopolista de poderosos.

Ainda que seja um pressuposto geral na geração da riqueza no capitalismo, há, historicamente, inegáveis especificidades na determinação de afortunados e poderosos. Para tanto, o Estado foi se tornando cada vez mais uma importante referência na produção da riqueza e sua repartição entre poucos ou muitos, especialmente no Brasil.

Desde a herança constituída pela condição de colônia, a existência de poder externo ao mando local jamais terminou sendo plenamente rompida, apenas foi sofisticada a sua forma de se manifestar. A superação da dependência à metrópole portuguesa com a Independência nacional abriu espaço para os períodos do Império e da instalação da República, tendo sido o Estado aparelhado recorrentemente por uma classe de interesses estrangeiros que nem sempre foi a que mais enriqueceu, porém garantiu o exercício do poder de fora do governo que coube, na essência, aplicar internamente suas decisões, em maior ou menor medida.

Com raríssimas exceções, os curtíssimos períodos de tempo em que os interesses nacionais assentados na soberania popular ocuparam o poder e dirigiram o governo foram rapidamente repreendidos e execrados por força de vontade dos interesses não nacionais com apoio de parcela dos brasileiros. Nesse sentido, na análise dos ricos no Brasil cabe considerar também aqueles que detêm o poder, os poderosos, que nem sempre são os mais enriquecidos.

Mas o seu empoderamento e domínio político permite que, ao capturar o Estado, possa articular o sistema de proteção das fortunas e privilégios organizado

para os ricos que se apossam dos fluxos de renda, independente da origem, lícita ou não. Durante todo o Império (1822-1889) e a República Velha (1889-1930), a riqueza gerada internamente foi direcionada pela economia externa, mais precisamente pelo poder inglês, interessado na importação de produtos primários baratos e seletiva exportação do industrialismo do antigo Reino Unido.

Após o interregno das duas grandes guerras mundiais (1914-1945), consolidou-se o poder estadunidense, interessado em abrir novos mercados e difundir o consumo de massa. Para tanto, a implantação de novo Estado capaz de garantir a existência de sistemas nacionais com fundos públicos que permitissem a proliferação de direitos políticos, sociais, trabalhistas e outros.

Com o fim da Guerra Fria (1947-1991), a globalização neoliberal tem permitido a estruturação do poder que não se assenta numa nação, como anteriormente, mas associado à dominação planetária por meio das altas finanças. Ao se aposarem do Estado, o poder financeiro internacional impõe, em conluio com ricos internos, os interesses estrangeiros na forma do sistema de dívidas e corrupção, destruindo políticas de soberania e desenvolvimento nacional (Pinho, 2019).

É nesta perspectiva que se percebe como, ao longo do tempo, a trajetória da riqueza no Brasil sofreu profundas inflexões, sendo elas associadas à transformação do Estado e do sentido estrutural do conjunto da sociedade. Isso porque não se trata da geração de riqueza apropriada por força da meritocracia, mas injustamente distribuída e legitimidade garantida pelo uso recorrentemente não democrático do poder.

Sem a existência da igualdade de oportunidade, numa sociedade construída sobre extrema concentração de riqueza e poder, a competição torna-se um mecanismo parcial e imperfeito de revelação do mérito como prêmio do esforço e habilidade individual. A presença prévia de vantagens e monopólios sociais compromete a competição entre os indivíduos, pois está viciada pelos segmentos privilegiados no interior da sociedade.

Por força de verdadeiras barreiras de acesso à competição erigidas historicamente, a profunda desigualdade de acesso à educação e ao desenvolvimento das habilidades individuais se reproduzem no tempo, permitindo que a concentração da riqueza e do poder se reproduzam, muitas vezes, pela hereditariedade aos filhos das famílias já ricas e poderosas. No período do Império, por exemplo, a riqueza gerada pelo modo de produção pré-capitalista tornava ricos e poderosos os grandes proprietários de terra e de escravos⁵, bem como aqueles dependentes

5 Distanciando-se do perfil de riqueza exposto pela sociedade agrária escravista do Império, encontram-se personagens ricos como Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá) que fez enorme fortuna, =considerada superior ao orçamento do Império no ano de 1867, com a exploração de serviços urbanos, como o gás, no Rio de Janeiro, e estradas de ferro em São Paulo, ademais das funções de banqueiro na segunda metade do século XIX. Também pode ser ressaltada a experiência do empresário mineiro ne-

do fundo de receitas administrado pelo Estado absolutista, como a família real, o clero e a nobreza⁶. Com a passagem para o modo capitalista de produção dominante, a partir da década de 1880, surgiu a República que, em oposição à monarquia, constituiu o Estado liberal, mínimo em relação ao antigo Estado absolutista, pois desprovido do pesado financiamento da família real, clero e nobreza. Isso se tornou possível com o esvaziamento do apoio do clero e dos militares que sustentavam a monarquia, bem como diante da perda definitiva da influência de parte das oligarquias escravistas do Nordeste e do Sudeste, especialmente do Vale do Paraíba fluminense, substituídas que foram pelas oligarquias agraristas não escravistas, sobretudo dos cafeicultores paulistas.

Ademais da inflexão no padrão da riqueza imposta pelas relações capitalistas, a sua distribuição continuou a depender da atuação do Estado por meio de privilégios à aristocracia agrária vinculada à exportação de produtos primários, sobretudo para o baronato do café, que foi beneficiado por diversas ações do Estado. A começar pelos subsídios, até a atração de imigrantes em quantidade mais do que suficiente para formar o mercado de trabalho com excedente de mão de obra, passando pela política de controle da oferta de café e de sua própria valorização desde 1906.

Além disso, o liberalismo da República Velha (1889-1930) gestou o funcionamento descentralizado do federalismo, tendo as unidades subnacionais registrado importante poder político local. Entre os anos de 1890 e 1930, por exemplo, o Estado mínimo administrou carga tributária equivalente, em média, a 9,5% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo 66% de responsabilidade do governo central e 34% do conjunto dos governadores dos estados da federação.

Ademais do predomínio da oligarquia agrária mantido pela conformação de ricos e poderosos do modelo liberal de gestão da economia e sociedade, desta-

gro, Francisco Paulo de Almeida (Barão de Guaraciaba), que fez fortuna enquanto fazendeiro e banqueiro no comando de escravos e complexos cafeeiros, empresas, palácios, estradas de ferro e usina hidrelétrica. Sobre isso, consultar: Ferreira, 2008; Del Priore, 2016, 2017 e 2018.

6 A nobreza brasileira era constituída pela família real e detentores de títulos nobiliárquicos determinados pelo império, que concedeu, entre 1822 e 1889, 1.211 títulos de nobreza, sendo: 3 ducados, 47 marquesados, 51 condados, 235 viscondados e 875 baronatos. Os nobres vinculavam-se à linhagem e hereditariedade com privilégios fundiários e financeiros pagos pelo Conselho da Fazenda até ser extinto, permitindo manter o status social. Ademais, a Casa Imperial detinha um conjunto diverso de cargos compostos camaristas, mordomo-mor, oficial-mor, damas de companhia, guarda-roupas e outros, quase sempre oriundos da nobreza. Além disso, a nobreza ocupava outros cargos importantes na diplomacia, política, medicina, magistratura, promotoria, magistério, procuradoria, funcionalismo público, engenharia, advocacia, oficiais da guarda nacional, administração de propriedades e de negócios em geral (instituições financeiras, de indústrias, da alfândega) e o sacerdócio católico. Ver mais sobre isso em: Viana, 1968; Faoro, 2011; Oliveira, 2013.

caram-se também as representações da nascente burguesia industrial. Em sua grande parte, empresários de origem estrangeira que se consolidaram por força das indústrias nascentes no setor de bens de consumo não durável⁷.

Pela Revolução de 1930, o padrão de riqueza ancorado nas antigas oligarquias agraristas exportadoras sofreu profunda inflexão, suficiente para determinar a transição para a nova sociedade urbana e industrial. O papel do Estado novamente se apresentou fundamental para potencializar tanto a industrialização nacional como a urbanização, fontes principais de ricos e poderosos entre as décadas de 1930 e 1980.

Naquele período, a constituição do Estado desenvolvimentista contou com a sustentação da aliança política entre as oligarquias agrárias dissidentes do Sul e do Norte da República Velha com a nascente burguesia industrial, bem como alguns segmentos das camadas médias urbanas. Pelo antigo Estado liberal, o orçamento governamental equivalia, em média, a menos de 10% do PIB, ao passo que no Estado desenvolvimentista, a carga tributária mais do que dobrou (20,4% do PIB em média nas décadas de 1930 a 1980).

Além do salto da arrecadação em relação ao PIB, o Estado desenvolvimentista caracterizou-se pela canalização de recursos públicos no governo central, pois concentrou, em média, 70,8% de todo o fundo público. Para as unidades subnacionais restaram 29,2% dos recursos arrecadados, lembrando que durante a vigência do Estado liberal, o governo central controlava 67,6% do fundo público e o conjunto das unidades subnacionais ficava com 32,4%.

O acréscimo no orçamento governamental foi utilizado para impulsionar tanto o projeto nacional de industrialização como o próprio movimento de urbanização no país dominado pelo agrarismo. Para tanto, uma série de empresas estatais e órgãos públicos foram constituídos para viabilizar tamanho passo na soberania nacional em torno da organização corporativa da sociedade e do Estado com suas novas políticas públicas.

Mesmo assim, o padrão de riqueza dos afortunados deteve participação de recursos estrangeiros, assim como investimentos nacionais privados e estatais. Distante da especialização no agrarismo exportador, a estrutura produtiva montada internamente a partir de 1930 diversificou significativamente as atividades econômicas, o que ampliou e variou a presença de ricos e poderosos nos setores da comunicação (Assis Chateaubriand, Victor Civita, Roberto Marinho), do transporte aéreo (Rubem Berta), de bancos (Amador Aguiar, Olavo Setúbal), da

7 Um dos grandes destaques da nascente burguesia industrial do começo do século XX foi Delmiro Gouveia enquanto comerciante e industrial de Recife, assim como Francisco Matarazzo, dono de complexo industrial em São Paulo que chegou a deter faturamento somente inferior ao orçamento do governo federal. Mais detalhes em: Bresser Pereira, 1972; Mello, 1981; Silva, 1976.

construção civil (Norbert Odebrecht, Cesar Araujo, Sebastião Ferraz de Camargo, Flávio Gutierrez, Roberto e Gabriel Andrade), do Comércio (Abílio Diniz, Ricardo Mansur) e da indústria (Abílio Fontana, José Mindlin, Antônio Ermírio de Moraes, Jorge Gerdau)⁸.

A trajetória de ricos e poderosos decorrente do projeto nacional instado por organização corporativa na sociedade urbana e industrial encontrou impasse terminal na década de 1980. O conflito interno entre as forças do Estado desenvolvimentista e o crescente poder externo das grandes corporações transnacionais patrocinadoras da globalização neoliberal impôs nova inflexão no padrão de riqueza brasileiro ao final do século XX.

Diante do declínio da produção interna de manufatura em relação ao PIB, a narrativa da decadência nacional foi adotada pelos defensores do neoliberalismo para desregular e abrir a economia à “modernidade” da globalização desde 1990. Guarda a devida proporção, semelhante ao discurso liberal do final do século XIX para derrotar as forças da monarquia aprisionadas à escravidão.

Sem ter alcançado a condição de sociedade urbana e industrial madura, o país passou a avançar antecipadamente em direção à sociedade de serviços. Pelo processo de terciarização da economia nacional, assistiu-se também a desindustrialização precoce acompanhada pela decomposição do Estado desenvolvimentista, embora com o receituário neoliberal, o país seguisse a ampliando a dimensão do fundo público em relação ao PIB.

Durante as décadas de 1990 e 2010, por exemplo, a arrecadação governamental saltou de 20,4% do PIB, em média registrada durante a vigência do Estado desenvolvimentista, para 31,5% no período de reorganização neoliberal do Estado. Enquanto o governo central diminuiu a concentração do fundo público para 68,9% dos recursos, as unidades subnacionais avançaram para 31,1%, levemente acima ao observado pela presença do Estado desenvolvimentista.

No contexto de importância relativa decrescente da riqueza material de responsabilidade das burguesias na agropecuária e indústria, aumenta a presença relativa da riqueza imaterial associada ao patronato dirigente nas atividades terciárias da economia. Dessa forma, o novo padrão de riqueza passou a se encontrar fortemente relacionado por bancos, comércio e serviços em geral, o que fez modificar profundamente o perfil dos ricos no país⁹.

Diante das inegáveis inflexões históricas relacionadas ao padrão de riqueza e afortunados no Brasil, busca-se, inicialmente, descrever as principais mudanças na estrutura social e no modo de dominação pelo uso recorrente da ideologia do

8 Para maiores detalhes, ver: Cardoso, 1964; Diniz, 1981; Mello, 1982; Martins, 1968.

9 Sobre as modificações mais recentes dos ricos no Brasil, ver: Costa, 2016; Amorim et al., 2009; Campos et al., 2004.

conservadorismo enquanto defesa de ricos e poderosos. Além disso, trata-se, na sequência, de analisar as mais importantes alterações na natureza da riqueza, bem como seus impactos no perfil do segmento que compreende o segmento rico entre os brasileiros, especialmente pelo que possibilita a seleção e sistematização das informações oficiais geradas por censos demográficos e pesquisas amostrais de responsabilidade do IBGE.

Mudança de sociedade e conservadorismo de ricos e poderosos

A pós três décadas de retomada democrática a partir de 1985, o conservadorismo enquanto ideologia de interesses agregadores dos ricos voltou a acumular forças importantes no Brasil. Por ser distinto do conservadorismo clássico, que se volta, em geral, à defesa do passado, de instituições e valores tradicionais, o movimento conservador brasileiro reage e converge mais para garantir a prevalência da situação geral da desigualdade econômica, social e política existente.

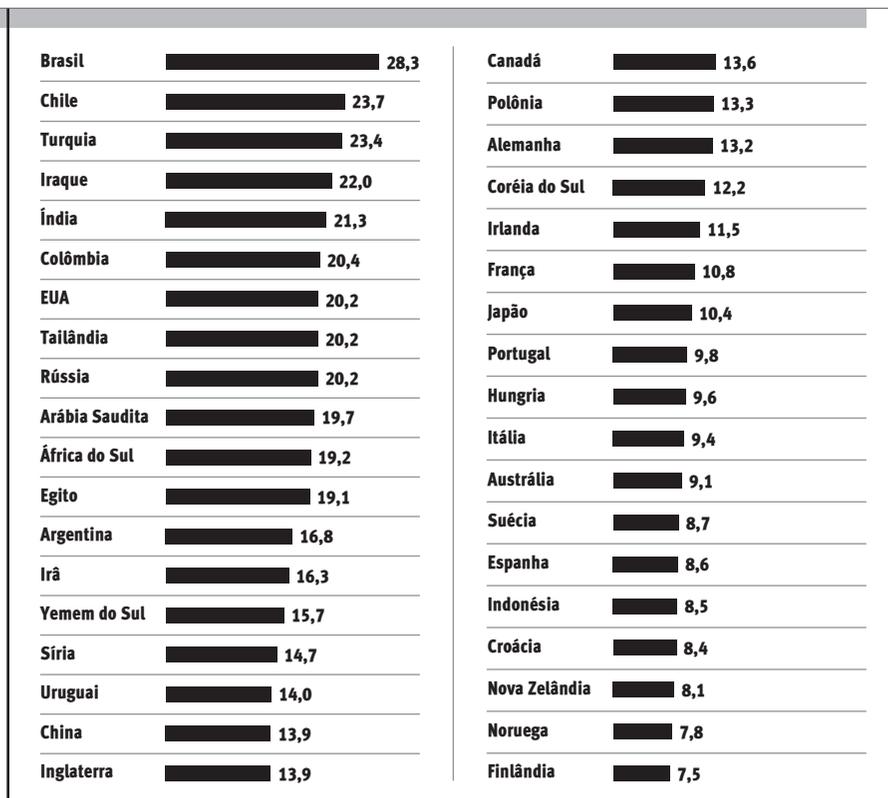
Isso parece inegável quando as informações oficiais e estudos internacionais destacam o Brasil como um dos principais países cujo segmento representado por ricos e poderosos se apropriam de extensa parcela da renda nacional. De acordo com o Relatório Mundial da Desigualdade de 2018, por exemplo, a participação de apenas 1% mais ricos no Brasil alcança 28,3% da renda nacional, a mais elevada do conjunto de 37 países selecionados a partir de informações nacionais disponíveis.

No conjunto dos mesmos países selecionados, o 1% mais rico da população apropria-se, em média, de 21% do total da renda das respectivas nações. O Brasil lidera a concentração da renda no topo da pirâmide social entre os países pesquisados, posto que o 1% mais rico detém 28,3% da renda nacional, o que representa cerca de 35% acima da média internacional.

Em relação à Finlândia, cuja participação do 1% mais rico na renda é a menor registrada entre os países selecionados (7,5%), a concentração da renda pelos super-ricos brasileiros chega a ser 3,8 vezes superior. Ademais da intensa apropriação da renda gerada, os ricos brasileiros possuem rendimento médio superior ao comparado com o rendimento médio de ricos em outros países.

Exemplo disso pode ser a constatação de que o valor da renda média auferida pelo segmento que compreende o 1% mais rico no Brasil encontra-se acima do valor da renda média do 1% mais rico na França. De acordo com as informações de *World Wealth and Income Database*, a renda média do 1% mais rico na França equivale a menos de 500 mil dólares anuais, ao passo que no Brasil supera 540 mil dólares ao ano.

Gráfico 1 Participação do 1% mais rico na distribuição da renda nacional em países selecionados, segundo o ano mais recente disponível (em %)



Fonte: ALVAREDO et al. (2018)

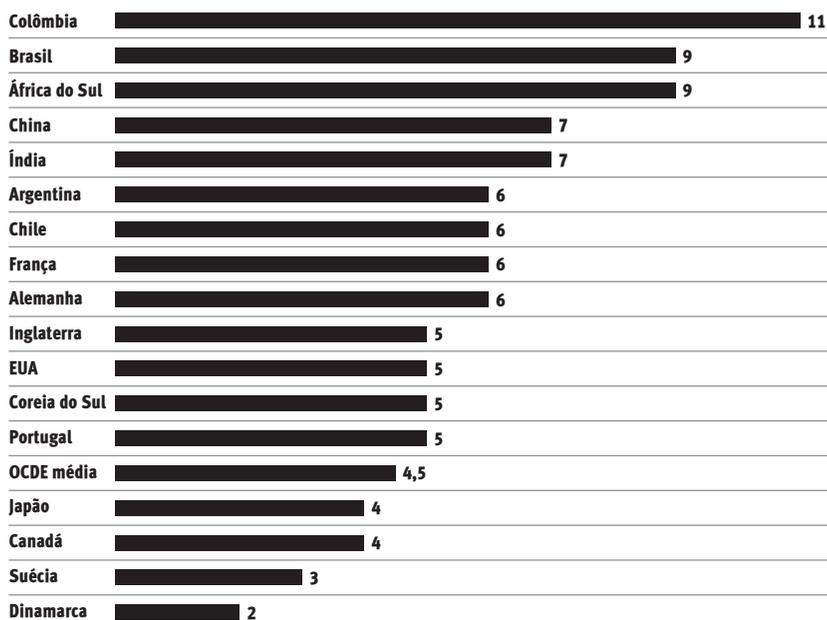
Além de renda média superior à de outros países, os ricos no Brasil terminam sendo beneficiados por escassa presença de tributação progressiva, bem ao contrário do que ocorre na maior parte das nações. Assim, o sistema de proteção das fortunas de ricos e poderosos se constitui tanto pela ausência de impostos sobre lucros e dividendos e grandes fortunas como por contida tributação sobre heranças, pois alcança a taxa máxima de 8%, enquanto em outros países situa-se em até 40%.

Também o regime da anistia de dívidas financeiras acumuladas, bem como as medidas de subsídios, incentivos, desonerações e renúncias fiscais garantem eficiência ao sistema de privilégios a ricos e poderosos brasileiros. Por conta disso, o crescimento econômico, quando se manifesta, termina sendo apropriado em sua maior dimensão, em geral, pelos mais ricos da população.

Pode-se considerar ainda a diversidade das formas possíveis de ocultação de renda e riqueza na subdeclaração aos órgãos de tributação, ademais da utilização de artifícios que permitem deslocar riqueza auferida no país para a contabilidade dos paraísos fiscais. As chamadas empresas *offshores*, enquanto companhias estabelecidas em países isentos de leis e regulamentações, favorecem o depósito de recursos provenientes individualmente de ricos ou de suas empresas.

As vantagens econômicas da ocultação do patrimônio e renda dos ricos e da transferência para os paraísos fiscais decorrem da ausência prática de impostos e da necessidade de identificação prévia do portador e da origem dos recursos. Com isso, os paraísos fiscais tendem a concentrar quantias crescentes de recursos do mundo, com estimativas que chegam a cerca de 8% da riqueza financeira global.

Gráfico 2 Número de gerações necessárias para que o filho de pais pertencentes ao decil de menor rendimento alcance a renda média nacional em países selecionados, segundo o ano mais recente disponível



Fonte: OCDE, 2018, p. 27

A existência de um verdadeiro sistema de proteção das fortunas de ricos e poderosos no Brasil tem sido uma constante que se reproduz historicamente. Em geral porque a herança sem ser tributada, termina se constituindo numa das principais razões a justificar a perpetuação dos ricos, já que a renda dos pais termina explicando em até 70% do privilégio da reprodução dos filhos e herdeiros, ademais das práticas econômicas monopolistas e de compadrio do capitalismo brasileiro.

Assim, as oportunidades de rompimento do ciclo de ferro da reprodução dos ricos no Brasil apresentam-se extremamente limitadas. É o que se pode perceber quando se procura estimar a quantidade de gerações necessárias para, mantido tudo como está, o filho de pais pertencentes ao decil mais pobre da distribuição de renda alcançar a renda média da nação.

Na comparação entre diversos países, o Brasil perde apenas para a Colômbia em termos de mobilidade ascensional dos filhos de pais pobres, o que revela congelamento da estrutura social imposta por dominação histórica de ricos e poderosos. Estes, por sinal, adotam geralmente o discurso ilusionista da meritocracia enquanto justificativa para a quase ausência de chances à ascensão socioeconômica por vias normais pela sociedade, especialmente a dos pobres, cujos filhos tendem a seguir a trajetória dos pais.

Por outro lado, como expressão dos sinais exteriores de riqueza, constata-se uma diversidade de manifestações a respeito do consumo conspícuo e diferenciador de bens e serviços. O mercado das artes, por exemplo, evidencia como o segmento expresso fundamentalmente por ricos e poderosos termina sendo ocupado, uma vez que nem 1% do total das obras de artes comercializadas superam o valor de 1 milhão de dólares, embora representem quase dois terços do faturamento dos leilões realizados.

Ademais, os hábitos de consumo dos ricos e poderosos também confirmam a importância da concentração da renda no topo da pirâmide social, uma vez que o bem ou serviço consumido tende a ser quase insensível às possíveis alterações de preços. Na condição de super rico, o incentivo à poupança decresce em se tratando da relação com o consumo conspícuo e diferenciador socioeconômico.

Em geral, o padrão de consumo de super-ricos vincula-se à condição do status social distinto, terminando por ser atendido por uma espécie de nichos de mercados, voltados quase que exclusivamente aos consumidores da elite. Com o tempo, o Brasil, por exemplo, tornou-se uma economia crescentemente contaminada pela presença diferenciada dos consumidores de alta renda.

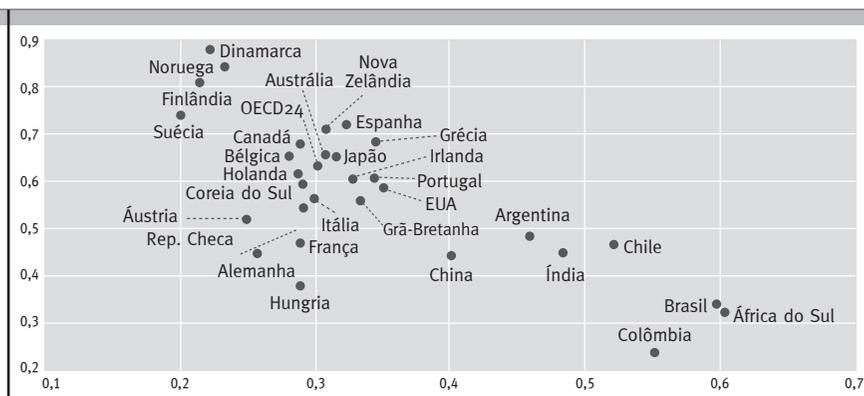
Apesar de sua participação relativamente pequena em relação ao conjunto da população, tem exercido ação sobre a condução das políticas públicas, buscando avançar nos seus privilégios. A maior parte da sociedade, mesmo sem acesso completo aos bens e serviços básicos, não dispõe dos mesmos benefícios em termos de políticas públicas como aqueles disponíveis à elite brasileira.

Assim, por exemplo, a dimensão de super-ricos em São Paulo, a sexta maior cidade em concentração de bilionários do mundo, com mais da metade dos ricos do país, a torna um gigantesco centro especializado no consumo conspícuo nacional. Para exemplificar, cabe ressaltar que a cidade de São Paulo tem sido considerada a metrópole dos helicópteros e aeronaves particulares do mundo, contando com mais de 1.300 pousos e decolagens diários, e o registro de 411 aeronaves, bem acima do verificado em outras cidades, como Nova Iorque, que possui frota de 120 helicópteros.

Para os que têm dinheiro sobrando, uma vez plenamente incorporados ao sistema de proteção às fortunas de ricos e poderosos, como no Brasil, há uma generalizada oferta de nichos específicos de mercados ao consumo conspícuo. A começar pelo “efeito superstar” gerado pela contratação de profissionais especializados e diferenciados no tratamento exclusivo às situações de cuidadores de ricos e suas famílias que atendam funções como administração financeira, serviços de saúde, educação, cultura, advocacia, acompanhamento social, *personal trainers*, *personal stylist*, *personal friend* e outros.

Em resumo, um conjunto de serviços aos ricos estabelecido por profissionais especializados, cujo rendimento encontra-se em patamar superior ao mesmo tipo de atendimento realizado, quando existente, ao conjunto da população. Também cabe destacar a existência de uma massa de serviços voltada ao atendimento nas residências das famílias de ricos e poderosos, como nos trabalhos de segurança, embelezamento, governanta, limpeza, manutenção, transporte, domésticos, cuidadores, entre outros.

Figura 1 Relação entre mobilidade de ganhos dos rendimentos e desigualdade de renda entre gerações entre países selecionado, segundo o ano mais recente disponível



Isso porque em países como o Brasil, que lideram a concentração da renda no topo de 1% mais rico no mundo, o consumo conspícuo termina também contribuindo ainda mais para a promoção da desigualdade. Ao gerar um conjunto variado de ocupações tanto especializadas como gerais à elite, percebe-se o efeito anestesia, até certo ponto, na base social que tende, muitas vezes, servindo de apoio político, quando mobilizado para a própria manutenção do sistema de proteção às fortunas de ricos e poderosos.

Por conta disso, constata-se também que países com elevada concentração de renda tendem a registrar baixa mobilidade intrarrendimentos. Em geral, a mobilidade dos rendimentos da propriedade (lucros, juros, aluguéis e renda da terra) e do trabalho apresenta-se, ao longo de várias gerações, mais reduzida tanto maior for a desigualdade econômica e social.

Diante da correlação inversa percebida entre alta concentração de renda e baixa mobilidade intrarrendimentos, o Brasil se apresenta, mais uma vez, como um caso exemplar ao mundo. Conforme a literatura especializada que define como “curva Grande Gatsby”¹⁰ a relação entre desigualdade de renda e mobilidade de rendimentos, os países nórdicos, com alta mobilidade de rendimentos e baixa desigualdade, encontram-se na extremidade oposta a do Brasil, que registra baixa mobilidade intrarrendimentos e alta concentração de renda.

Assim, as possibilidades de ascensão intergeracional (dos filhos em relação à situação dos pais) terminam sendo bloqueadas para grande parte da população que se situa na base da pirâmide social. No caso brasileiro, o panorama de futuro para a maior parte dos filhos está associado, em geral, à herança dos pais, o que significa contida competição entre os indivíduos e praticamente a ausência de meritocracia a justificar a posição ascendente de ricos e poderosos.

Para além disso, a elite afortunada conta também com estratégias historicamente constituídas que promovem e sustentam o próprio movimento político do conservadorismo tanto pela via democrática como pela via autoritária, se necessária. Por esquemas legais ou não de financiamento privado e empresarial a partidos políticos e às campanhas eleitorais, o sistema de proteção às fortunas de ricos e poderosos encontra possibilidades de se tornar permanente, inclusive diante de regimes democráticos.

10 O nome da curva estatística tem no personagem Jay Gatsby, do romance *The Great Gatsby*, de F. Scott Fitzgerald, a referência a expressar a paradoxal definição da alta ascensão social, subindo “na vida” a partir da condição inicial de contrabandista para a de líder da área de Long Island, nos Estados Unidos. Em síntese a Curva Grande Gatsby relaciona a elasticidade-renda intergeracional (probabilidade de alguém herdar a posição relativa de renda dos pais) com a desigualdade de renda, ou seja, a relação entre grau de concentração da renda com imobilidade social entre gerações em distintos países. Mais detalhes em: Corak, 2006; Nybom, 2018; OCDE, 2008; OCDE, 2018.

Em condições normais, ricos e poderosos tendem a contar com a eleição da maioria na base parlamentar para evitar possíveis constrangimentos ao formato de absorção concentrada da renda e ao padrão conspícuo de consumo. O mesmo se aplica ao poder Executivo, cuja composição governamental conta, em geral, com a presença de um conjunto de apoiadores dos privilegiados, geralmente formados por escolas identificadas com a ideologia dos ricos ou vinculados profissionalmente ao aparato dos negócios de afortunados e poderosos.

Isso parece ser inegável inclusive na realidade democrática que tem validado a formação de bancadas de parlamentares integradas aos interesses econômicos de ricos e poderosos. Nesse sentido, a recente experiência brasileira de conformação do presidencialismo de coalizão/cooptação revela o quanto os governos são permeáveis aos interesses dos ricos, o que tem impossibilitado, por exemplo, a realização de reformas tributária e outras que possam vir a ser negativas aos interesses de ricos e poderosos.

Da mesma forma têm importância as relações da elite do dinheiro com o poder judiciário. Desde a origem de classe da maioria dos juízes e membros do diversificado estamento estatal, assim como a interferência do poder econômico na aquisição de decisões judiciais que atendam aos interesses dos ricos, até a convocação dos melhores profissionais nos serviços advocatícios, constituem atribuições inegáveis à manutenção do sistema de proteção das fortunas de ricos e poderosos no país.

Dentro desta perspectiva que a tese do conservadorismo no Brasil se desenvolveu enquanto defesa do quadro geral das desigualdades econômicas e sociais existentes ao longo do tempo. Por isso não se trataria do conservadorismo de tradição e defesa de instituições (a família, a comunidade local e a religião) e valores pretéritos (usos, costumes e convenções), conforme experiência internacional.

O movimento conservador no país se estabeleceu e ganha importância fundamental em defesa da experiência sentida de ter o poder e conviver com os seus benefícios. Ganha importância, sobretudo, quando encontra-se sob o risco de ser ameaçado, o que leva à mobilização de recursos de distintas formas voltadas a recuperá-lo ou a mantê-lo a qualquer custo (Robin, 2012; Coutinho, 2014).

O recorrente uso de regimes autoritários se enquadraria numa das exigências mais radicais para a sua manutenção, quando a via democrática torna-se insuficiente para sustentar a posição de interesse dos privilégios de ricos e poderosos. Nesse sentido, a própria narrativa histórica tem sido difundida como adversa a conflitos e ao derramamento de sangue, posto que grande parte dos principais acontecimentos políticos presentes na formação da nação (Independência, Império, República, entre outros) seriam, em geral, contados como ocorridos sem lutas, simplesmente por ações no plano do Estado (Chauí, 2000).

Mesmo com importantes transformações transcorridas no interior da sociedade brasileira, a cultura política autoritária permaneceu presente nas relações de dominação, sobretudo para a população pobre, iletrada e não branca. Nesse sentido que assume relevância a configuração da sociabilidade violenta enraizada em termos de normas cotidianas de convivência e panorama de horizonte aos vícios que são subordinados à sociabilidade da violência. (Telles, 2011; Soares, 2014).

Por conta disso que o sentido da democracia no país, enquanto autoconstrução e reconhecimento de direitos, termina sendo sempre questionada por formas conservadoras e autoritárias de reprodução dos ricos e seus privilégios. Nota-se também que no âmbito da esfera estatal encontra-se o exercício especial das funções de atendimento dos privilégios da minoria privilegiada, muitas vezes misturadas às relações do público com o privado presente nas decisões das esferas burocráticas e dos estamentos do Estado.

Nessa perspectiva interpretativa acerca do conservadorismo brasileiro que se agregam distintas linhagens teóricas acerca da base social de ricos e do poder que exercem sobre o conjunto da sociedade. De um lado, o reconhecimento de que, apesar das transformações ao longo do tempo, a classe de ricos e poderosos teria se mantido compatível consigo mesma no exercício interminável de sua hegemonia, perpetuando-se sucessivamente, pois solidária entre si. (Ribeiro, 2006; Faoro, 2001; Bomfim, 1993; Scharwz, 2014)

De outro lado, o entendimento de que o curso das transformações seria menos desfavorável à estrutura do poder arcaico mediante a centralização coordenada por agentes do Estado favorável aos ricos e poderosos. Desde a década de 1830, por exemplo, com a formação do Partido Conservador e o seu desenvolvimento concomitante com o Partido Liberal, as raízes da cultura lusitana e da doutrina católica alimentaram o conservadorismo em linha com os interesses de nobres e proprietários rurais por meio da defesa da ordem, em contraposição à desordem e da centralização antiliberal (Torres, 1978; Vianna, 1987).

Evidente que o conservadorismo patrocinado pelas classes dirigentes no Brasil tem buscado resguardar os interesses dos poderoso pela dominação e privilégios, em geral, e de reprodução da riqueza e renda, embora a sua presença tenha sido mais intensa durante as fases temporais identificadas com crises de hegemonia. Ou seja, quando há uma profunda e intensa alteração nas relações de forças no interior das classes sociais dominantes que questiona e ameaça sua dominação ancorado no padrão de riqueza.

Com o aparecimento de obstáculos ao direcionamento político para o horizonte mais largo no tempo, o projeto de dominação começa a ser colocado em questionamento, com possíveis dificuldades de legitimação no conjunto da sociedade. Na seara política, o descrédito de instituições, a fragmentação de partidos políticos e a instabilidade na formação de maioria política e parlamentar

pode constranger o sentido necessário da coesão interna em defesa do sistema de proteção das fortunas de ricos e poderosos. (Bianchi, 2013; Botelho, 2010)

Diante do avanço nos sinais consistentes de antagonismo interno, geralmente produzidos por fases de crise econômica ou de transição estrutural na sociedade, o conservadorismo termina sendo rapidamente reconectado e fortalecido para poder atender aos interesses dos ricos e poderosos. Nesse sentido, o conservadorismo assume a condição de ideologia suporte ao esforço de unificação hegemônica das classes dirigentes.

Por isso, a manutenção de uma determinada situação existente, sustentada por uma ideologia que protagoniza o individualismo em oposição à perspectiva da igualdade enquanto projeto político. Casos típicos vivenciados no Brasil, como em diversos períodos históricos associados à passagem de uma para outra ordem econômica, social, política e cultural.

A circunstância de crise gerada entre a dimensão da dominação ultrapassada pela ordem anterior e a emergência de outra hegemonia no ordenamento da sociedade provoca, em geral, a desestabilização das condições de produção e reprodução de ricos e poderosos. Em função disso, o movimento conservador volta-se à defesa dos privilegiados, conforme observado na antiga sociedade agrária durante a passagem da antiga condição de colônia para a de Império assentado no Estado absolutista a partir da Independência nacional.

Ainda na longeva sociedade agrária, cabe também ressaltar a mudança estrutural representada pela transição da sociedade pré-capitalista, que sustentava-se no trabalho escravo, para o modo de produção capitalista fundamentador da nova sociedade de classes. Em ambas situações históricas, o movimento conservador teve papel significativo na resistência e garantia da dominação de ricos e poderosos, obstaculizando ações com sentido reformista e revolucionário de prosseguirem junto ao conjunto da sociedade brasileira em formação.

A passagem para o capitalismo e sua expansão no Brasil foram acompanhadas pelo surgimento de novas classes sociais, como a burguesia que se estabeleceu em conluio com as antigas oligarquias agrárias. A ausência do experimento da revolução burguesa clássica, conforme registrado em vários países pela subversão da ordem social agrarista diante da ascensão da sociedade urbana e industrial, garantiu especificidades na prevalência de ricos e poderosos no Brasil.

Para tanto, o recurso do conservadorismo terminou conferindo fundamental importância para que as previstas mudanças civilizatórias no capitalismo urbano e industrial deixassem de ser realizadas no Brasil. Assim, o processo de modernização social, econômica e política, a partir da década de 1930, transcorreu, em geral, demarcado pelo conservadorismo, distante da realização das reformas agrária, tributária e social que pudessem comprometer o sistema de proteção das fortunas dos ricos e poderosos.

Nesta perspectiva é que o conservadorismo expressa historicamente um conjunto de movimentos ideológicos quase sempre voltados à convergência entre ricos e poderosos, sobretudo nos períodos de mudanças estruturais na sociedade. O objetivo de subordinar tensões e contradições internas às ações mais amplas assume maior centralidade diante da necessidade de acumular forças suficientes para que possam atender ao desafio maior da prevalência do sistema de proteção de fortunas e privilégios de ricos e poderosos.

Com a Independência Nacional, a atuação do Partido Conservador no Império estava associada às forças mobilizadoras dos proprietários de terras e de escravos, que se fundamentava no poder das oligarquias agrárias locais. Ao mesmo tempo, o racismo profundo estava associado ao ordenamento econômico e social constituído pela monarquia.

Apesar disso, o racismo permaneceu entranhado em plena sociedade de classes de que se constitui e expande a partir do final do século XIX. Em grande medida, o projeto de branqueamento populacional promovido pela ampla imigração, somente não consentida para africanos, fortaleceu a constituição do capitalismo tardio no país.

A especificidade dos movimentos conservadores no Brasil encontra-se em desapego às tradições passadas, em geral desprezíveis, e a defesa, pois o que interessava sempre era a manutenção do sistema de proteção das fortunas e privilégio de ricos e poderosos. Conflitos e tensões internas entre ricos e poderosos existem, porém submetidos, em geral, à acomodação possível diante dos riscos da desorganização do sistema de proteção de privilégios ou transformações radiciais da sociedade. (Coutinho, 2011; Fernandes, 2005)

Com vistas à formação de alianças ou mesmo de blocos políticos no poder, a possibilidade de ampliar o consenso junto às classes subalternas tem se mostrado quase inexistente. Para tanto, até mesmo contrarrevoluções preventivas de ricos e poderosos se mostram capazes de se concretizar, conforme junção da aristocracia agrária com burguesia urbana e industrial em torno de formas de dominação que afastem qualquer possibilidade de revolução burguesa clássica.

Sem estar comprometido com tradições e valores passados, o conservadorismo motivado por ricos e poderosos prende-se à ideologia que fundamenta o distanciamento das classes populares, o autoritarismo, o anticomunismo, a meritocracia e o individualismo. Mesmo frações de ricos e poderosos em decadência tendem a se articular com segmentos em ascensão, mantendo a dimensão da desigualdade econômica e social praticamente intocável.

Em crise de hegemonia de classes entre ricos e poderosos, a opção de golpes e contragolpes políticos por ricos e poderosos, à margem dos regimes democráticos, tem sido recorrente, sempre que necessária para garantir unidade de dominação do sistema de proteção de fortunas e privilégios. Por conta disso que

a dimensão da desigualdade econômica e social se mantém constitutiva e estrutural ao modo histórico de dominação na sociedade.

Essa compreensão permite considerar como a retomada e ascensão do conservadorismo no período recente no Brasil tende a responder aos acontecimentos progressistas associados aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 2000. De acordo com a experiência internacional, o Brasil estaria avançado no sentido inverso ao vislumbrado em grande parte das nações ricas de elevação da desigualdade e pobreza.

A convergência de queda nas medidas de desigualdade por renda e de rendimento abaixo do mínimo existencial para pobreza e miséria e a maior participação do rendimento do trabalho na renda nacional se mostraram inegáveis. Na primeira década do século XXI, o Brasil começou a inverter tendências históricas que o colocavam entre os países de maior desigualdade econômica e social do mundo (Fagnani, 2018; Dieese, 2017; Campello, 2017).

Em plena década de 2000, por exemplo, quando a renda média do conjunto das famílias aumentou acumuladamente 25,5%, segundo o IBGE, a renda média dos 10% mais ricos cresceu 19,9%, enquanto a renda média dos 10% mais pobres subiu 59%. Mesmo se utilizando da maior diversidade de informações e análises de dados por meios mais sofisticados em várias instituições (IBGE, Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda), constata-se que a metade da população mais pobre teria crescido a sua participação na renda em 27% entre os anos de 2001 e 2015, ao passo que os 10% mais ricos teriam ampliado a sua participação na renda em 1,8% no idêntico período de tempo (Pochmann, 2015; Morgan, 2017).

Por esse e outros acontecimentos que apontaram, de certa forma, ameaça ao sistema de proteção das fortunas e privilégios de ricos e poderosos, terminou estimulando novo ciclo de efervescência do movimento conservador no Brasil. Uma reação que se desencadeou em diversas manifestações sociais desde as jornadas de contestação em 2013.

Inicialmente, pareceram associadas às tensões geradas por decorrência das velocidades distintas entre os esforços governamentais para realizar eventos esportivos de repercussão internacional, como a Copa do Mundo em 2014, e a própria superação dos problemas sociais, como saúde, educação, transporte e outros. De forma, distinta, todavia, as jornadas de manifestações terminaram ocorrendo, bem como capitalizadas por organismos não tradicionais até então, tanto aqueles de ação antipolítica e antipolíticos como outros mais questionadores da natureza do gasto público, o seu mal uso, a corrupção e altos salários. Justamente aí que emergiu com força o movimento conservador em base nacional, porém articulado com organizações internacionais desenvolvedoras da ideologia da nova direita.

Assim se estruturou e se expandiu o movimento conservador, cuja proposição não se apresentou em defesa de tradições e valores do passado, mas fundamentalmente na ideologização dos temas de interesse dos ricos e poderosos, como o anticomunismo, a meritocracia, o individualismo, a hierarquia e o autoritarismo. No mesmo sentido, a justificativa para implementar o receituário neoliberal que reformulasse o papel do Estado, especialmente no atendimento das necessidades das classes populares em nome da garantia do sistema de proteção das fortunas e privilégios de ricos e poderosos.

Em menos de dois anos após as manifestações de 2013, que terminaram impulsionando o avanço do conservadorismo no Brasil, o receituário neoliberal havia retornado à agenda governamental, com a ascensão de ministro da Fazenda vinculado aos interesses do rentismo. Em 2016, como o golpe político implementado, que permitiu a destituição da presidenta eleita democraticamente, aconteceu o arbitrário final dos governos do PT que poderiam ameaçar o sistema de proteção de ricos e poderosos diante da ascensão de pobres e excluídos.

No pleito presidencial de 2018, o candidato da extrema-direita venceu as eleições, com programa econômico ultraneoliberal e posições conservadoras em relação ao comportamento e costumes religiosos. Em grande medida, a centralidade dos indivíduos na família trazida pela pregação religiosa, especialmente das igrejas neopentecostais, contribuiu para o espraiamento do pensamento conservador em crítica à corrupção e violência na sociedade e instituições, sobretudo as estatais.

Pela cultura conservadora de ascensão individual, que emerge não apenas das práticas religiosas do protestantismo, o movimento conservador tem sido retomado em novas bases. Trata-se, na realidade, de circunstâncias que vão se impondo pelo modo de vida crescentemente solitário, que no Brasil já alcança atualmente cerca de um terço da população vivendo só, enquanto era um pouco mais de um quinto na virada para o século XXI (Telles, 2011; Soares, 2014).

A manifestação da solidão diante do avanço marcante da sociedade de serviços e de conexão tecnológica sofisticada impulsiona tanto a desestruturação das tradicionais famílias da sociedade urbana e industrial (expansão das famílias monoparentais) como a contenção dos espaços públicos decorrente da aplicação do receituário neoliberal de enxugamento do Estado. Se aliado ao esvaziamento das instituições clássicas de representação de interesses da sociedade (partidos, sindicatos, associações e outros), chega-se ao ambiente propício ao conservadorismo das igrejas a difundir a sociabilidade da rejeição às novas normas de convivência e aceitação da moralidade midiática e da transcendência religiosa¹¹.

11 Em plena passagem para a sociedade de serviços, sobressaem no Brasil tanto o crime organizado como as igrejas, sobretudo as neopentecostais. Na sociedade urbana e industrial entre as décadas de 1930 e 1980, a sociabilidade trazida pela antiga sociedade agrária sofreu importantes impactos decor-

Mais uma vez, o sistema de proteção das fortunas e privilégios de ricos e poderosos parece ter sido vitorioso no Brasil, com o corte de gastos e desestruturação das políticas públicas que buscavam atender as classe populares, o que trouxe, de imediato, o retorno da pobreza e desigualdades econômicas e sociais. Nesse sentido, o Brasil terminou se integrando ao movimento atual mais amplo da ascensão do conservadorismo em curso em vários países.

De maneira geral, o conservadorismo de partidos e organismos sociais de direita sustentam-se na ideologia que defende a hegemonia de ricos e poderosos diante da instabilidade ampliada que se instalou pela crise global iniciada em 2008. O insucesso do receituário neoliberal em apresentar saídas para a crise global satisfatória para todo o conjunto das sociedades ampliou o espaço de fortalecimento do conservadorismo enquanto movimento de mobilização social.

Para tanto, o potencial de força aglutinadora do conservadorismo focaliza segmentos sociais já fragilizados, como desempregados, imigrantes, violência e outros. Acontece, em sequência, o racismo, a misoginia, a xenofobia, o anticomunismo, o autoritarismo e a visão antissistema.

A ação focalizada em determinados segmento sociais serve para a difusão das ideias mais gerais para o conjunto da sociedade, em busca da formação de maioria política voltada ao alcance da legitimidade dos interesses dominantes de ricos e poderosos. As novas tecnologias de informação e comunicação, como as mídias sociais, têm contribuído para a formação do senso comum mais conservador e individualista.

Mutação na natureza da riqueza e a recomposição dos ricos no Brasil

A crescente e dominante penetração do modo de produção capitalista na economia, política e valores culturais da sociedade brasileira estabeleceu, desde a segunda metade do século XIX, momentos de composição e recomposição entre tradicionais e emergentes ricos e poderosos. De maneira geral, os herdeiros da antiga sociedade agrária escravista tiveram que conviver com três significativas ondas de transformações na natureza da riqueza, todas elas à sombra da atuação do Estado.

A primeira, instalada a partir da década de 1880, consagrou a definitiva passagem para o predominante modo capitalista de produção e distribuição de ri-

rentes das transformações demográficas, familiares e de valores culturais, condições de trabalho e padrões de consumo acompanhados pela presença dominante da igreja católica. Sobre isso, ver: D'Incão, 1992; Brandão, 2008.

queza, o que permitiu superar quase quatro séculos de sociedade pré-capitalista, cuja economia assentava-se no trabalho escravo. Com isso, a desconstituição do Estado absolutista, que financiava o complexo improdutivo pertencente à família imperial, ao clero e à nobreza, abriu caminho para a instalação do novo Estado mínimo assentado no liberalismo.

A segunda onda de transformação na natureza da riqueza emergiu a partir da década de 1930, transcorreu com o protagonismo decorrente do ingresso na sociedade urbana e industrial geradora de novo e abrangente estoque de riqueza e fluxo de rendas. Para tanto, o Estado mínimo do liberalismo da República Velha (1889-1930) terminou sendo substituído pelo Estado moderno desenvolvimentista que se amparou nas formas corporativas de organização da sociedade.

Após décadas, a terceira onda transformadora na natureza da riqueza no Brasil fundamentou-se na estranha combinação da precoce desindustrialização com o antecipado avanço da sociedade de serviços. Mas isso não avançaria desde a década de 1990 sem a desconstrução do Estado desenvolvimentista promovida pelo predomínio do receituário neoliberal.

Em breve recuperação histórica, procura-se, a seguir, destacar os principais aspectos consagradores do sistema de proteção de fortunas e privilégios de ricos e poderosos no Brasil. Justamente nas fases de transformações estruturais na natureza do padrão de riqueza que o conservadorismo, enquanto ideologia dos interesses agregadores dos ricos, acumulou forças ainda mais dominadoras.

Nesse sentido, o papel apoiador e protetor do Estado, que em suas históricas metamorfoses indicam os contornos de estratégias voltadas para a formação, ampliação e reagrupamentos de ricos e poderosos. Com predomínio de regimes autoritários, os padrões de riqueza e afortunados prosperaram à sombra do Estado, cuja funcionalidade ao conservadorismo foi essencial.

Mas um conservadorismo que não se constitui em nome de um passado a ser valorizado e reconstituído, mas sobre a perspectiva de outro futuro que não seja a penalização de ricos e poderosos. Isso porque o segmento dos enriquecidos demonstrou historicamente a incapacidade de protagonizar democraticamente o novo que não funcionasse distante da sombra do Estado e do sistema de proteção de fortunas e privilégios.

Padrão de riqueza e afortunados na sociedade agrária

Em mais de três séculos e meio de predomínio do trabalho escravo (1530-1888), a riqueza gerada durante a exploração colonial ganhou escala comercial assentada tanto na monocultura para exportação como no uso latifundiário da ocupação de terras. O complexo comercial adotado pelo exclusivismo metropolitano português prevaleceu até a vinda da família Real, em 1808, cuja política de abertura comercial de portos implicou substituir o antigo monopólio português pelo novo inglês, fundamentalmente.

O desenlace político da independência nacional na terceira década do século XIX manteve praticamente intacta a estrutura de exploração econômica herdada do período colonial. Sem o exclusivismo metropolitano, os afortunados ampliaram-se em terras locais, com o complexo comercial externo sendo o centro da proliferação da riqueza desde o proprietário latifundiário e organizador da produção para exportação, passando pelas casas de comércio, câmbio e de financiamento, incluindo o enriquecedor tráfico negreiro.

Acontece que a instalação da monarquia constitucional, em 1822, esteve amparada na consolidação do Estado absolutista que se mostrou pesado para ser sustentado durante o longo período de decadência econômica iniciado com o esgotamento do ciclo do ouro, ao final do século XVIII. A centralização de recursos e poder no Império foi fundamental para o uso da força e negociação evitar o desmembramento do território em virtude de diversos movimentos rebeldes e separatistas ocorridos em diversas localidades do país (Confederação do Equador em 1824, Malês em 1835, Farroupilha em 1835, Balaiada em 1836, Sabinada em 1837, Praieira em 1848).

Mas a centralização de recursos durante o Império também significou a sustentação pelo fundo público da família imperial, clero e nobreza da época.

O Estado absolutista foi cedendo oportunidades para a emergência do modo de produção capitalista através da Lei de Terras (n. 601, de 1850) que estabeleceu, pela primeira vez, as normas para o exercício do direito de propriedade privada agrária.

O fim da escravidão fundamentou o trabalho livre enquanto requisito para a consolidação do sistema capitalista no Brasil. Mas isso ocorreu de forma lenta, sem penalizar os proprietários de escravos, pois desde 1850 predominou o gradualismo asfíxiante da escravidão, através da proibição do tráfico, inicialmente, passando pela liberação de filhos nascidos de escravos e escravos idosos, até chegar a abolição completa, em 1888.

Em paralelo, o processo imigratório europeu, estimulado pela Império a partir da segunda metade do século XIX, possibilitou que as vagas até então ocupadas

por escravos negros fossem sendo substituídas pela presença da mão de obra branca. Assim, os setores da produção agrária e urbana foram transitando do trabalho para o trabalho livre estabelecido em troca da remuneração (monetização das relações de trabalho).

Concomitante à emergência do novo ciclo do café no último quartel do século XIX, o sucesso do uso de trabalho imigrante livre no lugar dos escravos negros viabilizou a sua disseminação no território nacional. Assim, o avanço pleno do modo de produção capitalista, desde o final da década de 1880, estabeleceu as bases para o padrão de riqueza e afortunados agrários na vanguarda da formação da República, marcada por profunda exclusão da população negra e indígena.

A dificuldade da monarquia em superar o sentido de decadência transmitido pelo fim do ciclo do ouro, ainda na passagem da antiga condição de colônia para a de nação independente, conformou maior espaço para as ideias liberalizantes organizadas pelos movimentos republicanos. Isso parece ficar mais evidente nas comparações da época com a realidade de outras nações.

Por outro lado, os Estados Unidos rapidamente se transformaram no principal parceiro da República, ao contrário da constante presença europeia durante o Império, especialmente a Inglaterra. Diante dos sinais de decadência apontados durante a monarquia, o ideário positivista também se apresentou em atos e retórica da ação dos republicanos a empuharem simbolicamente os dizeres na bandeira nacional de ordem e progresso.

Para além disso, a constituição de uma nova ordem jurídico-política liberal que superasse a velha monarquia, livrando-se do Estado absolutista ancorado no sustento da família real, clero e privilégios da nobreza. A instalação do Estado liberal, o mínimo para o exercício de suas funções (monopólios da violência, da moeda e da arrecadação), apresentou-se em linha com a inserção periférica e dependente do Brasil no sistema capitalista mundial.

Dessa forma, o padrão de riqueza vinculado ao antigo modo de produção pré-capitalista se transformou diante da sociedade de classes que se expandia em plena continuidade do agrarismo primário exportador. A recomposição entre tradicionais e emergentes afortunados transcorreu diante dos obstáculos estabelecidos pelo fim da escravidão negra no Brasil.

A República que se estabelece com o desaparecimento do Império marca o ingresso do Brasil na condição de periferia e dependência ao sistema capitalista mundial que se encontrava submetido à centralidade inglesa. Na época, contudo, o capitalismo mundial vigente encontrava-se ainda organizado na forma de grandes Impérios e submetido a importantes disputas em torno dos avanços da segunda Revolução Industrial e Tecnológica, exigente de grandes empresas para a sua difusão em escala nos investimentos, produção e distribuição.

Tudo isso motivou os republicanos brasileiros a alterar o sistema jurídico-político herdado do antigo regime monárquico e escravista, com tradição no centralismo da uniformidade administrativa. Embora isso não parecesse estar plenamente definido nos momentos iniciais dos governos militares, o ciclo civil dos presidentes eleitos pelo regime de democracia censitária encarregou-se da plena descentralização governamental da República federativa.

No plano político-partidário, a instalação da República rompeu com a dinâmica de dois partidos de base nacional (Liberal e Conservador), inaugurando o sistema de ampla fragmentação partidária nos estados. Estes eram, até então, seções dos partidos nacionais da monarquia que funcionavam sob o controle das oligarquias dominantes nos poderes locais.

Ao mesmo tempo, a situação de decadência transmitida pelo passado monárquico cedeu lugar ao rico ciclo de expansão cafeeira que, até o final da década de 1920, permitiu o espraiamento do dinamismo econômico para além do antigo complexo comercial externo (exportação e importação). Para além do circuito financeiro das tradicionais casas de comércio, câmbio e bancos estrangeiros, ampliaram as atividades vinculadas ao transporte interno e externo e aos serviços urbanos, bem como a expansão das indústrias tradicionais.

Por conta disso, os 38 anos a que se referem ao período de 1888 a 1926 contabiliza importante conjunto de intervenções no território nacional. A começar pelo o número de municípios no país, que saltou de 916 para 1.407 (1,5 vez maior), acompanhado da multiplicação da população por 2,7 vezes, e da delimitação e ampliação das fronteiras geográficas nacionais.

Além disso, as estradas que cobriam apenas 360 quilômetros durante a monarquia foram ampliadas para 53.248 quilômetros, a quantidade de portos saltou de um para oito, e de uma para 426 hidrelétricas, entre 1888 e 1926. Ao mesmo tempo, o número de linhas teleféricas foi multiplicadas por 4,6 vezes, enquanto a quantidade de jornais cresceu 4,5 vezes mais e a extensão das ferrovias aumentou em 3,4 vezes.

Com a reestruturação da sociedade de classes, a tradicional imobilidade social herdada do agrarismo escravista e imperial começou a ser lentamente removida. O modelo econômico organizado pela instalação da República, em 1889, perduraria por quatro décadas, fortalecido pela aristocracia agrária em meio à ascensão contida da burguesia industrial, da classe média urbana e proletariado manufatureiro.

Apesar do avanço na urbanização e importante expansão populacional, o Estado liberal se manteve mínimo, quando não existente no tocante a novas políticas públicas fundamentais para a nova sociedade de classes. Com isso, os problemas urbanos nas cidades se expandiram sem qualquer ação por parte dos governos da República que não fosse o exercício autoritário da repressão, ainda

que em algumas cidades mais ricas houvesse intervenção urbanística para enfrentar crises de epidemias e afastar os pobres das áreas centrais.

De todo o modo, o padrão de riqueza e de afortunados do capitalismo na sociedade agrária seguiu consolidado mesmo diante da emergente ascensão da burguesia, que se manteve relativamente frágil para o estabelecimento das chamadas reformas clássicas do capitalismo contemporâneo (agrária, tributária e social). A relativa escassez de forças da burguesia nascente no país que havia ingressado no sistema capitalista mundial na condição periférica terminou enveredando para o alinhamento à aristocracia agrarista, cujos hábitos e lógica de consumo incorporou para sobreviver.

Uma vez superada a fase militar no início da República, entre 1889 e 1894, o ciclo de eleições definidas por colégio seletivo de participantes (homens ricos e brancos, em sua maioria, representando cerca de 5% do total da população) garantiu o presidencialismo fraco com governadores fortes durante a República Oligárquica (1894-1930). Por mais de três décadas, a República instalada por domínio liberal teve como hegemonia principal as elites cafeeicultoras e bacharéis paulistas em associação com forças da política mineira, o que favoreceu a implementação de políticas quase sempre de oferta, como a valorização do café e subsídios para atração de mão de obra imigrante desde 1906.

Para isso, contudo, o governo federal se apresentou relativamente frágil no federalismo fundamentalmente exercido descentralizadamente. Com a Política dos Estados (ou dos governadores) instalada por Campos Salles (1898-1902), os governos federal e estadual funcionaram praticamente sem oposição, uma vez que a continuidade no uso dos poderes locais tradicionais (coronelismo), herdados do período monárquico, possibilitou a recorrente formação de maioria nas bancadas de deputados estaduais e federais, sempre favoráveis ao governo em exercício.

Pela correia de transmissão, a endogenia do sistema político se manteria intacta, sem praticamente oposição ao regime de eleições censitárias por homens brancos e ricos. Dessa forma, todo presidente da República eleito pelo colégio seletivo de eleitores terminaria sendo sempre um ex-presidente de estado da federação (governador).

Com isso, a ordem jurídico-política da República, inspirada no positivismo, perdeu vigor diante da estrutura social agrária arcaica do país na passagem para o século XX. Certo paradoxo entre o liberalismo fundador da República e a prevalência da real autoridade da intermediação exercida pelo tradicional jogo político do coronelismo entre o povo e as elites expressou contradições inerentes ao modo de combinar o novo com o velho, sem rupturas estruturais.

Os limites da estrutura partidária fragmentada regionalmente para enfrentar questões de dimensão nacional gerou significativo descrédito na política, bem como o desencanto na capacidade de a República resolver tanto as novas como

as velhas questões trazidas pela sociedade de classes. Os anseios pela ampliação democrática, que não se circunscrevia apenas à universalização do voto, por exemplo, dificilmente seriam contidos apenas pelo autoritarismo e repressão diante do avanço dos movimentos de contestação e revoltas no interior do país (Cangaço desde 1870, Canudos em 1893, Vacina em 1904, Contestado em 1912, Chibata em 1914, Forte de Copacabana em 1922, Tenentista no Rio Grande do Sul e São Paulo em 1924 e Coluna Prestes em 1924).

Além disso, a base econômica, que até então se concentrava na produção e exportação de produtos primários, enfrentou importantes obstáculos por conta da grande Depressão mundial iniciada em 1929. A tradicional via liberal de política econômica e social apresentou os seus limites, deixando de responder suficientemente por ações exclusivas na contenção da oferta excedente do café.

Nesse cenário, o padrão de riqueza da sociedade agrária sofreu enorme questionamento, colocando em dúvida os próprios mecanismos de proteção dos afortunados e seus privilégios diante da emergência de novos atores sociais identificados pela burguesia industrial, classe média urbana e proletariado de manufatura. O setor primário exportador, após quatro séculos ocupando o posto de agente dinamizador principal da economia nacional, entrou em decadência, favorecendo a construção de novo padrão de riqueza, seguido do imediato realinhamento dos interesses entre ricos e poderosos no Brasil.

Padrão de riqueza e afortunados na sociedade urbana e industrial

Em mais de 40 anos de existência, a primeira fase da República havia rapidamente envelhecido. O impulsionamento assentado no ideário positivista da ordem e progresso se mostrou inicial e insuficiente para enfrentar a decadência transmitida pelo antigo regime monarquista, o que levou ao Estado liberal, mínimo em termos dos desafios da sociedade de classes.

Em função disso, o Estado liberal passou a ser identificado ao atraso associado à fragilidade da descentralização federativa. Pela inapetência liberal para lidar com a explosiva deterioração nas condições políticas, econômicas e sociais diante da gravidade da grande Depressão mundial de 1929, o ideário corporativista encontrou terreno fértil para melhor se instalar nacionalmente e se expandir de forma inédita pelo país.

Para tanto, a recuperação do ideário positivista pelos militares foi acompanhado pela edificação do Estado moderno a partir da Revolução de 1930. Por meio de novas políticas de abrangência nacional e da organização corporativa da sociedade, o novo padrão de riqueza se constituiu em meio ao processo de industrialização e urbanização nacional.

Nesse sentido, a substituição do antigo Estado mínimo estabelecido na ordem liberal pelo novo Estado desenvolvimentista se mostrou funcional à transição para o novo padrão de riqueza da sociedade urbana e industrial. Ficaria cada vez mais para atrás o anterior padrão de riqueza e afortunados do agrarismo.

A construção do Estado moderno encontrou, nos primeiros sete anos após a Revolução de 1930, um conjunto significativo de entraves para saídas de natureza democráticas. As debilidades encontradas na reestruturação de classes que emergiu do novo padrão de riqueza alastrado pela industrialização teve forte resistência das forças da velha aristocracia agrária, contrárias a qualquer reforma no capitalismo brasileiro.

A solução encontrada pela via autoritária do Estado Novo (1937-1945) deslançou, em definitivo, um inédito ciclo de modernização conservadora. Pelo vigor da industrialização nacional e passagem para a inclusão seletiva no padrão de vida e consumo urbano, o sistema de proteção de fortunas e privilégios encontrou nova marcha para avançar.

Isso porque o ideário corporativo foi o que melhor soube responder aos desafios herdados das artificialidades do liberalismo que se impôs numa sociedade profundamente atrasada e tão amplamente desigual assentada no velho agrarismo. Ao apontar para uma outra estrutura produtiva urbana e industrial complexa que pudesse incluir parcelas da sociedade, a modernidade que emergia do novo padrão de riqueza terminou sendo contida pela força do conservadorismo dominante juntos aos interesses dos afortunados que eram até então dominantes na sociedade agrária (Fernandes, 2005; Leal, 1997, Henrique, 1999).

Com isso, o país mais uma vez postergou no tempo sem oferecer data futura às clássicas reformas do capitalismo contemporâneo. Desse modo, o patrimonialismo seguiu renitente no interior da construção do Estado desenvolvimentista, sem que a reforma tributária que onerasse, por exemplo, os ricos e poderosos fosse realizada.

Por conta disso, constatou-se que, pelo lado da arrecadação governamental, o fundo público aumentou mais rapidamente que a expansão da produção, uma vez que foi sustentado pelo modelo regressivo de aplicação de impostos, taxas e contribuições. Dessa forma, os pobres foram os que mais pagaram tributos, proporcionalmente a sua renda, em relação aos ricos.

Pelo lado do gasto público, muitas vezes seletivo, o sistema de proteção das fortunas de ricos e poderosos melhor se apresentou, com a prevalência dos mecanismos de privilégios na forma de subsídios, desonerações, isenções, entre outras modalidades. Da mesma forma, as políticas públicas implementadas durante a formação e expansão da sociedade urbana e industrial perseguiu a lógica da cidadania regulada (Santos, 1979; Cattani ; Oliveira, 2012; Pochmann, 2015).

Em função disso, o acesso à saúde e ao sistema de aposentadoria e pensão, por exemplo, que contemplava somente aqueles segmentos de trabalhadores com emprego assalariado formal, excluía parcela restante da classe trabalhadora não assalariada ou empregada informalmente. O Estado desenvolvimentista, protagonista de inédita expansão econômica, terminou patrocinando inacreditável modernidade num país de capitalismo selvagem, portador de profunda exclusão social por imposição e resistência do sistema de proteção de fortunas e privilégios mantidos aos ricos e poderosos.

No caso da estrutura fundiária do país, seja no campo ou nas cidades, também desconheceu efetiva ação reformista em relação à propriedade. A secular trajetória do latifúndio seguiu incólume, com o uso da inelástica fronteira agrícola, sem despressurizar, necessariamente, as tensões e conflitos históricos no campo, e mais recentemente nas cidades, que continuaram abatendo parte da população pobre pela violência e repressão urbana e rural do Estado policial.

Por outro lado, a prevalência de estrutura fundiária concentrada pariu descomunal e veloz deslocamento da população pobre do meio rural para as cidades, que completamente despreparadas para tamanho fluxo migratório terminou gerando padrão subdesenvolvido de urbanidade. Assim se constituíram cidades internamente apartadas entre ricos e pobres, sobrepostas pelo inchamento de mão de obra sobrando serviço aos ricos e à alta classe média que decorreu do inédito afluxo de pobres do campo a vagar nos grandes centros urbanos (Santos, 2006; Maricatto, 1996).

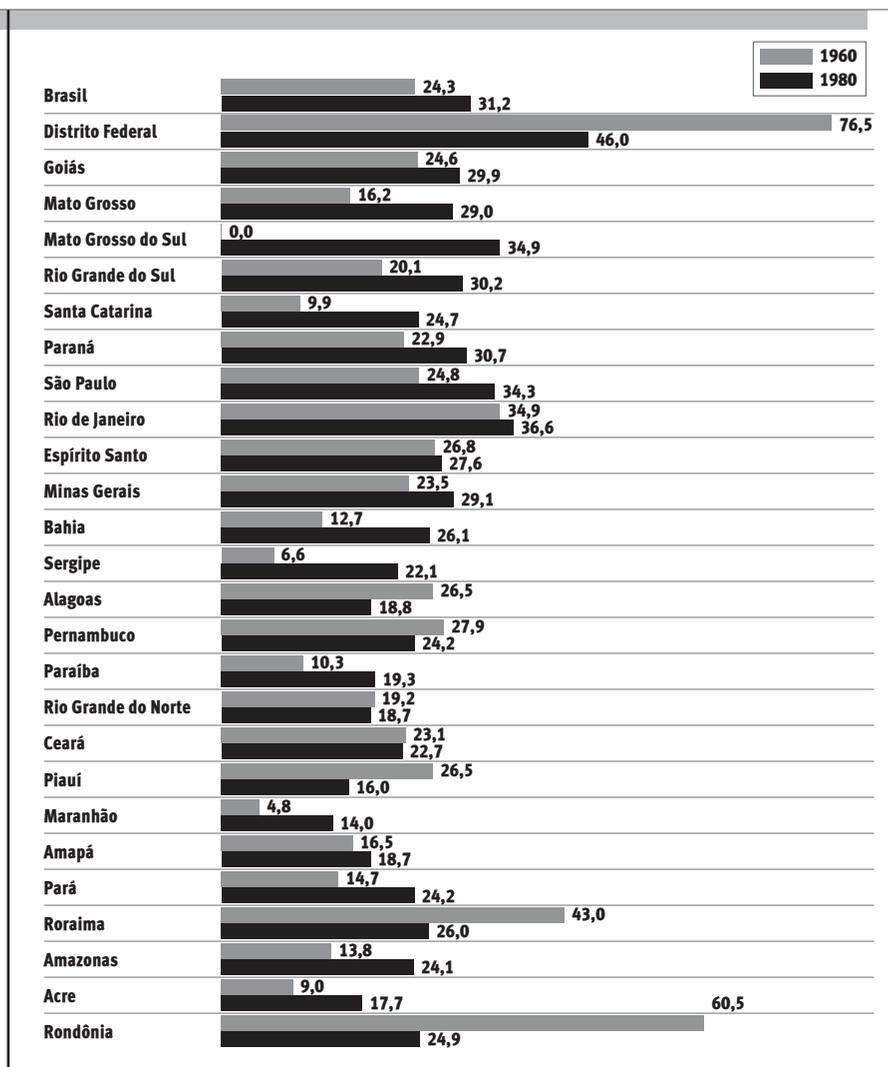
As fissuras expostas pela desorganização urbana foi produto do intenso processo de modernização conservadora. O modelo corporativo de organização da sociedade voltou-se fundamentalmente aos incluídos na sociedade urbana e industrial, já que aos pobres e miseráveis restava a filantropia e misericórdia cristã e o assistencialismo estatal.

Nesse contexto, uma parte da força de trabalho terminou não sendo submetida à disciplina e submissão capitalista direta. Enquanto ocupados independentes ou por conta própria, cerca de um quinto da força de trabalho permaneceu à margem da possibilidade de integração nas políticas do Estado desenvolvimentista, assim como assalariados sem contrato formal de trabalho, o que equivalia a quase a metade da classe trabalhadora nacional.

Assim, as limitações do modelo corporativo para a sociedade urbana e industrial desencadeado a partir da década de 1930 tornaram-se evidentes. Não obstante a consagração de uma nova e complexa estrutura de classes sociais no país, o realinhamento produzido entre emergentes e tradicionais afortunados transcorreu sem maiores atritos diante da fantástica expansão do padrão de riqueza entre as décadas de 1930 e 1980.

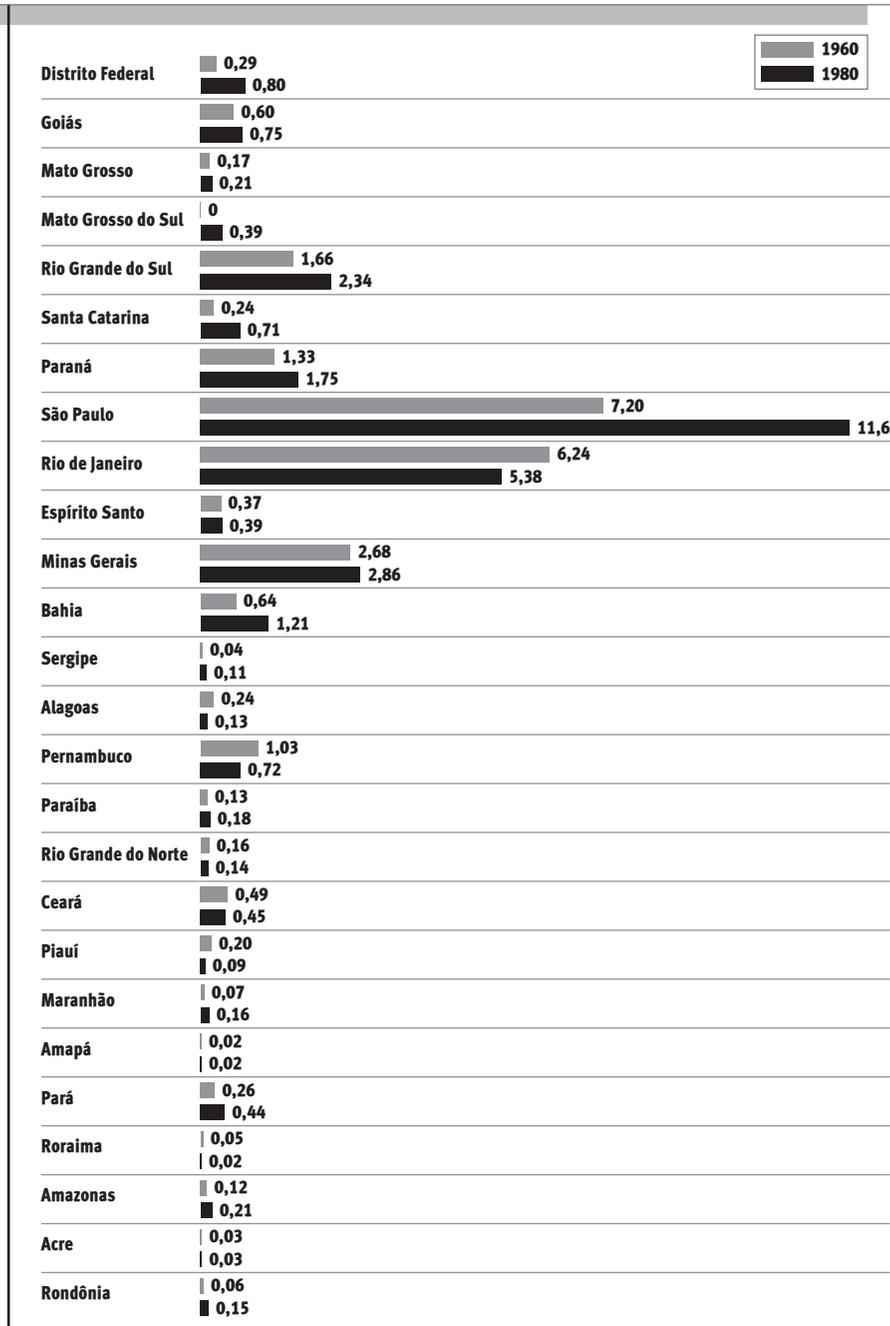
Diante disso, torna-se interessante analisar as principais modificações transcorridas no perfil do segmento de maior rendimento entre o conjunto dos brasileiros. Para tanto, cabe ressaltar, enquanto referência empírica, as informações estatísticas selecionadas e sistematizadas a partir do IBGE sobre os ricos com base no censo demográfico de 1960, o primeiro a identificar a renda dos brasileiros, em comparação com o ano de 1980, no auge da sociedade urbana e industrial.

Gráfico 3 Brasil – participação dos 3,6% mais ricos na massa de renda em cada estado da federação em 1960 e 1980 (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

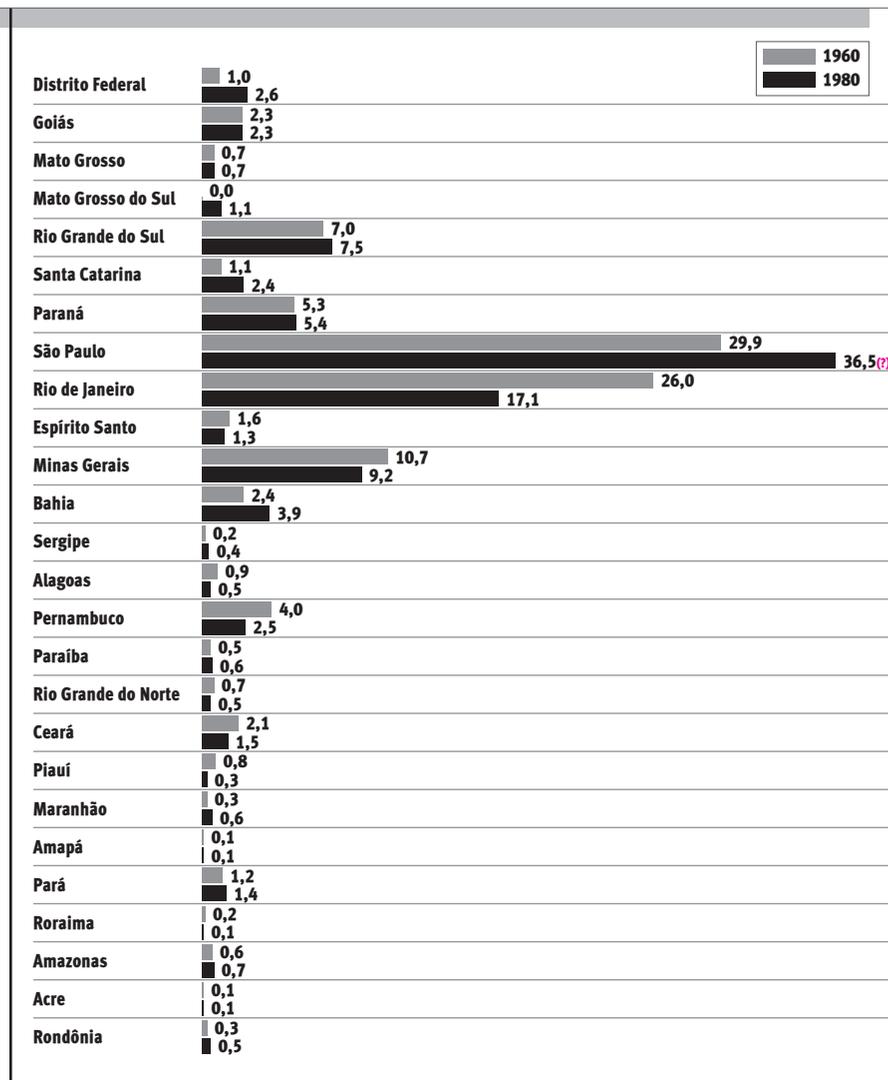
Gráfico 4 Brasil – participação dos 3,6% mais ricos na massa de renda nacional de cada estado da federação em 1960 e 1980 (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

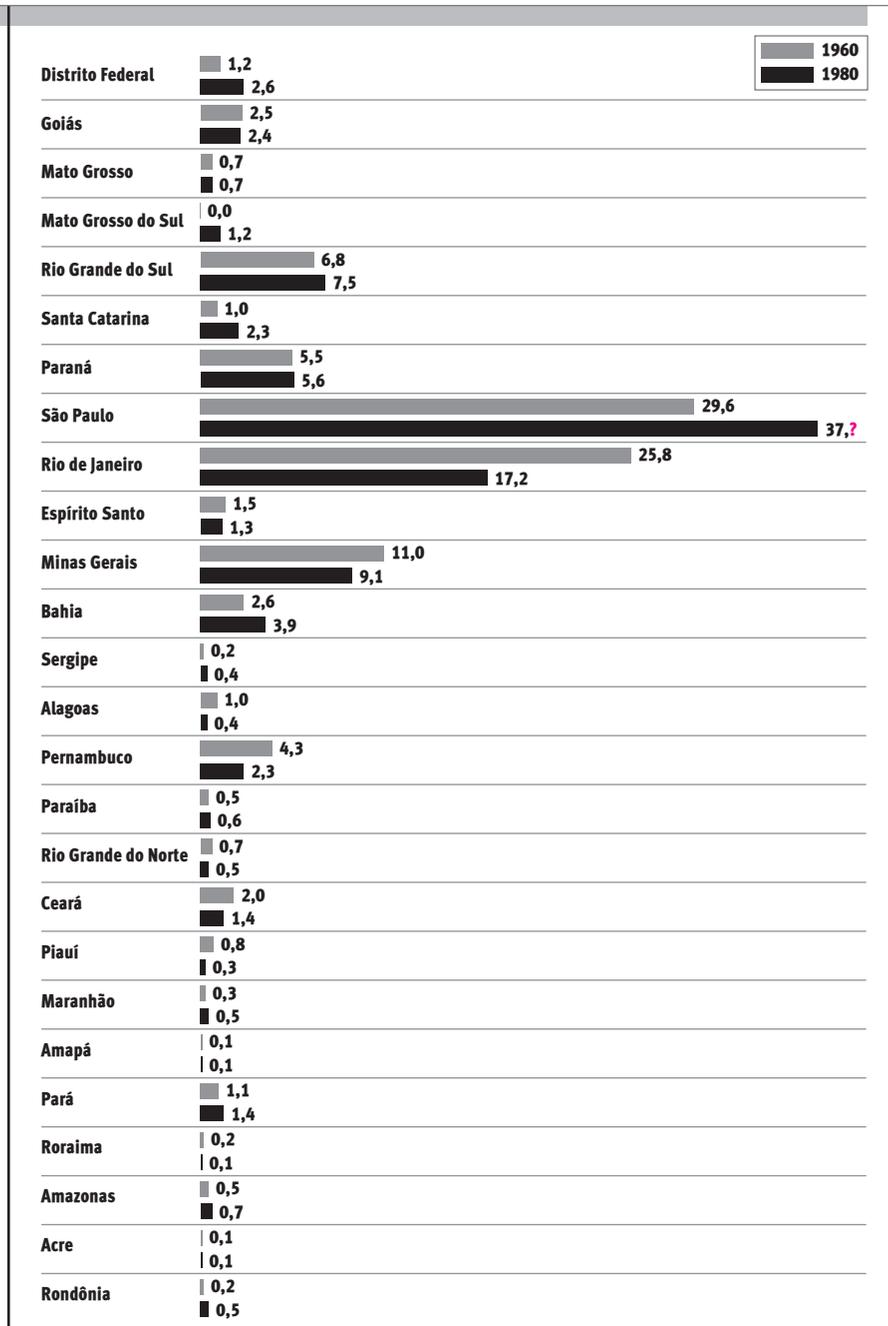
Toma-se como centro da abordagem descritiva, o segmento social que corresponde a 3,6% de toda a população com rendimentos declarados em 1960 e 1980, anos respectivos da realização dos censos demográficos pelo IBGE. Dessa forma, pode-se melhor analisar comparativamente as principais características dos detentores da maior parcela do fluxo de renda no país.

Gráfico 5 **Brasil - distribuição por estados da federação dos 3,6% mais ricos nos anos de 1960 e 1980** (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Gráfico 6 **Brasil - distribuição por estados da massa de renda dos 3,6% mais ricos em 1960 e 1980** (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

No ano de 1980, os 3,6% dos brasileiros que constituíam o segmento de maior renda declarada ao IBGE era composto de 1.694,2 mil pessoas, ao passo que, em 1960, quando ainda a maior parte da população vivia no meio rural, o andar de cima da sociedade constituída pelos 3,6% mais ricos do país atingia a 705,6 mil indivíduos. A distribuição deste segmento enriquecido nos estados da federação apontou importante modificação no auge da sociedade urbana e industrial, conforme apresentado nos gráficos anteriores.

Observa-se que em duas décadas, por exemplo, os 3,6% brasileiros mais ricos aumentaram em 28,4% o grau de concentração na renda nacional, que passou de 24,3%, em 1960, para 31,2%, em 1980. Além disso, percebe-se que o peso relativo dos 3,6% mais ricos em cada estado se alterou substancialmente.

Os principais registros de decréscimo na participação dos ricos na massa de renda por unidade da federação ocorreu em Rondônia (-58,8%, de 60,5% para 24,9%), no Distrito Federal (-39,9%, de 76,5% para 46%) e em Roraima (-39,5%, de 43% para 26%) entre os anos de 1960 e 1980. Ao contrário disso, os estados com maior aumento na participação dos ricos na massa de renda foi verificado em Sergipe (234,8%, de 6,6% para 22,1%), Maranhão (191,7%, de 4,8% para 14%) e Santa Catarina (149,5%, de 9,9% para 24,7%).

Com isso, a distribuição em cada unidade da federação na massa de renda dos 3,6% mais ricos do país se transformou consideravelmente. Entre 1960 e 1980, por exemplo, a presença do estado de São Paulo na renda concentrada pelos 3,6% dos ricos do país aumentou 61,1%, pois saltou de 7,2% para 11,6%, ao passo que o Rio de Janeiro decresceu em 13,8% a sua participação relativa, passando de 6,2% para 5,4%.

Por conta disso, a participação do estado de São Paulo na massa de renda pertencente aos 3,6% dos ricos do país também cresceu, enquanto a do Rio de Janeiro decresceu. Entre 1960 e 1980, por exemplo, o estado de São Paulo aumentou de 29,6% para 37,2% o peso relativo na renda de todos os ricos do país vis à vis a queda do Rio de Janeiro de 25,8% para 17,2%.

Mesmo com essas modificações, os dois estados somados seguiram detendo mais da metade da renda auferida pelos 3,6% mais ricos do país. Em 1960, São Paulo e Rio de Janeiro juntos já concentravam 55,4% de toda a renda dos ricos e, em 1980, reduziram levemente para 54,4%.

Em boa medida, a elevação na participação relativa de São Paulo na massa de renda dos 3,6% mais ricos do país refere-se à própria concentração da quantidade dos afortunados no estado, que exerceu a função de centro dinâmico da industrialização nacional. Em 1980, o estado paulista reunia 36,9% do total de ricos no país, enquanto em 1960 era 29,9%, ao passo que no Rio de Janeiro houve queda relativa no total dos ricos de 26% para 17,1%, no mesmo período.

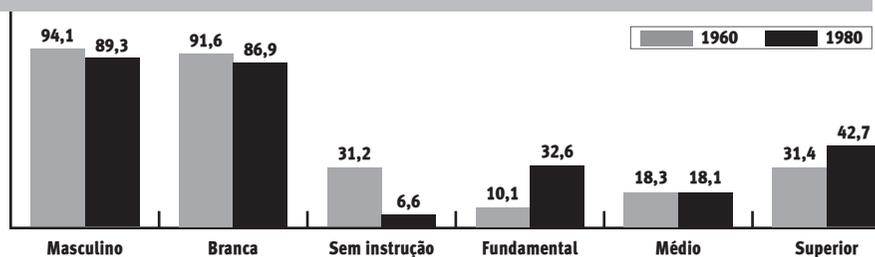
Por outro lado, ao se voltar para as principais características do segmento social representado pelos 3,6% mais ricos do país, constata-se a predominância de brancos e do sexo masculino. Ainda que se possa registrar leve queda entre os anos de 1960 e 1980, a presença de não brancos e do sexo feminino se mostrou praticamente residual.

Em relação à escolaridade, percebe-se que a alta presença de ricos sem instrução que registrou em 1960 quase um terço deles, decaiu 78,8% quando comparado ao do ano de 1980. Paralelamente, no mesmo período de tempo, observa-se que a quantidade de ricos com o ensino superior cresceu cerca de 36%.

No que se refere à distribuição etária dos 3,6% mais ricos do país, nota-se praticamente a inalteração entre as duas décadas. A leve queda verificada nos ricos de menor idade (até 29 anos) e idosos (60 anos e mais) foi acompanhada de breve elevação relativa no segmento etário de 30 a 39 anos.

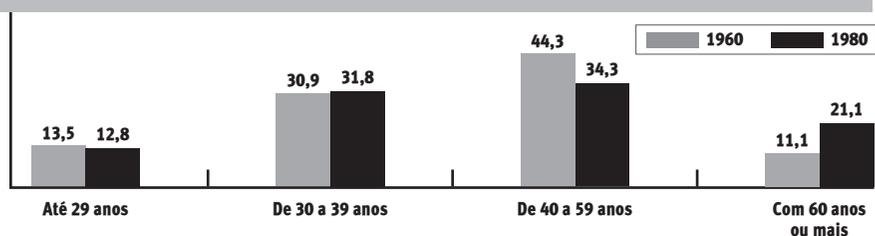
Sobre religião no segmento rico da sociedade, verifica-se que a maior parcela dos 3,6% mais ricos dos brasileiros declararam-se católicos em 1960 (84,7%). Em relação ao ano de 1980, houve leve queda de 2%, mas que manteve parte majoritária dos ricos declarados católicos (83%).

Gráfico 7 Brasil - distribuição por sexo, raça/cor e escolaridade dos 3,6% mais ricos em 1960 e 1980 (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Gráfico 8 Brasil - distribuição por faixa etária dos 3,6% mais ricos nos anos de 1960 e 1980 (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Em relação ao segmento dos ricos que se declarou sem religião, nota-se o aumento de 92% entre os anos de 1960 e 1980, pois passou de 2,5% para 4,8% dos brasileiros situados na faixa dos 3,6% mais ricos. Por fim, o segmento que declarou possuir outra religião registrou ligeira redução em 4,7% em duas décadas, pois decresceu de 12,8% para 12,2% no mesmo período de tempo.

Ainda, ao se analisar as principais categorias profissionais, ressalta-se a relevância de comerciantes e administradores entre os 3,6% dos ricos do país, uma vez ambos respondiam por 30% do total nos anos de 1960 e 1980. Na sequência, observa-se a perda de importância relativa de oficiais militares concomitante com o crescimento da profissão de engenheiros e de médicos e dentistas entre os ricos no país.

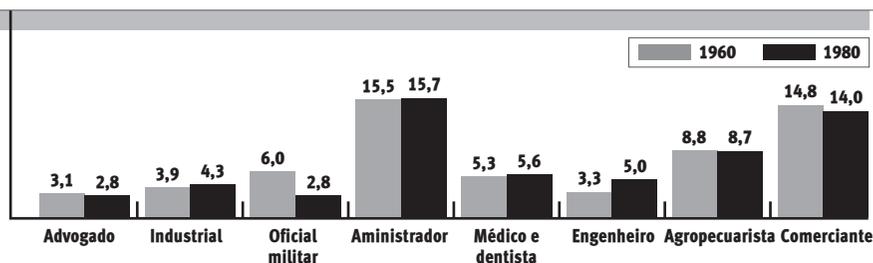
Se considerado o conjunto das principais atividades econômicas concentradoras dos ricos brasileiros, constata-se a significativa expansão nos setores da indústria e nos serviços financeiros. Essas duas atividades econômicas concentravam quase um terço da totalidade dos ricos em 1980, enquanto em 1960 era de apenas 10,7%.

Em especial, registra-se também o salto no crescimento dos ricos situados na indústria, cuja presença foi multiplicada por 3,8 vezes. Em 1980, 24,2% dos 3,6% dos ricos estavam situados em alguma atividade industrial, ao passo que em 1960 era de apenas 6,4%.

Em compensação, os setores vinculados ao terciário com comércio e serviços em geral decresceram. O comércio registrou queda de 8,1% (de 12,2% para 11,6%) e os serviços em 17,2% (de 19,2% para 15,9% no total dos ricos) entre 1960 e 1980.

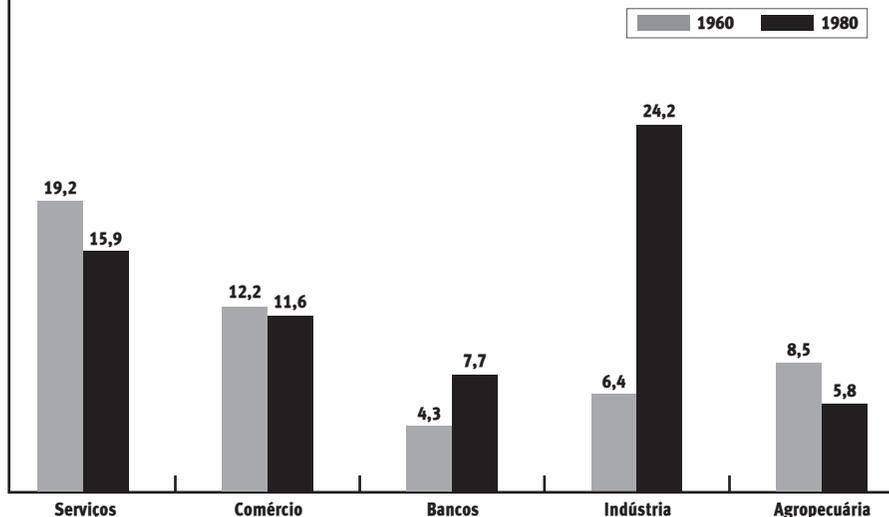
Em virtude do avanço da sociedade urbana e industrial, o setor da agropecuária teve perda relativa importante em relação à concentração dos 3,6% mais ricos. No ano de 1980, por exemplo, representava 5,8% de todos os ricos, enquanto em 1960 era 8,5%, o que significou redução de 31,8%.

Gráfico 9 Brasil - distribuição por profissão dos 3,6% mais ricos nos anos de 1960 e 1980 (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Gráfico 10 **Brasil - distribuição por setor de atividade econômica dos 3,6% mais em 1960 e 1980** (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Os vetores principais do processo de transformação da sociedade brasileira entre as décadas de 1930 e 1980 foram a industrialização, ainda que tardia, e a urbanização extensiva. Da antiga sociedade agrária, limitada por rebaixado e primitivo padrão de vida e trabalho para maior parte da população, emerge a sociedade urbana e industrial superior, cujo padrão de vida avançou concentrado social e territorialmente, o que estimulou ainda mais o próprio fluxo migratório.

O aumento nas oportunidades de trabalho foi acompanhado da elevação de serviços de saúde, educação, residência, entre outros. Mas isso, contudo, ocorreu de forma seletiva no interior da sociedade urbana e industrial entre as décadas de 1930 e 1980.

Sem a realização no Brasil das reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, capazes de civilizar em parte o seu ímpeto de natureza selvagem, o conjunto da sociedade foi exposto à convivência de um inegável processo de modernização com sentido extremamente conservador. Não apenas os ricos ficaram mais ricos, concentrando cada vez mais a renda nacional, como a base da pirâmide social foi excluída, em parte, dos frutos decorrentes da passagem do atrasado agrarismo para a avançada produção e consumo de bens manufaturados.

Mesmo com a profunda mudança no espaço geográfico do território nacional, com a expansão das cidades, a concentração de ricos em poucas delas indicou o quanto o sistema de proteção das fortunas e privilégios de ricos e poderosos con-

tinuiu a operar no país. O abandono da ordem liberal e do Estado mínimo da República Velha (1889-1930), a partir da Revolução de 1930, somente se consolidou com a instalação do autoritário Estado Novo (1937-1945), capaz de superar as resistências do passado e levar adiante a nova ordem corporativa concomitante com o Estado desenvolvimentista.

A implantação do modo capitalista no Brasil se produziu tardiamente, adequando-se à forma de inserção mundial periférica e dependente do centro dinâmico inicialmente inglês e, na sequência, estadunidense. Por consequência, a burguesia formada se apresentou frágil e incapaz de se impor à aristocracia agrarista, que se hegemonizava pela ordem liberal e comando do Estado mínimo.

Somente com a Revolução de 1930, responsável por iniciativas de superação da ordem liberal através da organização corporativa da nova sociedade urbana e industrial, que a burguesia assumiu gradualmente a centralidade dominante. Na realidade, a burguesia somente ocupou posição de domínio com a industrialização e urbanização pelo traço autoritário desencadeado a partir do comando do Estado Novo (1937-45)¹².

Tanto que, entre as décadas de 1930 e 1980, o autoritarismo foi o regime de governo com mais tempo presente na sociedade brasileira. Apesar disso, o país experimentou o regime democrático entre os anos de 1945 a 1964, indicando o quanto a industrialização e urbanização podiam perfeitamente avançar.

Pela experiência democrática, a organização e participação popular ocuparam espaços crescentes, tencionando a existência do sistema de proteção das fortunas e privilégios de ricos e poderosos. Em contraposição, o retorno autoritário por 21 anos de ditadura militar-civil (1964-1985) justificou a defesa dos afortunados, novos e velhos.

Ainda que tenha tido êxito no prolongamento da sociedade urbana e industrial, a experiência autoritária consagrou, mais uma vez, a combinação do moderno com o conservadorismo. Assim, as fantásticas taxas de expansão econômica transcorreram paralelamente à exclusão política e social e ao aumento da desigualdade de renda e poder.

Somente com a transição para a redemocratização nacional, na segunda metade da década de 1980, as condições de manutenção da sociedade urbana e industrial foram sendo afetadas negativamente, fragilizando-a rapidamente. A estrutura de classes e frações de classes sociais existente na década de 1980 sofreu rápida e profunda transformação desde a última década do século passado.

12 Denomina-se industrialização ao período de 1930 a 1955, quando o capital industrial ainda dependia das exportações de produtos primários para mobilizar parte de importações de máquinas e equipamentos incapazes de serem substituídos internamente. Com o governo JK, a partir de 1956, a industrialização pesada ganha fôlego e se estabiliza até a década de 1980.

A sequência de governos neoliberais nos anos de 1990 e após 2015 permitiu questionar e dilapidar amarras pendentes da ordem corporativa existentes até então. Com o avanço da perspectiva individualista e consumista enquanto projeto de sociedade, a política foi se tornando irrelevante, cada vez mais subordinada às determinações da economia.

De tardia industrialização, o país ingressou precocemente na sociedade de serviços, com consequências inegáveis para o padrão de riqueza e de afortunados no país. A substituição da ordem corporativa pela neoliberal parametrizou novos arranjos no interior da sociedade, conforme caracterizado a seguir.

Padrão de riqueza e afortunados na sociedade de serviços

Com o predomínio do modo de produção capitalista, o Brasil passou a conviver com distintos padrões de riqueza assentados na expansão da economia que provocou profundas mudanças estruturais no sistema produtivo, capazes de transferir parcelas crescentes da força de trabalho dos setores de menor para os de maior produtividade. Isso foi observado, por exemplo, tanto na passagem do modo pré-capitalista de produção, dependente do trabalho escravo, para o uso generalizado do trabalho livre estabelecido pela sociedade de classes com vigor a partir da década de 1880, como no ingresso na sociedade urbana e industrial desde a Revolução de 1930.

Na virada para o século XXI, com sinais crescentes de esgotamento do ciclo de desenvolvimento nacional que fundamentou o alastramento da sociedade urbana e industrial, assistiu-se a conformação de um novo padrão de riqueza e afortunados assentado no processo de terciarização da economia. Para tanto, o novo consenso constituído por ricos e afortunados em torno do receituário neoliberal serviu de constante ataque ao modelo corporativo de organização anterior da sociedade, especialmente voltado ao desmonte do Estado desenvolvimentista.

Sem condições de responder plena e efetivamente à propaganda neoliberal de atraso gerado por estrutura produtiva apoiada no Estado desenvolvimentista que continha líderes nacionais de defesa nacional no embate com as forças externas, o modelo corporativo passou a ser desconstituído. O resultado foi a inserção passiva e subordinada na globalização neoliberal após 1990, com a privatização do setor produtivo estatal e a desindustrialização nacional aliada à especialização em produção primário-exportadora.

Assim emergiu outro padrão de riqueza e afortunados compatível com a antecipação da sociedade de serviços integrada periféricamente aos mercados internacionais e dependente ao progresso tecnológico liderado pelas grandes corporações transnacionais. Sem dinamismo para sustentar o crescimento in-

terno das forças produtivas, sobretudo se comparado ao ciclo anterior de expansão na sociedade urbana e industrial, coube às finanças assumir o centro da acumulação de capital por meio de quatro formas distintas, porém complementares entre si.

A primeira relacionada ao fluxo contínuo de transferências das rendas para o sistema financeiro, que atua cada vez mais concentrando e centralizando simultaneamente ao funcionamento da economia. A distribuição de lucros e dividendos, por exemplo, passou a ser o estímulo a mover o circuito especulativo das aplicações financeiras.

A segunda forma de atuação das finanças na acumulação de capital decorre do sistema de dívidas, pública e privada, que implica crescente protagonismo dos credores. Em relação ao Estado, por exemplo, os credores foram autorizados a absorver parcela significativa da arrecadação tributária.

Em função disso, a dinâmica da acumulação de capital na forma de dívidas tornou o sistema financeiro o centro da economia, validado pelo rentismo a contaminar praticamente todos os segmentos sociais detentores de riqueza. A financeirização da economia pode ser observada pelos fantásticos lucros dos bancos e financeiras, independente da situação favorável ou não da economia nacional (Costa, 2016; Dowbor, 2017).

A terceira forma de atuação das finanças resulta do avanço da plataforma de benefícios fiscais e outras vantagens de extração do fundo público em benefício do sistema financeiro. Para isso, várias modalidades agressivas de planejamento tributário têm sido adotadas com o objetivo de explorar, na linha da legalidade ou não, a captura significativa de recursos do Estado.

Por fim, a quarta forma de ação das finanças no processo de acumulação asenta-se nas práticas de evasão tributária, seja repatriada para os chamados paraísos fiscais, seja na constituição de uma espécie de economia paralela, com negócios explícitos ou não fundados na especulação de capital. Em todas essas possibilidades de atuação das finanças, a corrupção não pode ser descartada, pois parece instalada no próprio padrão de riqueza e afortunados gestado com o modelo de serviços.

Mas isso não esteve relacionado pela literatura internacional especializada que passou a destacar o surgimento da sociedade de serviços decorrente do processo de terciarização das economias desde a segunda metade do século passado¹³. A perspectiva positiva da passagem para a nova sociedade pós-industrial

13 As atividades econômicas têm sido classificadas, em geral, nos setores primário (agropecuária), secundário (indústria de transformação e construção civil) e serviços (a parte restante). Apenas mais recentemente, o setor de serviços passou a ganhar mais relevância e a ser objeto de uma diversidade de estudos. Ver mais em: Valotto, 2011; Kon, 1999.

foi inicialmente identificada pela rápida expansão do setor de serviços em comparação com a indústria e crescente utilização das tecnologias de comunicação e informação em prol da adoção do conhecimento e criatividade como centro do dinamismo das economias (Bell, 1973; Castells, 1999; Mais, 2000; Kumar, 2006).

Com o passar do tempo, contudo, parte das hipóteses acerca da nova sociedade de serviços parece ter entrado em choque com a realidade diversa dos países diante das complexas situações de desindustrialização madura e, sobretudo, a desindustrialização precoce. Em geral, a confirmação da tendência de terciarização das economias não decorreria, necessariamente, de uma mudança estrutural no sistema econômico que representasse o deslocamento da força de trabalho de setores, menos para os de maior produtividade.

Isso porque os serviços terminam contemplando um conjunto muito heterogêneo de atividades econômicas, que inclui o trabalho doméstico, comércio informal e estratégias variadas de sobrevivência, por exemplo, passando pelas atividades de segurança, comércio, transporte, saúde, educação e ciência, pesquisa e inovação, entre outras. Por conta disso, todos os serviços, embora intangíveis, possuem intensidade de trabalho, capital e tecnologia bem diferenciada, o que gera, em consequência, níveis bem desiguais de produtividade e de potencial para a expansão e sustentação do conjunto da economia (Cohen, 1987; Zysman, 1987; Kon, 1992; Weller, 2004; Rodrik, 2013).

Constata-se, com isso, que a conformação do novo padrão de riqueza e afortunados que acompanha a transição para a sociedade de serviços encontra-se diretamente associada a pelo menos dois aspectos principais. O primeiro relacionado à situação geral em que se encontrava a sociedade urbana e industrial quando se inicia a transição para a sociedade de serviços, e o segundo aspecto vinculado às forças que passaram a protagonizar as atividades econômicas da sociedade de serviços.

Sobre o primeiro aspecto na determinação do novo padrão de riqueza, entende-se que a passagem para a sociedade de serviços depende do que existia antes enquanto sociedade pretérita, ou seja, se a sociedade era de tipo agrária ou urbana e industrial. E, no caso, qual situação se encontrava em termos de desenvolvimento e desigualdade interna.

Para as sociedades urbanas e industriais, o estado da industrialização alcançado se apresenta essencial para determinar o parâmetro pelo qual os serviços podem ser expandidos enquanto fundamento da nova sociedade em construção. Assim, uma sociedade industrializada madura ou incompleta faz enorme diferença quando da determinação das condições estabelecidas pelo processo de terciarização econômica.

Na moldagem da sociedade de serviços, a estrutura produtiva prévia assume especificidade importante, especialmente em se tratando dos fenômenos da de-

industrialização madura ou precoce. A desindustrialização madura tem sido verificada em países com acesso universal ao padrão amplo de consumo dos bens industriais e, geralmente, com menor desigualdade de rendimentos (EUA e Europa). Neste caso, o adicional de renda das pessoas tende a ser canalizado cada vez mais para o acesso aos serviços, salvo a demanda por reposição ou para o desenvolvimento de novos produtos manufaturados.

A desindustrialização precoce tem ocorrido, em geral, nas nações de considerável exclusão no padrão de consumo de bens industriais e, por conta disso, maior iniquidade distributiva, como o caso brasileiro. Em função disso, parte da renda adicional das pessoas deveria continuar se direcionando ao consumo de bens industriais, possivelmente em disputa com os serviços, uma vez que a pressão pelo consumo de manufaturados tenderia a ser maior na medida em que ocorresse a elevação do rendimento de pobres e miseráveis.

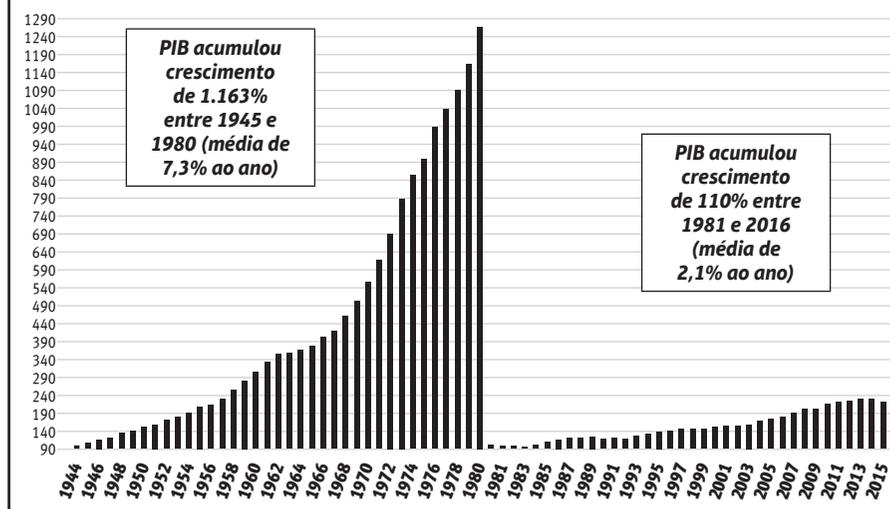
Para o segundo aspecto na determinação do novo padrão de riqueza, destacam-se as forças protagonizadoras do processo de terciarização da economia, tendo em vista o conjunto extremamente heterogêneo que pode promover e comandar a transição para a sociedade de serviços. Nos países com desindustrialização madura e com contida desigualdade de rendimentos, a terciarização da economia tende a ser protagonizada pela expansão dos serviços vinculados à produção, distribuição e sociais, que são aqueles que demandam força de trabalho mais qualificada e ofertam melhores condições de trabalho.

O contrário pode ocorrer nos casos de países com desindustrialização precoce e elevada iniquidade distributiva, uma vez que o processo de terciarização da economia pode ser protagonizado pela expansão dos serviços pessoais (domésticos, segurança, manutenção, entre outros). Isso porque a brutal concentração de renda termina potencializando aos ricos e poderosos a maior capacidade de contratação de verdadeiro exército de cuidadores serviços com especialização (administração da riqueza, saúde, advocacia, acompanhantes sociais, *personal trainers*, *personal stylist*, *personal friend* e outros) e sem especialização (limpeza, alimentação, segurança, manutenção e outros).

No Brasil, que conseguiu se industrializar tardiamente após a segunda Revolução Tecnológica e de forma ainda precoce, avança a desindustrialização durante a realização da terceira Revolução Tecnológica. A passagem para a sociedade de serviços transcorre antecipadamente e é marcada por importantes especificidades. A começar pelo fato do processo de terciarização transcorrer na economia protagonizada por setores de baixa produtividade, contido salário e precária condição de trabalho, o que compromete a própria sustentação do crescimento econômico que segue desprovido de ganhos de encadeamento produtivo.

Exemplo disso pode ser verificado pelo ritmo de expansão do PIB. Durante a sociedade urbana e industrial, a riqueza do país cresceu à velocidade média

Gráfico 11 Brasil - índice de variação do Produto Interno Bruto entre 1945 a 1980 e de 1981 a 2016 (1944 = 100 e 1980 = 100)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

anual de 7,3%, enquanto no período recente (1981-2016), a variação do PIB tem sido de apenas 2,1%, em média, ao ano. Se considerada a variação do PIB per capita, constata-se expansão média anual de 4,4% nas três décadas no segundo pós-guerra e de apenas 0,6% ao ano, em média, no período recente, o que significa praticamente a situação de estagnação da renda por habitante.

Além disso, nota-se que o segmento social excluído do padrão de consumo de bens manufaturados tende a permanecer ao longo do tempo por conta da acelerada desindustrialização. Isso porque uma possível elevação no nível do rendimento na base da pirâmide social implicaria pressão às compras de bens industriais, mas que dificilmente estariam disponíveis em escala suficiente em virtude do processo de desindustrialização precoce.

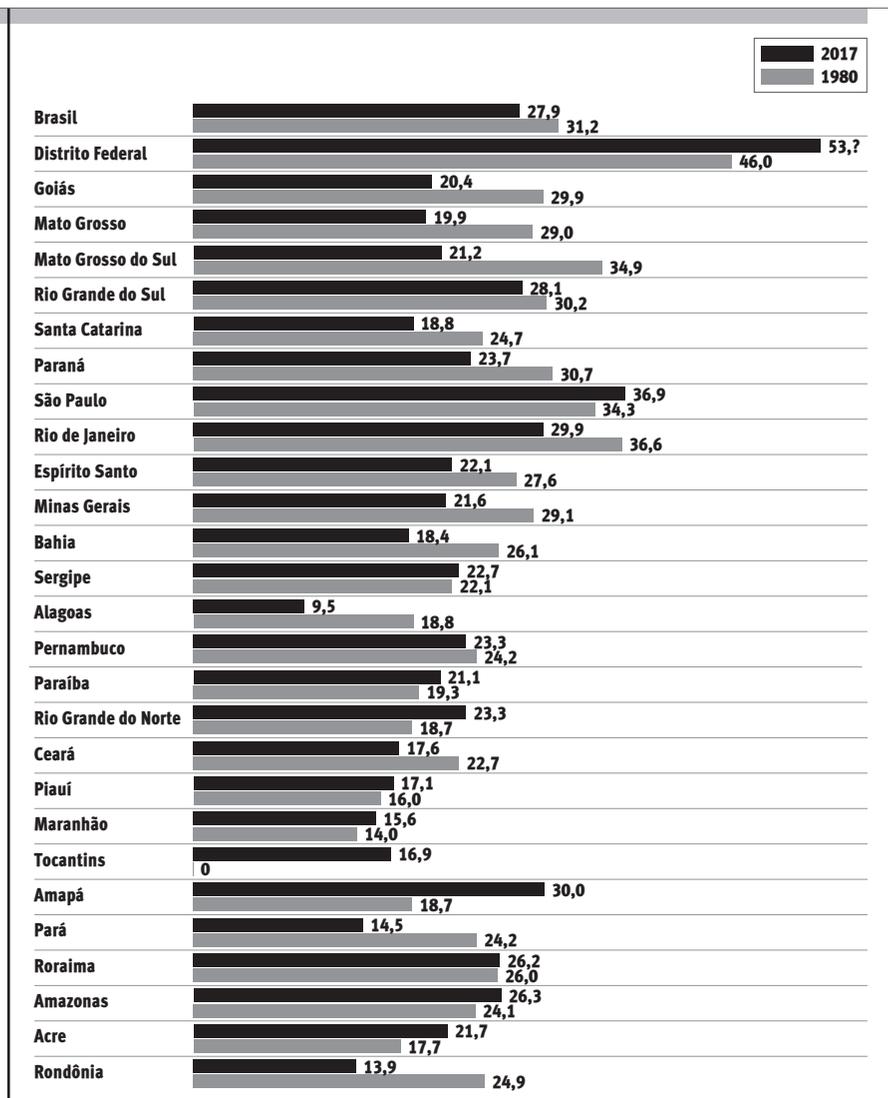
A importação de bens industriais poderia ser uma alternativa, não fosse o potencial gigantesco da escala para o atendimento da demanda de brasileiros pobres, ademais de significar a transferência dos empregos de qualidade e renda para outros países. Na antiga sociedade agrária, quando o Brasil desconhecia a industrialização, o acesso aos bens industriais da época ocorria pela importação, o que era garantido somente aos ricos.

Com o avanço do atual processo de terciarização da economia brasileira, o padrão de riqueza e afortunados herdado da sociedade urbana e industrial sofre

importante transformação. No ano de 2017, por exemplo, quase 4,9 milhões de brasileiros fizeram parte do seletor grupo dos 3,6% mais ricos, representando 3,1 vezes mais do que a quantidade de ricos de 1980.

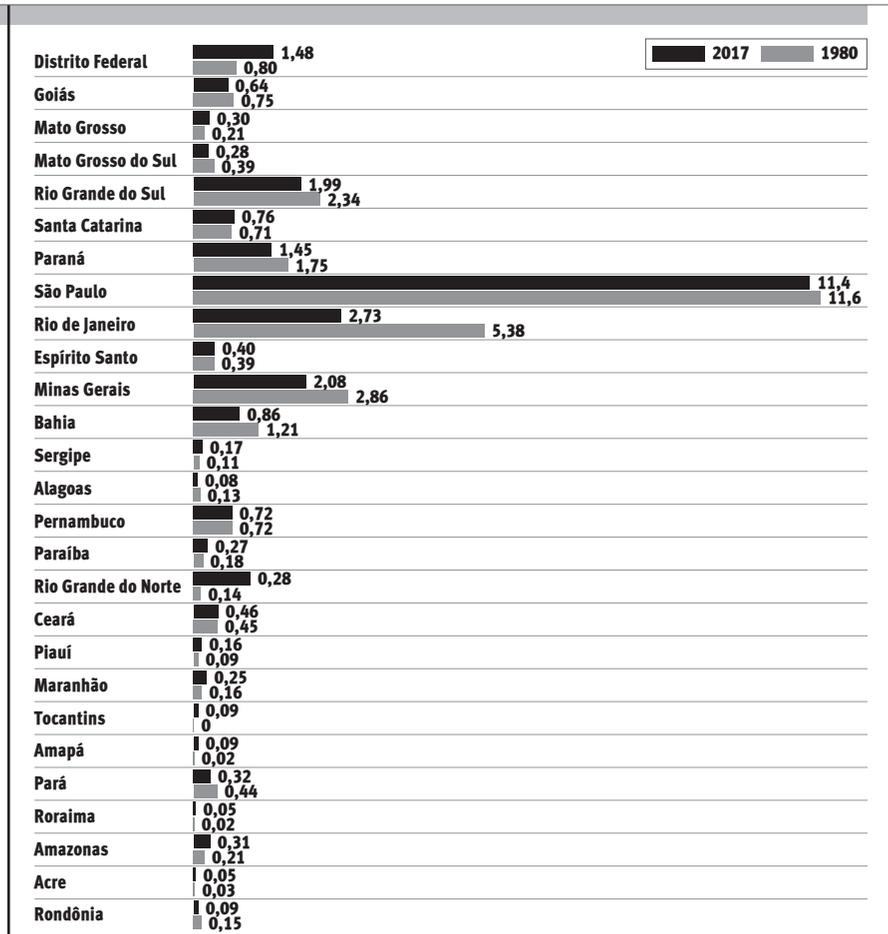
Esse seletor segmento de ricos absorveu 27,9% da renda nacional de 2017, o que significou queda de 10,6% em relação ao grau de concentração da renda ob-

Gráfico 12 Brasil - participação dos 3,6% mais ricos na massa de renda em cada estado da federação em 1980 e 2017 (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Gráfico 13 Brasil – participação dos 3,6% mais ricos na massa de renda nacional de cada estado da federação em 1980 e 2017 (em %)



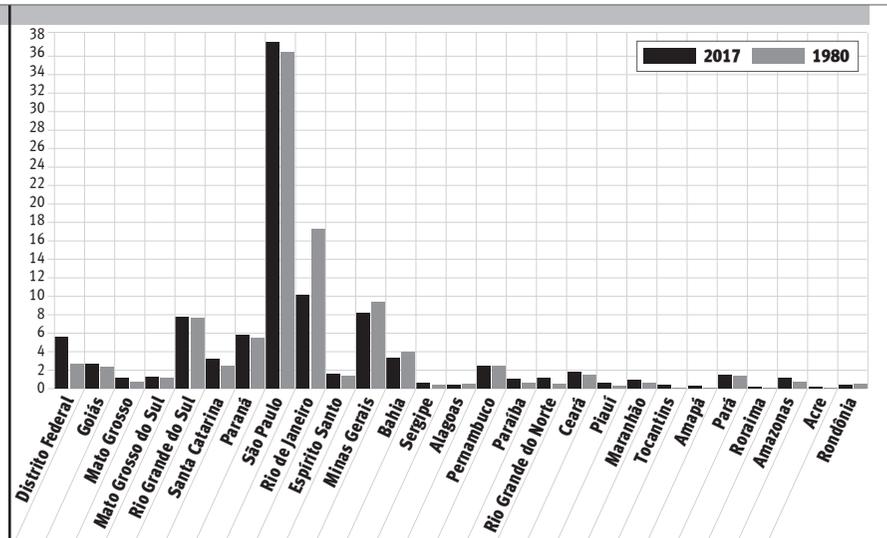
Fonte: IBGE (elaboração própria)

servado em 1980. Apesar disso, em vários estados da federação houve elevação na participação relativa dos ricos na renda entre 1980 e 2017, como de 60,4% no Amapá (de 18,7% para 30%), de 16,5% no Distrito Federal (de 46% para 53,6%) e de 7,6% em São Paulo (de 34,3% para 36,9%).

Por outro lado, outros estados registraram decréscimo no grau de concentração da renda dos ricos. Entre 1980 e 2017, por exemplo, houve queda de 40,1% no Pará (de 24,2% para 14,5%), de 29,5% na Bahia (de 26,1% para 18,4%) e de 18,3% no Rio de Janeiro (de 36,5% para 29,9%).

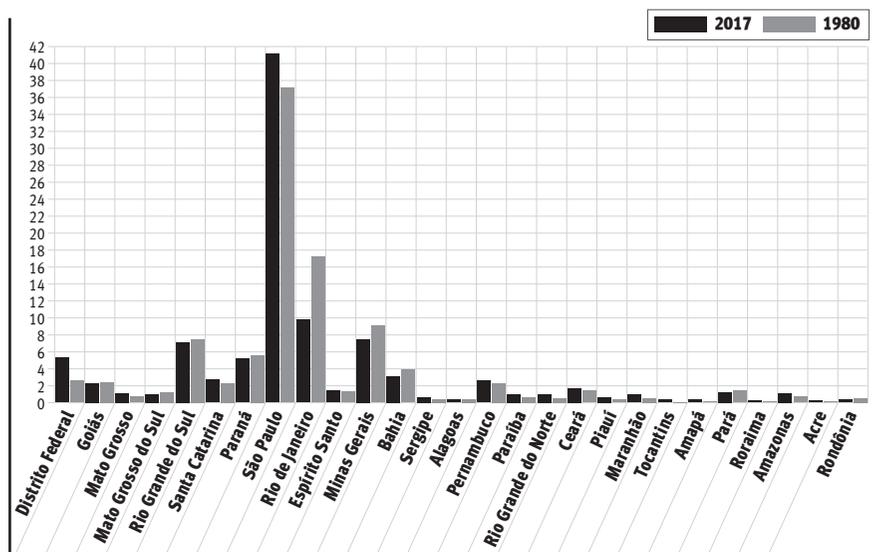
Diferentemente do Distrito Federal, que aumentou o seu peso relativo na parcela absorvida pelos 3,6% mais ricos do país, os demais estados registraram di-

Gráfico 14 **Brasil - distribuição por estados da federação dos 3,6% mais ricos nos anos de 1980 e 2017** (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Gráfico 15 **Brasil - distribuição por estados da massa de renda dos 3,6% mais ricos em 1980 e 2017** (em %)



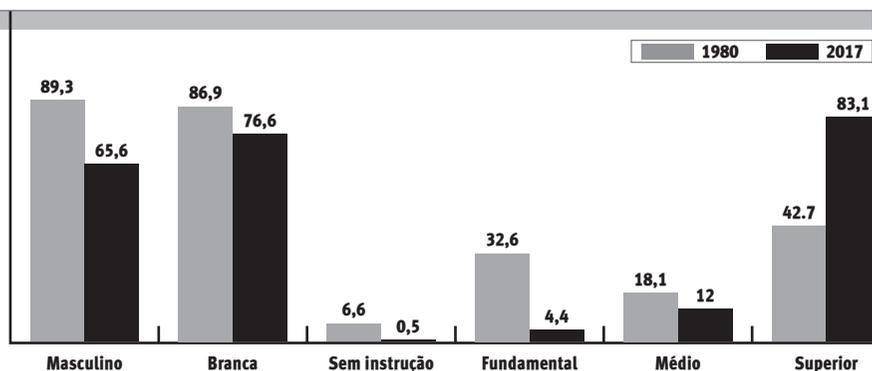
Fonte: IBGE (elaboração própria)

minuição. Os estados do Rio de Janeiro (-49,2%), da Bahia (-28,9%) e de Minas Gerais (-27,3%) constituem alguns dos exemplos de redução na participação na massa de renda dos 3,6% dos mais ricos brasileiros.

Na comparação do ano de 2017 com o de 1980, percebe-se que São Paulo seguiu respondendo por 37,1% do total dos ricos do país, o que revelou leve crescimento de 0,5% no período. Ao contrário de São Paulo, o estado do Rio de Janeiro decresceu em 41,5% na quantidade total de ricos do país.

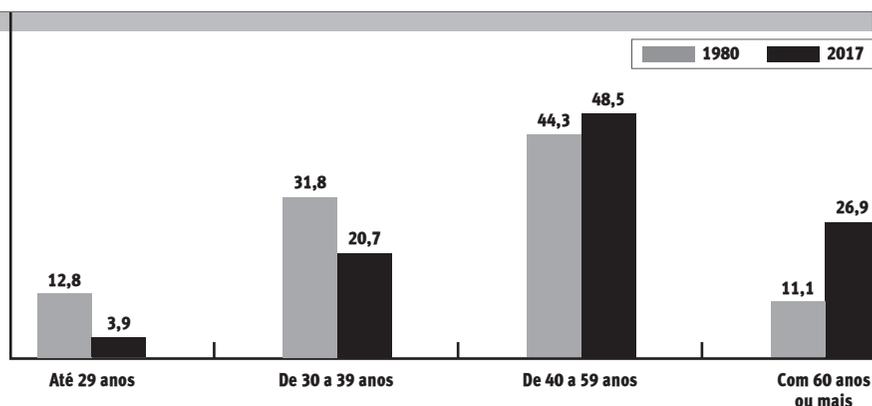
Em relação à massa de renda absorvida pelos ricos, o estado de São Paulo aumentou em 10,7% a sua participação, pois deixou de representar 37% da renda,

Gráfico 16 Brasil - distribuição por sexo, raça/cor e escolaridade dos 3,6% mais ricos em 1980 e 2017 (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Gráfico 17 Brasil - distribuição por faixa etária dos 3,6% mais ricos nos anos de 1980 e 2017 (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

em 1980, para alcançar 41,2% em 2017. O contrário se registrou em relação a outros estados, com no caso do Rio de Janeiro, que reduziu em 43% a participação na massa de renda dos ricos, decaindo 17,2% em 1980, para 9,8%, em 2017.

Embora a presença de brancos ainda seja majoritária entre os 3,6% mais ricos da nação, registrou-se importante avanço no enriquecimento de não brancos diante da queda de 11,8% no total de ricos brancos. Outra importante modificação pode ser notada na composição sexual dos ricos, uma vez que houve redução de 26,5% na participação dos homens no total dos 3,6% mais ricos dos brasileiros.

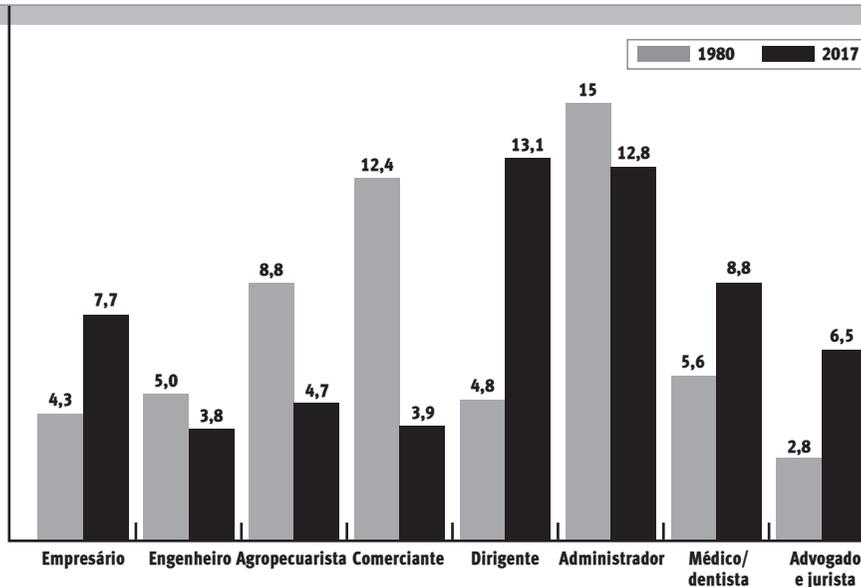
Além de praticamente haver o desaparecimento de ricos sem instrução, percebe-se a concentração (83,1%) no nível de ensino superior, o que representou elevação de 1,9 vezes entre os anos de 1980 e 2017. No caso da distribuição etária dos ricos acompanhada no mesmo período de tempo, constata-se o processo de envelhecimento dos ricos, com redução relativa entre os jovens (-69,5%) e elevação (142,3%) para aqueles com 60 anos e mais de idade. No ano de 2017, por exemplo, 75,4% do total dos ricos possuíam mais de 39 anos, enquanto em 1980 esse mesmo segmento etário representava 55,4% do total.

Ademais do crescimento da presença de mulheres e de não brancos entre os 3,6% mais ricos do país, observou-se o decréscimo daqueles que se declararam católicos. Entre 1980 e 2017, por exemplo, a composição dos 3,6% mais ricos registrou queda de 7,9% na presença de católicos, pois correspondeu a passagem de 83% para 76,4% do total dos ricos.

Entre os 3,6% mais ricos do país também se observou o aumento de 81,2% nos que se declararam sem religião, com o salto de 4,8%, em 1980 para 8,7%, em 2017. No caso do segmento de ricos que declarou deter outra religião que não católica também houve crescimento de 22,1%, passando de 12,2% na participação relativa, em 1980, para 14,9%, em 2017.

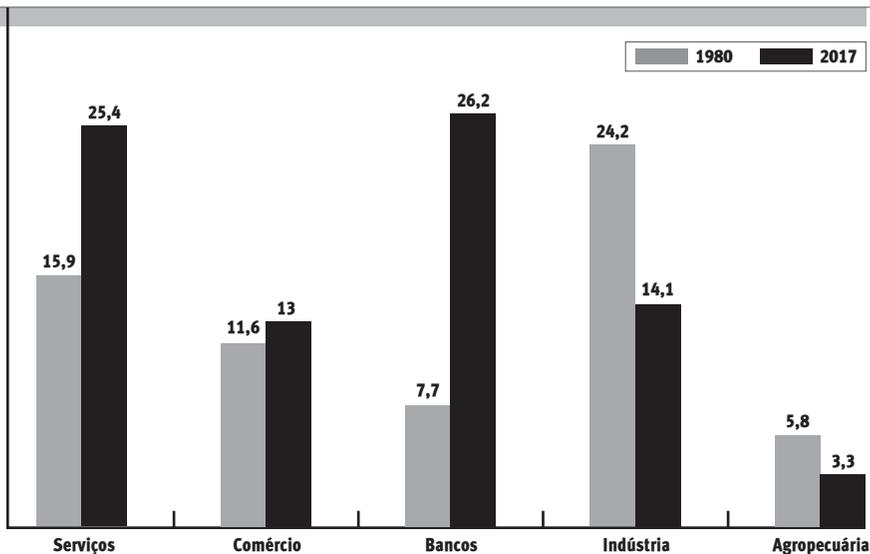
Em síntese, o perfil dos 3,6% mais ricos do país era, em 2017, como em 1980, constituído prioritariamente por homens brancos, de nível superior de ensino, com 40 anos e mais de idade e católico.

Gráfico 18 **Brasil - distribuição por profissão dos 3,6% mais ricos nos anos de 1980 e 2017** (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Gráfico 19 **Brasil - distribuição por setor de atividade econômica dos 3,6% mais em 1980 e 2017** (em %)



Fonte: IBGE (elaboração própria)

Além disso, nota-se, com a passagem atual para a sociedade de serviços, que o padrão de riqueza e afortunados apresenta importante presença das profissões vinculadas a dirigentes, empresários, advogados e juristas e, ainda, médicos e dentistas. O mesmo não ocorreu para as profissões de agropecuaristas, engenheiros, comerciantes e administradores na comparação entre os anos de 1980 e 2017 nos 3,6% mais ricos do país.

Em consequência, os setores com maior presença entre os 3,6% mais ricos do país são os de serviços em geral e especializado na gestão da riqueza, como nas atividades financeiras representadas pelos bancos. Entre 1980 e 2017, por exemplo, a presença dos bancos entre os setores de atividade econômica em que se encontravam situados os 3,6% dos ricos foi multiplicada por 3,4 vezes.

O salto de 7,7% para 26,2% na participação relativa da presença de serviços especializados nos bancos foi seguido pelos serviços em geral, que avançaram de 15,9% para 25,4%. Com isso, o aumento de 59,7% entre os anos de 1980 e 2017.

Ao contrário da concentração dos ricos no setor terciário da economia, constatou-se a redução na participação da indústria, outrora referência da localização de ricos no Brasil. Entre 1980 e 2017, por exemplo, o peso relativo da indústria caiu 40,5% por conta da passagem de 24,2% para 14,1% na representatividade dos 3,6% mais ricos do país.

A indústria, dessa forma, passou a acompanhar o sentido que já vinha se esboçando com a presença da agropecuária nos 3,6% mais ricos. Entre 1980 e 2017, a presença da agropecuária diminuiu 43,1%, pois deixou de representar 5,8% dos 3,6% dos ricos do país para 3,3% do total.

Diante dessa mudança estrutural na sociedade, mais especialmente no perfil do novo padrão de riqueza e afortunados, pode-se considerar suas consequência para as relações na política e economia. Tendo em vista o retorno do regime democrático a partir de 1985, o país passou a conviver com a prevalência de certo rotativismo de partidos políticos na condução governamental, assim como na representação do legislativo, e a renovação, por concursos, no aparato estatal e burocrático na União, estados e municípios que atingiu o poder judiciário.

Tudo isso contribuiu para impactar direta e indiretamente na transição antecipada para a sociedade de serviços, conduzida por ricos e poderosos. Com o predomínio do receituário neoliberal por vários anos, o Estado também sofreu alterações significativas diante das tensões entre velhos e novos grupos de interesses.

Nesse sentido que o conservadorismo enquanto ideologia agregadora dos interesses de ricos e poderosos nos processos de acumulação e distribuição centrado, sobretudo nas finanças, passou a predominar. Na medida em que o Estado se distanciava do seu passado desenvolvimentista, mais avançou para o modelo neoliberal, acompanhado pela negação do modelo corporativo de organização da sociedade e afirmação do egoísmo individualista e consumista.

Assim, ricos e poderosos cada vez mais apegados ao rentismo financeiro e administrador de participações no fluxo de rendas mediadas pelo sistema financeiro na extração do fundo público ascendeu com mais força no interior da sociedade. Diante do baixo dinamismo econômico, conforme constatado a partir da década de 1980, o ingresso antecipado na sociedade de serviços no Brasil passou a conviver com a dominância do hedonismo em busca da satisfação imediata de desejos individuais.

Os efeitos culturais do novo padrão de riqueza e afortunados parecem desestimular o trabalho longo e penoso da antiga sociedade urbana e industrial em prol da centralidade do prazer pelo consumo a qualquer preço. Geralmente trata-se da perspectiva de atendimento da demanda de prazer imediato e oposição à estratégia de atenção a todos.

Nesse sentido, a ascensão inegável de igrejas que procuram integrar a defesa do conservadorismo com a lógica da prosperidade pelo consumismo no mercado é muito próxima da ideologia neoliberal. Também o crime organizado, ao oferecer ascensão imediata, impossível de ser outra forma ante a realidade de crescente massas de jovens desprovidas de horizontes decentes numa economia de rendimento médio estagnado.

Pelo curso do processo de terciarização rebaixada da economia nacional, setores que geram postos de trabalho e alta produtividade são enfraquecidos em detrimento das atividades de serviços de baixa qualidade e conduzidas por demanda de serviços por ricos detentores de cada vez mais nacos da riqueza financeirizada.

Situação dos ricos por grandes regiões geográficas

A pós ter a oportunidade de analisar as principais mudanças nos padrões de riqueza e seus impactos em dimensão nacional, busca-se oferecer, em complementação, as principais transformações no perfil dos ricos entre o auge da sociedade urbana e industrial em 1980 e a sua passagem para a atual sociedade de serviços. No país de território com dimensão continental, a temática das regiões apresenta-se como fundamental para entender a manifestação de distintos padrões de riqueza e afortunados com expressão nacional.

As diferenças regionais são profundas, pois decorrem do processo histórico de formação associado aos antigos ciclos econômicos (pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, café e borracha) motivados externamente e desencadeadores de uma espécie de “arquipélago de ilhas” ou enclaves de produção localizados no território nacional. Durante o Império, ocorreu uma importante iniciativa governamental voltada à centralização e unificação política do conjunto das regiões movida por duas forças principais.

De um lado, a força das armas (militar) adotada para sufocar internamente os movimentos liberais e independentistas articulados por agrupamentos de interesses locais (Balaida, Sabinada, Farroupilha e outros). De outro lado, a força do poder econômico de manutenção da ordem escravista por meio da unidade entre as distintas oligarquias agrárias regionais associadas aos respectivos ciclos econômicos do passado estendido do Nordeste (cana-de-açúcar) ao Sudeste do ouro (Minas Gerais) e do café (Vale do Paraíba fluminense).

Apesar da centralização movida pela monarquia, algumas medidas, como o Código de Processo Penal de 1841, possibilitaram que a organização dos poderes ocorresse descentralizadamente. Com isso, a teia herdada do período colonial do mandonismo local se reproduziu na forma do coronelismo, permitindo sobrepor, em grande medida, os interesses locais aos interesses de dimensão nacional.

O sistema político tinha por base o poder do chefe local exercido pela violência ou clientelismo enquanto expressão direta da hipertrofia privada em relação ao poder público. A reprodução do poder no tempo asfixiava à oposição, pois qualquer predisposição diferente à do coronel do estado implicaria redução de recursos e, conseqüentemente, perda de votos (Leal, 1997; Carone, 1971).

O ingresso na década de 1870 abriu uma nova perspectiva para a ascensão da República em oposição à monarquia. Ademais do afastamento da Igreja católica em relação à monarquia provocado pela questão religiosa que envolveu bispos e a maçonaria, os militares, cada vez mais positivistas, foram se agregando ao republicanismo que se organizava na forma de novos partidos de movimentos políticos.

Para além disso, destaca-se a divisão no interior das oligarquias agrárias regionais, especialmente daquelas que se encontravam até então de fora do jogo de alianças políticas com a monarquia. No caso, as oligarquias agrárias não escravistas do Sul/Sudeste, especialmente de São Paulo e Minas Gerais que, com apoio do golpe militar, derrubou a monarquia e viabilizou, pela via autoritária, a sustentação da República descentralizada e do Estado liberal por 41 anos (1889-1930).

Na Revolução de 1930, outra inflexão histórica que marcou a transição do agrarismo para a sociedade urbana e industrial, teve também ruptura entre as oligarquias agraristas regionais, fundamental para a instalação do Estado desenvolvimentista e organização corporativa da sociedade. Na época destacavam-se os interesses oligárquicos do Sul e do Norte que, em articulação com as classes sociais emergentes no meio urbano (militares, artistas, profissionais liberais, operariado), apoiaram a ação de força militar para retirar do governo central a hegemonia das oligarquias agrárias paulistas e mineiras.

Após mais de seis décadas de presença distante do governo federal (1930-1994), a oligarquia paulista somente conseguiu retornar de fato a presença no governo central com a vitória eleitoral de Fernando H. Cardoso (1995-2002). Com a ado-

ção das políticas neoliberais, avançou o desmonte do Estado desenvolvimentista, bem como o papel das instituições de natureza corporativa de organização da sociedade.

Nas décadas de 1930 e 1980, em resumo, prevaleceram os interesses nacionais em relação aos regionais, garantidos pela política condutora da economia nacional. Mas a partir dos anos 1990, as oligarquias regionais, identificadas com o comércio externo e em alianças com o jogo do rentismo, retomaram a máxima da República Velha (1889-1930) a respeito de a economia subordinar a política, o que a foi tornando cada vez menos relevante para o conjunto da população e defesa dos interesses nacionais.

Compreende-se, assim, que as oligarquias regionais, embora muito diferentes entre si, detêm papel fundamental na sustentação dos distintos padrões de riqueza e afortunados de expressão nacional. Seus interesses são muitas vezes contraditórios, mas podem se articular e operarem convergentemente ao sentirem ameaçadas em relação ao seu poder local/regional.

Nas tabelas apresentadas a seguir, as principais alterações no perfil dos ricos por grandes regiões geográficas do país são apresentadas tanto no auge da sociedade urbana e industrial como na transição atual para a sociedade de serviços. Em relação à presença da raça/cor branca e do sexo masculino entre os 3,6% mais ricos, por exemplo, ressalta-se o processo de esvaziamento nas últimas seis décadas mais intenso nas oligarquias do Nordeste e mais lento nas oligarquias do Sul.

Tabela 1 Brasil – evolução da participação sexo masculino e brancos nos 3,6% mais ricos nas grandes regiões geográficas em 1960, 1980 e 2017 (em %)

Regiões	Masculino			Branca		
	1960	1980	2017	1960	1980	2017
C. Oeste	93,4	88,2	62,5	80,7	79,7	56,9
Nordeste	95,2	89,5	63,8	84,4	65,6	56,6
Norte	94,5	91,0	69,8	58,1	49,9	43,0
Sudeste	93,6	88,6	65,3	93,8	90,8	82,3
Sul	95,7	92,3	69,0	95,9	95,5	92,6
Brasil	94,1	89,3	65,6	91,6	86,9	76,6

Fonte: IBGE (elaboração própria)

Na evolução da composição etária dos ricos, a redução na presença do segmento juvenil (até 29 anos de idade) se apresenta mais intensa a partir de 1980, pois antes era quase imperceptível. A região Sudeste se destaca na maior redução de jovens no segmento de alta renda no Brasil, seguida da região Norte. Em contraposição, o envelhecimento etário dos ricos verificado em todas as regiões, sobretudo a partir de 1980, se mostrou mais intenso na região Norte, seguida da Sul.

Tabela 2 Brasil – evolução da distribuição por faixa etária dos 3,6% mais ricos nas grandes regiões geográficas em 1960, 1980 e 2017 (em %)

Regiões	Até 29 anos			30 a 39			40 a 59			60 e mais		
	1960	1980	2017	1960	1980	2017	1960	1980	2017	1960	1980	2017
C. Oeste	15,2	14,2	4,9	34,8	35,8	23,4	42,8	42,9	46,8	7,2	7,1	24,8
Nordeste	12,4	12,2	4,5	29,9	32,3	18,9	44,0	44,5	41,1	13,7	11,0	35,5
Norte	10,1	17,4	5,1	35,0	35,3	21,9	45,2	40,5	53,6	9,7	6,8	19,4
Sudeste	13,9	12,5	3,6	31,3	31,1	20,9	43,8	44,4	49,3	11,0	12,0	26,2
Sul	12,8	12,8	3,8	28,1	31,9	19,3	47,3	44,6	51,1	11,8	10,8	25,7
Brasil	13,5	12,8	3,9	30,9	31,7	20,7	44,3	44,2	48,5	11,2	11,1	26,9

Fonte: IBGE (elaboração própria)

Mas essa é a pergunta que resta para a esquerda, se quiser ter um papel no futuro. A esfinge está aí. Resta decifrar. O caso americano não é assim tão simplesmente americano – talvez leve a perguntas semelhantes em outros países.

Embora a presença do ensino superior seja inegável no segmento dos 3,6% mais ricos do país, o Sudeste alcança o patamar de quase 90% dos afortunados residentes na região. Por outro lado, a região Norte detém a maior parcela de ricos sem ensino superior.

Tabela 3 Brasil – evolução da distribuição por escolaridade dos 3,6% mais ricos nas grandes regiões geográficas em 1960, 1980 e 2017 (em %)

Regiões	Sem instrução			Fundamental			Médio			Superior		
	1960	1980	2017	1960	1980	2017	1960	1980	2017	1960	1980	2017
C. Oeste	41,0	8,0	0,6	33,5	34,5	4,7	10,4	14,4	12,8	15,1	43,0	81,9
Nordeste	29,5	8,5	1,1	25,1	29,5	4,0	14,0	19,1	13,9	34,1	42,9	81,1
Norte	34,6	10,4	0,6	11,8	39,4	5,6	21,0	17,5	15,1	23,8	32,6	78,8
Sudeste	29,4	6,1	0,5	19,6	29,8	3,4	18,1	19,0	10,2	32,9	45,1	86,0
Sul	33,7	5,8	0,3	24,8	44,3	7,8	14,2	15,3	15,7	27,3	34,5	76,1
Brasil	31,2	6,6	0,5	19,1	32,6	4,4	18,3	24,6	12,0	31,4	42,8	83,1

Fonte: IBGE (elaboração própria)

Por fim, os setores econômicos com maior expressão em termos de concentração dos ricos segundo as grandes regiões geográficas do país. Percebe-se como os bancos, por conta do processo mais recente e intenso de acumulação rentista da riqueza, geram crescimento de afortunados em geral, porém fortemente concentrado na região Sudeste.

Outrora o centro da manufatura nacional a liderar a locomotiva da sociedade urbana e industrial, a região Sudeste, que registrava a indústria como *locus* da riqueza e de afortunados, passou a concentrar mais ricos interligados fortemente pelo rentismo que se potencializou pelos bancos, secundarizado pelos serviços em geral.

Em todas as regiões, é inegável a dominância do sentido da terciarização da economia em alta desde a década de 1990, em especial na presença de ricos e afortunados. No Brasil, constata-se que em 1980 cerca de 30% dos ricos encon-

Tabela 4 Brasil – evolução da distribuição dos setores de atividade econômica dos 3,6% mais ricos nas grandes regiões geográficas em 1960, 1980 e 2017 (em %)

Regiões	Sem instrução			Fundamental			Médio			Médio			Superior		
	1960	1980	2017	1960	1980	2017	1960	1980	2017	1960	1980	2017	1960	1980	2017
C. Oeste	28,6	13,5	5,6	5,7	10,8	6,2	1,1	8,6	17,9	13,3	11,8	12,1	11,3	14,3	25,8
Nordeste	11,9	6,2	2,4	5,6	18,8	10,3	5,4	8,7	17,3	11,7	13,0	11,8	17,2	15,7	33,2
Norte	5,9	5,6	3,7	5,9	18,8	15,4	5,9	6,3	9,2	16,6	16,8	14,3	14,6	12,0	26,8
Sudeste	5,3	4,2	1,9	7,0	28,1	15,9	4,5	7,7	32,3	11,8	10,9	12,6	20,3	16,4	23,1
Sul	15,8	8,9	7,0	4,4	19,1	14,9	2,8	7,0	20,6	13,8	12,8	15,4	18,3	15,3	28,0
Brasil	8,5	5,8	3,3	6,4	24,2	14,1	4,3	7,7	26,2	12,2	11,6	13,0	19,2	15,9	25,4

Fonte: IBGE (elaboração própria)

travam-se nas atividades de riqueza material (agropecuária e indústria) e 35,2% nas atividades de riqueza imaterial (bancos, comércio e serviços), ao passo que, após mais de duas décadas, a situação se inverteu completamente.

Em 2017, por exemplo, as atividades da agropecuária e da indústria representavam juntas apenas 17,4% do total dos 3,6% mais ricos do país, enquanto os setores de bancos, comércio e serviços cobriam 64,6%. Entre 1980 e 2017, os ricos nas atividades materiais reduziram sua participação relativa em 42%, ao passo que nas atividades imateriais aumentou em 83,5%.

Na região Sudeste, a situação evoluiu no mesmo sentido, porém mais intenso e destacado do país. Enquanto em 1980, 32,3% dos ricos eram oriundos da agropecuária e indústria e 35% dos bancos, comércio e serviços, no ano de 2017 passou a ser de 17,8% para agropecuária e indústria e 68% para bancos, comércio e serviços.

CONCLUSÃO

Este livro teve como objetivo apresentar um quadro atualizado de como se transformaram a riqueza e o poder nas últimas décadas. O dinheiro muda de mãos, o poder “circula”, mas... a estrutura das desigualdades permanece praticamente intocada. Ela é até ampliada.

Essa tendência parece ser a mesma tanto na pátria da riqueza e do poder – Estados Unidos – quanto em nosso país. O tempo passa e a riqueza se transforma, seguindo padrões distintos de acumulação de capital sob o domínio de determinadas classes e frações de classes sociais. Simultaneamente a sua enorme capacidade de produção de riqueza, o capitalismo detém brutal potencial para concentrá-la em poucas mãos.

Tais contrastes nem sempre são cristalinos. Afinal, uma grande parte do que chamamos de “realidade” é frequentemente uma distorção proposital, um quadro a que nos acostumamos pelos mecanismos de socialização e de comunicação de massas que dominam nosso cotidiano. E esses dispositivos – fundamentais na formação de nossas percepções – estão longe de algo que se possa chamar de neutralidade ou objetividade.

A ação focalizada em determinados segmentos sociais serve para a difusão das ideias mais gerais para o conjunto da sociedade, em busca da formação de maioria política voltada para o alcance da legitimidade dos interesses dominantes de ricos

e poderosos. As novas tecnologias de informação e comunicação, com mídias sociais agressivas, têm contribuído para a formação do senso comum conservador.

O círculo da dominação parece invencível. Dinheiro compra poder. Poder se usa para concentrar o dinheiro. Dinheiro também compra pensamento. Mais uma vez se deve lembrar que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante. Mas nos buracos dessas ideias florescem (ou não) as ideias da classe dominada. Nesses espaços elas vão cavando seu caminho para combater a desigualdade e a exploração.

Um outro aspecto que procuramos sublinhar ao longo do texto: o adversário das classes oprimidas é bem mais complexo do que retratam algumas das imagens de mídia. A riqueza e o poder se concentram – no topo da pirâmide, um grupo pequeno, muito pequeno, o tal 1%, abocanha a parte maior do bolo. E determina as principais decisões políticas, as ideias convenientes. Mas em torno desse pequeno núcleo há um grande conjunto de ricos operantes, os que organizam a exploração, a dominação e o controle em cada canto da sociedade, em cada ramo de atividade, em cada momento da vida. Assim, o estrato dos ricos e poderosos pode ser identificado com a camada dos 15 ou 20% que mais ganham e mais mandam. Não é apenas a fatia do 1%! Compreender esse fato é determinante para imaginar os caminhos da luta.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, R. *A igreja católica no processo de formação da classe trabalhadora*. Fortaleza: UFC, 2012.
- ALMORIM, R. *et al. Proprietários: concentração e continuidade*. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALVAREDO, R. *et al. (orgs.) World Inequality Report*. WIL, Berlim, 2018.
- BARBER, H. *Tax havens today: the benefits and pitfalls of banking and investing offshore*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2007.
- BARROS, R. Vida Religiosa. In: HOLANDA, S. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difel, 1974.
- BASTOS, S. *et al. O dinamismo do setor de serviços e sua interação com o setor industrial: uma análise para a Região Sudeste no período pós-Plano Real*. In: *Encontro Nacional de Economia*, 36, Salvador, Anpec, 2008.
- BECK, U. ; GIDDENS, A. ; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BELL; D. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BERLE, A.; MEANS, G. *A moderna Sociedade Anônima e a propriedade privada*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.
- BIANCHI, A. *Arqueomarxismo: comentários sobre o pensamento socialista*. São Paulo: Alameda, 2013.
- BOMFIM, M. *América Latina, males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BOTELHO, A. (orgs.) *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. *Empresários e administradores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- BRUNEAU, T. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.
- CAMPOS, A. *et al. Os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.
- CANO, W. *A desindustrialização no Brasil*. Texto para Discussão n. 200. IE/Unicamp, 2012.
- CARDOSO, F. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1964.
- CARONE, E. *Coronelismo: definição histórica e bibliografia*. Revista de Administração de Empresas. Vol. 11, n. 3, pp. 85-89, 1971.
- CARVALHO, J. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede – A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- CATTANI, A.; OLIVEIRA, M. *A sociedade justa e seus inimigos*. Santa Maria: Tomo, 2012.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: FPA, 2000.
- COHEN, S.; ZYSMAN, J. *Manufacturing matters: the myth of the post-industrial economy*. New York: Basic books, 1987.

- CORAK, M. *Do Poor Children Become Poor Adults? Lessons for Public Policy from a Cross Country Comparison of Generational Earnings Mobility*. Research on Economic Inequality. Vol. 13, Dynamics of Inequality. Elsevier, The Netherlands, 2006.
- COSTA, F. *Estratificação social da riqueza e renda no Brasil*. Texto para Discussão, n. 270. IE/Unicamp, 2016.
- COUTINHO, J. *As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.
- COUTINHO, C. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes. *In: Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- DEL PRIORE, M. *Histórias da Gente Brasileira, Vol. 2: Império*. São Paulo: LeYa, 2016.
- _____. *Histórias da Gente Brasileira, Vol. 3: República - Memórias (1889-1950)*. São Paulo: LeYa, 2017.
- _____. *Histórias da Gente Brasileira, Vol. 4: República - Memórias (1951-2000)*. São Paulo: LeYa, 2018.
- _____. *Histórias da Gente Brasileira. Vol. 1. Colônia*. São Paulo: LeYa, 2016.
- DEMIER, F.; HOEVELER, R. (orgs.) *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- D'INCAO, M. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. *In: Tempo Social*. vol. 4, n.1-2. São Paulo, 1992.
- DINIZ, E. *Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe*. In: BORIS, F. (org.) *História geral da civilização brasileira*. III: O Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1981.
- DOMHOFF, G. W. *Who Rules America*. Boston: McGraw-Hill, 2002.
- DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo*. São Paulo: AL/FPA, 2017.
- DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FAORO, R. *Os donos do Poder*. Rio de Janeiro: Globo, 2011.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 14.ed. São Paulo: Editora da USP, 2013.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FERREIRA, G.; BOTELHO, André. (orgs.) *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucite/Fapesp, 2010.
- FERREIRA, M. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Fgv, 2008.
- FRANK, R. L. *Richistan: a journey through the American wealth boom and the lives of the new rich*. New York: Crown Publishers, 2007.
- FRANZINI, M. *et al. Dobbiamo preoccuparci dei ricchi?* Bologna: Il Mulino, 2014.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GONÇALVES, R. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Unesp, 2014.

- HAMPTON, M. P.; ABBOTT, J. P. *Offshore Finance Centres and Tax Havens: The Rise of Global Capital*. New York: ed. Palgrave, 1999.
- HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HENRIQUE, W. *Capitalismo selvagem*. Campinas: IE/Unicamp, 1999.
- HERRERA, R. O capital fictício no centro da crise. In: GOMES, H. *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- JOHNSTON, D. C. *Perfectly Legal – the convert campaign to rig our taxes to benefit the super rich – and cheat everybody else.*, ed. Porfolio, New York: ed. Porfolio, 2003.
- KLEIN, N. *A doutrina do choque: ascensão do capitalismo do desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KON, A. *A produção terciária*. São Paulo: Nobel, 1992.
- _____. Sobre as atividades de serviço: revendo conceitos e tipologias. *Revista de Economia Política*, n. 19, p. 64-83, 1999.
- KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- LEAL, V. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- LEOPOLD, L. *How to Make a Million Dollars an Hour*. John Wiley and Sons, Hoboken-NJ, 2013.
- LOPES, J. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Ceps, 2008.
- LUKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. In: *Marxismo e teoria da literatura*, 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MASI, D. de. *O ócio criativo*. São Paulo: Sextante, 2000.
- MANHEIM. K. *Ideologia e utopia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MANN. M. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- MARCONI, N.; ROCHA, M. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce: o caso brasileiro. *Economia e Sociedade*, n. 21, 2012.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, L. Formação do empresariado industrial no Brasil. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, n. 4 (1), jan.-dez, 1967.
- MARTINS, L. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Saga, 1968.
- _____. Os grupos bilionários nacionais. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, n. 2 (1), jan.-dez, 1965.
- MELLO, J.; NOVAIS, F. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Unesp, 2009.
- MELLO, J. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, Z. *São Paulo, 1845-1895: metamorfoses da riqueza*. São Paulo: FEA/USP, 1981.
- MELO, H. et al. O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/95. *Texto para discussão*, n. 549. Rio de Janeiro: Ipea, 1998.
- MÉSZÁROS, Í. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MORAES, R.; POCHMANN, M. *Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do século XXI*. São Paulo: FPA, 2017.

- MORGAN, M. *Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015*, 2017.
- NYBOM, M. *Intergenerational mobility A dream deferred?* Geneva: ILO, 2018.
- OBERMAYER, B.; OBERMAIER, F. *The Panama Papers: breaking the story of how the rich & powerful hide their money*, Oneworld Publications, 2016.
- OCDE. *A Broken Social Elevator?* Paris, 2018.
- OECD. *Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OECD Countries*. Paris, 2008.
- OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- OLIVEIRA, M. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. FFLC/USP: São Paulo, 2013.
- PALAN, R.; MURPHY, R.; CHAVAGNEUX, C. *Tax havens: how globalization really works*. Cornell University Press, 2010.
- PINHO, P. *Precisa-se oposição*. Lisboa, mimeo, 2019.
- POCHMANN, M. *Brasil sem industrialização: a herança renunciada*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- _____. *Desigualdade brasileira no início do século XXI: o que há de novo?* São Paulo: FPA, 2017.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: FPA, 2006.
- ROBIN, C. *The Conservative Mind*. The Chronicle of Higher Education, 2012.
- RODRIG, D. *Structural Change, Fundamentals, and Growth: An overview*. Institute for Advanced Study. World Bank, set. 2013.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, W. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCHWARZ, R. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics/Cia. das Letras, 2014.
- SCRUTON, R. *O que é conservadorismo*. São Paulo: É realizações, 2015.
- SHAXSON, N. *Treasure Islands: Dirty Money, Tax Havens and the Men Who Stole Your Cash*. Vintage Books, NY, 2012.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: AlfaÔmega, 1976.
- SOARES, A. *Composição da sociabilidade violenta no Brasil*. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 14, n. 1, p. 175-190, 2014.
- SODRÉ, N. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SOUZA, J. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Recife: UFPE, 2016.
- STARCHILD, A. *Tax Havens for International Business*, Palgrave Macmillan, 1994.
- TAYLOR, J.; HARRISON, D.; KRAUS, S. *The new elite: inside the minds of the truly wealthy*, Amacon, New York, 2009.
- TELLES, V. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2011.
- TORRES, A. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.
- VALOTTO, G. *La evolución en la consideración económica del sector servicios*. Contribuciones a la

Economía. Disponível em: <<http://EconPapers.repec.org/RePEc:erv:contri:y:2010:i:2011-02:16>>, 2011. Acesso em: mar. 2019.

VIANA, H. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

VIANNA, F. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. 2 v.

VIEIRA, E. *A república brasileira: 1951-2010: de Getúlio a Lula*. São Paulo: Cortez, 2015.

VIGUERAS, J. H. *Los Paraísos Fiscales: Cómo los centros offshore socavan las democracias*.

WELLER, J. El empleo terciario en america latina: entre la modernidad y la. *Revista de la Cepal*, n. 84, pp. 159-177, 2004.

WRIGHT MILLS, C. *Power Elite*, 1956. Edição brasileira: *A Elite do Poder*, ed. Zahar, 1962.

YOUNG, M. *The Rise of Meritocracy*. London: T&H, 1958.

ZUCMAN, G. *The Hidden Wealth of Nations: The Scourge of Tax Havens*. The University of Chicago Press, 2015.

ZWEIG, M. *The Working Class Majority: America's Best Kept Secret*. Press, Ithaca, 2013.

AUTORES

Reginaldo Moraes

É professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu) e colaborador da Fundação Perseu Abramo (FPA). Graduiu-se e doutorou-se pela Universidade de São Paulo (USP). É colaborador do programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). Pela Fundação Perseu Abramo publicou os livros *Bloco de Esquerda e Podemos* (2016) e *Rural, Agrário Nação* (2016).

Marcio Pochmann

Possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1984), pós-graduação em Ciências Sociais pela AEUDF (1987) e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 1993). É pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) e professor Titular do Instituto de Economia, ambos da Universidade Estadual de Campinas, bem como autor de dezenas de livros publicados por diversas editoras. Foi técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 1984-1988), diretor executivo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit, 1998-1999), secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da cidade de São Paulo (2001-2004) e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2007-2012). É o atual presidente da Fundação Perseu Abramo (FPA).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P739r Pochman, Marcio.
Ricos e poderosos / Marcio Pochman, Reginaldo Moraes. –
São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2019.
118 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-5708-136-9

1. Capitalismo. 2. Riqueza. 3. Ricos. 4. Paraísos fiscais. 5. Renda -
Distribuição. I. Moraes, Reginaldo. II. Título.

CDU 330.567.6
CDD 339.2

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

OS RICOS	
E PODEROSOS	

O livro Ricos e Poderosos foi impresso na gráfica Graphium para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi 500 exemplares. O texto foi composto na fonte PT Serif, em corpo 10pt. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em Avena Soft 80g.



Marcio Pochmann é economista, professor titular da Unicamp, pesquisador do Cesi-unicamp. É presidente da Fundação Perseu Abramo (FPA) desde 2012. Foi secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo (2001-2004) e presidente do IPEA (2007-2012); consultor de instituições nacionais (DIEESE, FIESP, SEBRAE, MTE) e internacionais (OIT, BID, UNICEF); pesquisador-visitante em universidades na França, Itália e Inglaterra. Autor de mais de 60 livros sobre economia, desenvolvimento e políticas públicas.



Reginaldo Moraes (1950-2019) era filósofo (USP), cientista político, pesquisador (INCT-Ineu), professor universitário (IFCH-Unicamp) e colaborador da Fundação Perseu Abramo (FPA). Era colunista do site Brasil Debate. Tinha experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política Contemporânea e Relações Internacionais. Publicou vários livros, sendo os mais recentes *A economia política do governo Obama* (Editora UFPB, 2017) e *Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do século XXI*, em coautoria com Marcio Pochman (FPA, 2017).

Em 2017, a Fundação Perseu Abramo publicou o livro *Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do século XXI* demonstrando ali as transformações observadas na classe trabalhadora – qual era seu novo perfil, suas inclinações culturais e políticas, suas formas de organização e mobilização.

Apresentamos agora, dos mesmos autores, este volume sobre a chamada turma do dinheiro. A partir de perguntas simples, dividiu-se a obra em três blocos: Quem são os ricos e poderosos? Como vivem? E, por fim, como nos governam.

ISBN 978-85-5708-136-9



9 788557 081369